



# RELATÓRIO & CONTAS 2020



# RELATÓRIO & CONTAS 2020

// NÃO PARAMOS //



**EPAL**

**Grupo Águas de Portugal**

// NÃO PARAMOS //



## A EMPRESA

// NÃO PARAMOS //



## O NEGÓCIO

// NÃO PARAMOS //



## AS CONTAS

// NÃO PARAMOS //

# ÍNDICE

// NÃO PARAMOS //

Mensagem do Presidente .....	6
------------------------------	---

## A EMPRESA

Quem Somos .....	12
Missão, visão e valores .....	12
Reconhecimento/Prémios/Certificações .....	22
Destaques do ano / Principais acontecimentos .....	24

## O NEGÓCIO

Linhas Estratégicas .....	30
Enquadramento .....	32
- A Envolvente .....	32
- O Setor .....	38
- A Regulação .....	42
O Negócio .....	46
- Introdução .....	46
- Água em Alta .....	47
- Água em Baixa .....	47
- Outras Atividades .....	47
Sustentabilidade .....	48
- Enquadramento .....	48
- Stakeholders / Partes Interessadas .....	51
- Gestão do Risco .....	64
- Atividade Operacional .....	67
- Gestão do Capital Humano .....	94
- Financeira .....	97
- Investigação e Desenvolvimento / Inovação .....	106
- Eventos Posteriores ao Fecho .....	108
- Cumprimento das Orientações Legais .....	108
Perspectivas Futuras .....	134
Considerações Finais .....	136
Proposta de Aplicação de Resultados .....	138
Anexo ao Relatório .....	140

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2020

Demonstrações Financeiras .....	144
Relatório e parecer do Conselho Fiscal .....	206
Certificação Legal de Contas .....	212

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

// NÃO PARAMOS //



**...desde o primeiro momento atuado decididamente e em permanente articulação com os órgãos representativos dos trabalhadores o que se revelou determinante para a implementação de medidas que permitissem garantir a eficaz gestão da situação pandémica, tendo como objetivo garantir a continuidade e qualidade do serviço público, bem como a permanente segurança dos trabalhadores, assegurando-se ainda implementação de medidas excecionais, garantindo-se sempre o nível de remuneração independentemente da condição operacional em que o trabalhador se encontrasse.**

**José Sardinha**  
*Presidente da EPAL*



O ano de 2020 fica definitivamente marcado pela pandemia da Covid-19 e pelos efeitos causados não só ao nível da saúde pública, mas também no forte impacto ocorrido na atividade socioeconómica do país e do mundo, e cujos impactos futuros ainda não se encontram quantificados. Tal como havia feito há 100 anos atrás, aquando da gripe espanhola, a EPAL adaptou-se imediatamente para garantir a prestação de um serviço público que, nesta fase, se tornou ainda mais essencial à vida das populações, sem esquecer a permanente segurança dos seus trabalhadores e trabalhadoras, ilustrado bem pela implementação de medidas e normas de proteção muito eficazes.

A atividade da EPAL não deixou de ser afetada pelos constrangimentos decorrentes da pandemia, tendo contudo desde o primeiro momento atuado decididamente e em permanente articulação com os órgãos representativos dos trabalhadores o que se revelou determinante para a implementação de medidas que permitissem garantir a eficaz gestão da situação pandémica, tendo como objetivo garantir a continuidade e qualidade do serviço público, bem como a permanente segurança dos trabalhadores, assegurando-se ainda implementação de medidas excecionais, garantindo-se sempre o nível de remuneração independentemente da condição operacional em que o trabalhador se encontrasse.

Ressalva-se ainda que o Conselho de Administração atuou durante o ano em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelo titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, designadamente e com especial enfoque na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica, na economia circular e solidariedade com os parceiros acionistas.

Como seria exetável, os resultados do ano de 2020 da EPAL foram significativamente afetados pelos efeitos decorrentes do surto pandémico que assolou o país e o mundo, sendo que as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução de todos os agentes económicos, determinaram um forte condicionamento da atividade económica, o que na esfera da atividade da empresa se fez sobretudo sentir na redução abrupta da atividade relacionada com o comércio e indústria da cidade de Lisboa, levando a que este segmento de clientes invertesse a trajetória de crescimento que, de forma interrupta, se vinha a verificar desde 2013.

O resultado líquido de 2020 ascendeu a 47,0 milhões de euros, que embora registando uma diminuição de 10,5% face ao resultado do período homólogo, não deixa de ser um valor que merece ser relevado, atendendo ao ano em causa. Esta variação resultou essencialmente da diminuição do volume de negócios na atividade da Baixa, fortemente afetada pela diminuição da atividade económica na cidade de Lisboa e, naturalmente, dos gastos acrescidos que a empresa incorreu para mitigar os efeitos da Covid-19.

Apesar do foco da empresa ter estado muito centrado na

gestão dos efeitos da pandemia e a mitigação dos seus efeitos na operação e manutenção das suas infraestruturas, como se poderá comprovar nos indicadores anuais de água segura, ainda assim, e como tem vindo a ser apanágio nos últimos anos, desenvolveram-se múltiplas e diversas ações, com especial enfoque no relacionamento com os seus stakeholders, destacando-se sobretudo as campanhas feitas junto dos seus clientes, promovendo uma rápida e imediata adaptação às novas necessidades decorrentes do maior distanciamento social que se observou, o que impossibilitou durante grande parte do ano o habitual acesso às lojas da EPAL.

Numa altura em que a transformação digital assumiu um papel determinante, a EPAL, respondeu imediatamente aos obstáculos criados pela pandemia, criando e lançando, em tempo recorde, a app On Pocket®, inteiramente dedicada aos trabalhadores da empresa, no sentido de garantir o seu acesso a informações que só estavam disponíveis no local de trabalho, reforçando o papel de liderança que a EPAL assumiu neste domínio. Este novo canal aumentou a proximidade dos trabalhadores com a empresa, permitindo a integração dos processos da mesma. Também os serviços online criados pela EPAL registaram um forte alargamento da sua utilização pelos utentes e clientes, designadamente, o EPALnet® e a app myAQUA® e o Waterbeep®, o que agilizou os contactos estabelecidos remotamente com a empresa. A EPAL tornou-se assim mais digital, sendo de destacar que obteve o 1.º lugar no Estudo de Satisfação Nacional ECSI, no setor da água, na categoria “Presença Digital”.

2020 foi também o ano em que Lisboa foi Capital Verde Europeia e a EPAL, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e o GEOTA, lançou o projeto de uma nova rede de bebedouros públicos de Lisboa, que irá dotar a capital portuguesa de uma rede de bebedouros mais modernos e inclusivos, permitindo que todos os lisboetas e demais visitantes tenham livre acesso ao consumo da excelente água da rede pública, de forma gratuita, higiénica e facilitada. Quando o projeto estiver totalmente concluído, em meados de 2022, a capital ficará dotada de uma rede com 200 bebedouros.

Destacam-se igualmente as campanhas efetuadas no âmbito da educação e sensibilização ambiental que, mais uma vez, devido ao encerramento das escolas e conseqüente menor mobilidade das crianças e jovens que anualmente participam nas atividades que a EPAL promove, levou a que a estratégia passasse pela conceção e divulgação de diversos materiais digitais de apoio, sobretudo de formato multimédia. Noutro domínio destaca-se o lançamento de parcerias com empresas portuguesas de referência, como a Bordallo Pinheiro e a Vista Alegre, para lançamento de novos produtos, como o “jarro gota” ou as chávénas de café “Bicas com História”, para incentivar a utilização da água da torneira de excelente qualidade que a empresa leva a todos os consumidores.

Este espírito de resiliência que está incorporado desde há muito na Empresa permitiu superar todas as adversidades que surgiram durante o ano.

Não deixa de ser bastante gratificante, enquanto Presidente da EPAL, verificar que apesar de todas as dificuldades, os trabalhadores e as trabalhadoras da EPAL continuaram fortemente empenhados na prossecução plena das suas atividades, pois apesar da alteração radical do modo de funcionamento da empresa, agora adaptada

à nova realidade que vivemos, os resultados obtidos nas diversas atividades desenvolvidas são merecedores de reconhecimento e indicam que podemos olhar para o futuro com tranquilidade, certos de que a Missão da Empresa continuará a ser prosseguida com a excelência que caracteriza o ADN da EPAL.



[página em branco]



# A EMPRESA

// NÃO PARAMOS //

PARA QUE A ÁGUA CHEGUE ÀS  
TORNEIRAS DE TODOS E PARA PROTEGER  
A SAÚDE PÚBLICA E O AMBIENTE





# QUEM SOMOS

// NÃO PARAMOS //

## Missão, visão e valores

### MISSÃO

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

### VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor da água e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

### VALORES

Os valores fundamentais da empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

### PRINCÍPIOS

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;



- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

## PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

## POLÍTICA DE GESTÃO

A política de gestão da Empresa foi atualizada pelo Conselho de Administração em setembro de 2020.

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a garantir o cumprimento da legislação, regulamentação e normas aplicáveis e da missão, visão e valores, assumem-se os seguintes compromissos:

- **Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo** – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- **Responsabilidade empresarial** - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;
- **Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas** – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da empresa e das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;

// NÃO PARAMOS //

- **Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as** – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de networking, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a empresa;
- **Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas** – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;
- **Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo** – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade;
- **Gestão de Ativos** – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;
- **Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social** – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactos, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eco eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;
- **Combate e Adaptação às Alterações Climáticas** – Melhorar, continuamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;
- **Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio** – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos;
- **Segurança da informação** – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;
- **Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção** – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de compliance, que abranja a tomada de decisão, as atividades da empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;
- **Envolvimento da Cadeia de Fornecimento** – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores,



princípios de sustentabilidade e de compliance, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplica as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;

- **Inovação e Desenvolvimento** – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;
- **Economia Circular** – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

## Descrição e atividades

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de abril de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo Águas de Portugal.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa). Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

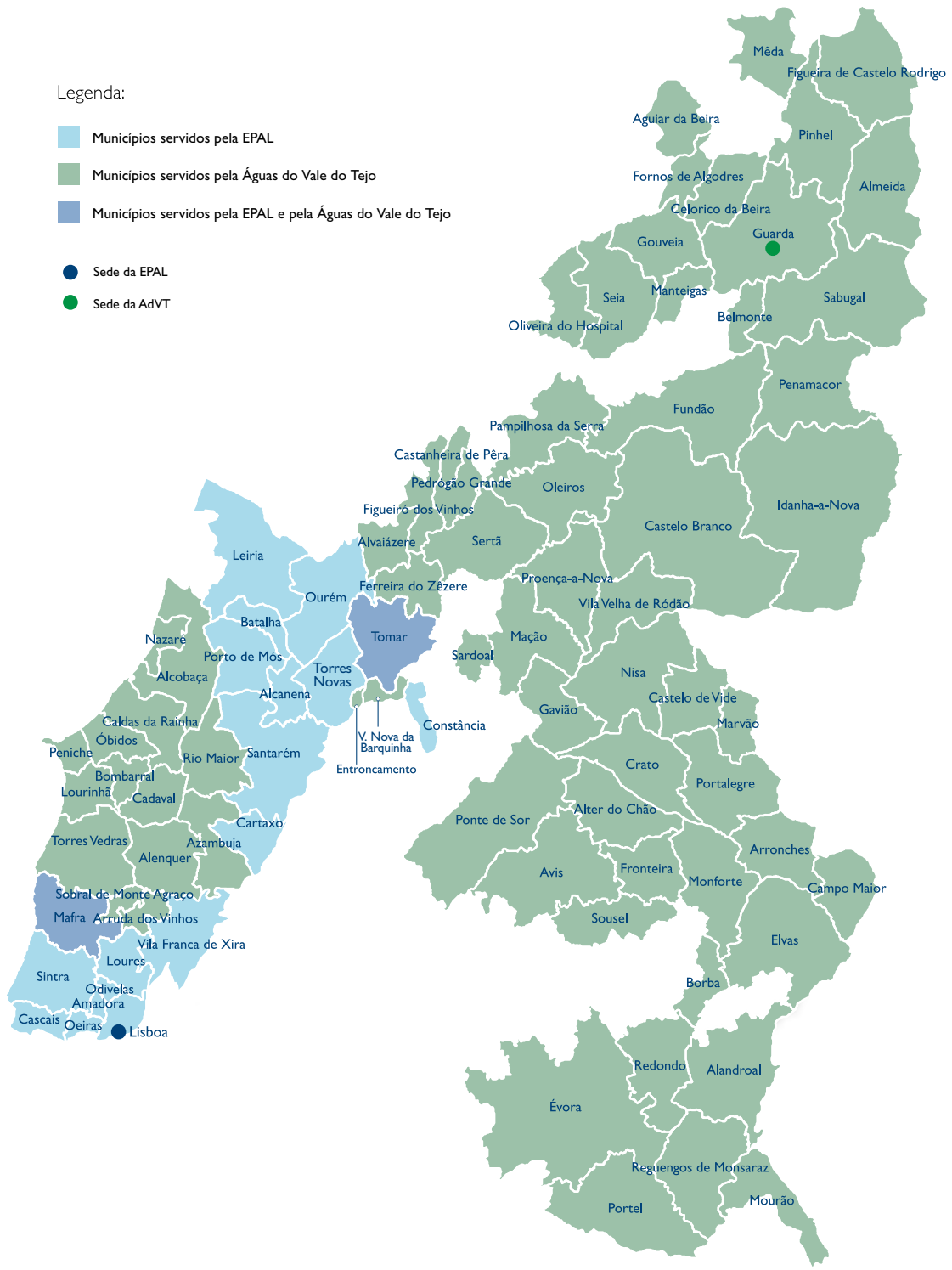
Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles somente na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;

Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Legenda:

- Municípios servidos pela EPAL
- Municípios servidos pela Águas do Vale do Tejo
- Municípios servidos pela EPAL e pela Águas do Vale do Tejo
- Sede da EPAL
- Sede da AdVT



## Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem de água (captação) até à distribuição ao cliente final.



## Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

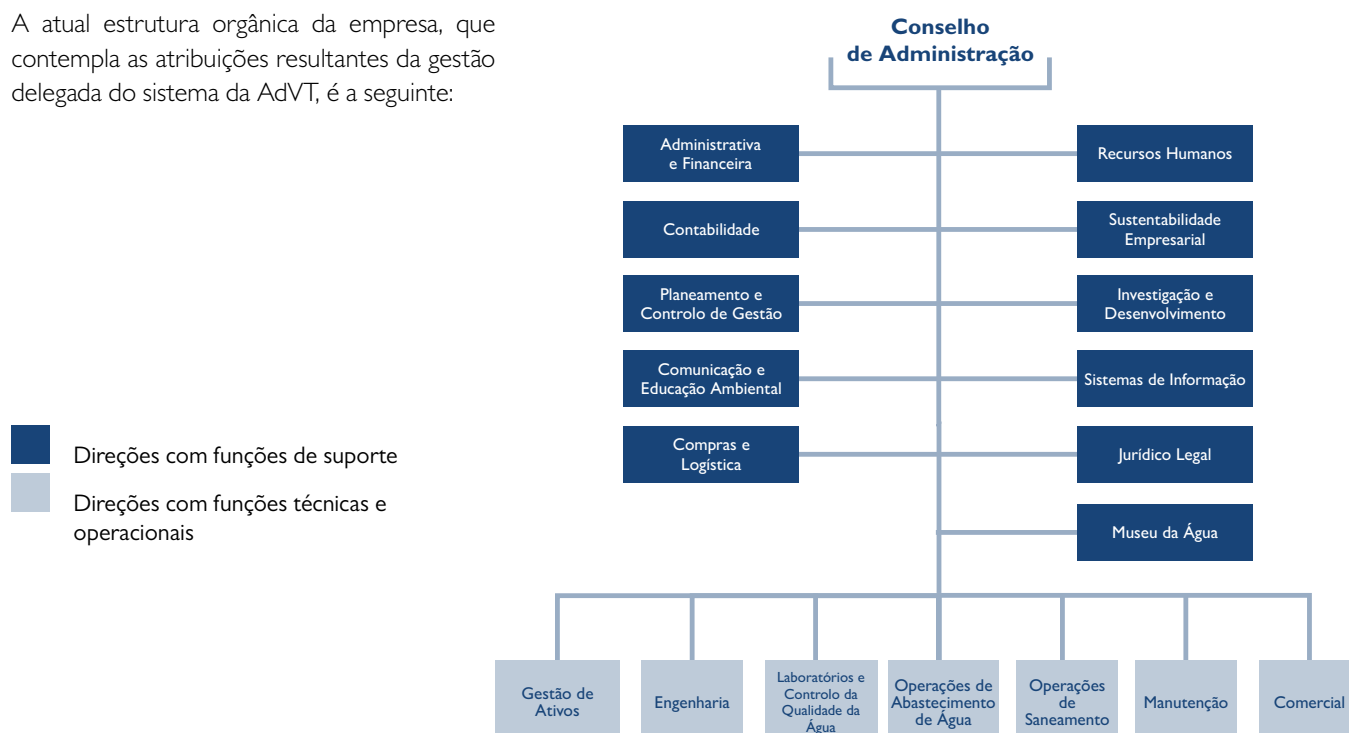
### ESTRUTURA ACIONISTA

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A Águas de Portugal, SGPS, SA, foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Párpública – Participações Públicas, SGPS, SA, com 81%, e a Parcaixa, SGPS, SA., com 19%.

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura orgânica da empresa, que contempla as atribuições resultantes da gestão delegada do sistema da AdVT, é a seguinte:



Em virtude da nomeação de um novo Conselho de Administração, os pelouros atualmente são os seguintes:

**Presidente – José Manuel Leitão Sardinha**

- Secretário da Sociedade
- DOA – Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS – Direção de Operações de Saneamento
- DID – Direção de Investigação e Desenvolvimento
- CEA – Direção de Comunicação e Educação Ambiental
- MDA – Direção do Museu da Água

**Vice-Presidente – Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado**

- DGA – Direção de Gestão de Ativos
- LAB – Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água
- PCG – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão
- JUR – Direção Jurídico-Legal

**Vogal – Telma Susana Rodrigues Correia**

- DRH – Direção de Recursos Humanos
- DCL – Direção de Compras e Logística
- DSE – Direção de Sustentabilidade Empresarial

**Vogal – Barnabé Francisco Primo Pisco**

- ENG – Direção de Engenharia
- MAN – Direção de Manutenção

**Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço**

- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- DCT – Direção de Contabilidade
- DCM – Direção Comercial
- DSI – Direção de Sistemas de Informação

## ORGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AMEGA, representada por António Pombinho

Vice-presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Ana Cristina Rebelo Pereira

### Conselho de Administração

Presidente | José Manuel Leitão Sardinha

Vice-Presidente | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal | Telma Susana Rodrigues Correia

Vogal | Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Vogal | Barnabé Francisco Primo Pisco

### Secretário da Sociedade

Efetivo | Luís Durão

Suplente | Bruno Cortes Lopes

## Órgãos de Fiscalização

### Conselho Fiscal

Presidente | Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogal | Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Vogal | Eduardo José Santos Clemente

Vogal Suplente | Luis Miguel Barros Martins Damas

### Revisor Oficial de Contas (ROC)

SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda.

ROC Efetivo | João Rui Fernandes Ramos

ROC Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues

### Comissão de Vencimentos

Presidente | Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

### Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Fernando José Pires Santana

Vogal | Manuel Duarte Pinheiro

Vogal | Maria Paula Batista Antunes

## Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2020, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

## Síntese de indicadores

Os principais indicadores da atividade da empresa são apresentados nas tabelas seguintes:

## INDICADORES DE ATIVIDADE

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Volume de água vendida (milhões m <sup>3</sup> )	195,4	200,0	<b>197,7</b>	-2,3	-1,2%
Clientes diretos (n.º)	357.452	358.670	<b>357.662</b>	-1.008	-0,3%
Clientes Municipais (n.º)	17	17	<b>17</b>	0	0,0%
Clientes multimunicipais (n.º)	2	2	<b>2</b>	0	0,0%
Municípios abastecidos (exclui Lisboa) (n.º)	34	34	<b>34</b>	0	0,0%
Consumidores (1)	2.859.927	2.868.753	<b>2.887.434</b>	18.681	0,7%
Área abastecida (2)	7.095	7.095	<b>7.095</b>	0	0,0%

(1) INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2019)

(2) Área em Km<sup>2</sup> (ano de referência 2019)

INDICADORES FINANCEIROS <sup>1</sup>

		2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Capital Social	(milhões EUR)	150,0	150,0	<b>150,0</b>	0,0	0,0%
Capital Próprio	(milhões EUR)	621,3	634,9	<b>640,1</b>	5,2	0,8%
Ativo Líquido Total	(milhões EUR)	853,7	853,1	<b>839,8</b>	-13,3	-1,6%
Passivo Total	(milhões EUR)	232,4	218,2	<b>199,7</b>	-18,5	-8,5%
Volume de Negócios	(milhões EUR)	158,2	167,0	<b>161,2</b>	-5,8	-3,4%
CMVMC	(milhões EUR)	1,8	1,8	<b>1,9</b>	0,2	9,4%
Fornecimento e Serviços Externos	(milhões EUR)	32,3	32,9	<b>34,5</b>	1,6	5,0%
Investimento (ativos tangíveis)	(milhões EUR)	12,4	12,2	<b>9,6</b>	-2,6	-21,1%
Endividamento Bancário	(milhões EUR)	117,6	101,7	<b>89,1</b>	-12,5	-12,3%
EBITDA	(milhões EUR)	95,4	102,8	<b>94,0</b>	-8,8	-8,6%
Margem EBITDA	%	60,3	61,6	<b>58,3</b>	-3,3	-5,3%
Endividamento Líquido / EBITDA	n.º	0,3	0,0	<b>-0,2</b>	-0,2	800,4%
Resultado Líquido do Exercício	(milhões EUR)	49,1	52,5	<b>47,0</b>	-5,5	-10,5%
ROCE	%	9,2	10,0	<b>8,8</b>	-1,1	-11,4%
Evolução do Número de Trabalhadores	n.º	1.030	1.030	<b>1.025</b>	-5,0	-0,5%
N.º de Trabalhadores (EPAL)	n.º	656	656	<b>651</b>	-5,0	-0,8%
N.º de Trabalhadores (AdVT)	n.º	374	374	<b>374</b>	0,0	0,0%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	36	32	<b>29</b>	-3,0	-9,4%
Prazo Médio de Recebimentos	dias	51	51	<b>56</b>	5,0	9,8%

<sup>1</sup> Detalhe dos indicadores nos capítulos específicos do relatório, designadamente no capítulo financeiro



[página em branco]



# RECONHECIMENTO/ PRÉMIOS/ CERTIFICAÇÕES

// NÃO PARAMOS //

Durante o ano de 2020 a EPAL foi distinguida com os seguintes prémios e reconhecimentos:

- **ECSI – Índice Nacional de Satisfação do Cliente**

Primeiro lugar no setor da Água na Categoria “Presença Digital”

- **APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial**

- Prémio na categoria “Reconhecimento de Práticas em responsabilidade social e sustentabilidade”, com a iniciativa de “Doação de uma ETA Móvel” a Moçambique na sequência do Ciclone Idai

Menções Honrosas na categoria “Reconhecimento de Práticas em responsabilidade social e sustentabilidade” às candidaturas:

- “H2O Quality” | uma aplicação inédita para toda a população e turistas, que funciona por georreferenciação
- “Laboratório da Água da EPAL na KidZania” | um projeto que simula a vida real de um laboratório que controla a qualidade da água
- “Água da Torneira em Movimento para Todos” | junta diversas iniciativas que sensibilizam para o consumo da água da torneira, reforçam a confiança nas infraestruturas e partilha de boas práticas do uso eficiente da água da cidade de Lisboa
- “Exclusivamente, Água da Torneira!” | um desafio lançado a Entidades Públicas e Privadas onde a EPAL disponibiliza os recursos materiais - Jarros e Garrafas e suportes comunicacionais – e, em troca, estas assumem o compromisso de consumirem exclusivamente água da torneira

// NÃO PARAMOS //



# DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

// NÃO PARAMOS //

O ano de 2020 será recordado devido a uma pandemia global que assolou sem exceção todos países do mundo, gerando uma grave situação sanitária, e ainda promovendo uma abrupta redução da atividade económica, cujos efeitos irão certamente demorar algum tempo a desvanecer-se.

Para fazer face à pandemia Covid-19, a EPAL adotou um vasto conjunto de medidas e efetuou diversas atividades que permitissem proteger os seus trabalhadores e as suas trabalhadoras e, simultaneamente, garantir a continuidade da sua atividade.

Seguindo as orientações de entidades oficiais nacionais e internacionais e da legislação aplicável, para determinar e adequar, sempre que necessário, as medidas a implementar, desenvolveu e implementou um Plano de Contingência, no qual foram definidas as medidas gerais e específicas a implementar, para minimizar os impactos da pandemia na organização, limitar a propagação da doença, garantir a segurança e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, assegurar o desempenho das atividades críticas e essenciais e o cumprimento da missão da Empresa, o que foi conseguido através de uma articulação muito próxima com a Tutela, com a Entidade Reguladora, com o Acionista e, também, com os órgãos representativos dos trabalhadores que foram verdadeiramente inexcedíveis na disponibilidade e sugestões construtivas que sempre deram em defesa dos trabalhadores, da empresa e do serviço público prestado à população.

As principais medidas implementadas pela EPAL para garantir a eficaz gestão da situação de pandemia foram as seguintes:

- O acionamento do Gabinete de Gestão da Crise, estrutura organizativa para a gestão da pandemia e operacionalização das medidas definidas.
- Mediante a identificação dos perigos e avaliação dos riscos, tendo como foco a potencial disseminação doença COVID-19 nas instalações da empresa, foi elaborado de um guia de plano de contingência para a Covid-19 – Construção Civil, para distribuição junto dos empreiteiros, de forma a promover a adequada implementação de planos de contingência nas obras em curso na EPAL.
- Alteração dos regimes de trabalho, tendo sido adotado o regime de trabalho à distância e o desfasamento dos horários de entrada e de saída dos trabalhadores/as, sempre que as funções e atividades o permitiam.
- Para assegurar a realização das atividades técnicas e operacionais procedeu-se à reorganização das equipas de trabalho, com vista a garantir o adequado distanciamento físico;

- Distribuição de equipamentos de proteção individual, reestruturação dos espaços e locais de trabalho para promover o distanciamento físico entre os trabalhadores/as, e reforço dos planos de limpeza e higienização dos espaços para reduzir o risco de contaminação nos locais de trabalho.
- Disponibilização de equipamentos e ferramentas informáticas para permitir a realização das atividades em trabalho remoto e promover a realização de reuniões virtuais.
- Antecipação dos prazos de pagamento aos fornecedores da EPAL, participando assim no apoio a essas entidades que poderiam estar em dificuldades devido à quebra de receitas devido à pandemia.
- Promoção de diversas ações de formação e comunicação, por meios digitais, junto dos trabalhadores/as, bem como de fornecedores para transmitir as regras e medidas a adotar por todos para minimizar os riscos e maximizar a segurança de todos.
- Reforço dos stocks de produtos, materiais e equipamentos críticos para o desempenho das atividades da empresa e para a proteção das pessoas.
- Os espaços e as atividades relacionadas com o atendimento a clientes, visita dos núcleos museológicos, participação em ações de formação presencial na Academia das Águas Livres, refeitórios e bares foram alvo de medidas de prevenção e de organização dos espaços específicas.
- Divulgação de informação sobre a gestão de pandemia na EPAL, através dos canais de contacto online disponíveis.

Ao nível económico, o ano de 2020 na EPAL fica marcado por um desempenho económico e financeiro bastante positivo, embora se tenha verificado uma redução do resultado líquido da empresa face ao atingido no ano anterior. O resultado alcançado de 47,0 milhões de euros reflete sobretudo a diminuição verificada no volume de negócios na atividade da Baixa, fortemente afetada pelo arrefecimento da atividade económica na cidade de Lisboa e, naturalmente, dos gastos acrescidos que a empresa incorreu para mitigar os efeitos da Covid-19.

Assistiu-se igualmente um aumento da dívida de clientes, em grande parte devido às dificuldades que as famílias portuguesas se encontram a passar pela redução da atividade económica, pelo que a EPAL implementou um programa de acordos de pagamento prestacional, com o intuito de apoiar esses clientes a poderem cumprir as suas obrigações, sem entrar em incumprimento.

O investimento global, em 2020, foi de 9,6 milhões de euros e a sua execução foi fortemente condicionada pelas restrições resultantes da pandemia. Para além da necessidade de suspender inicialmente parte significativa das empreitadas em curso, o retomar das obras foi sendo feita faseadamente ao longo do ano, pois houve a necessidade de os próprios empreiteiros se ajustarem à nova realidade, e introduzir novas regras e medidas de segurança. Também a suspensão de algumas das atividades de projeto e o protelamento das datas de entrega de propostas tiveram impacto na execução do ano 2020, prevendo-se ainda estas dificuldades terão impacto futuro na execução das empreitadas que a empresa tem no seu plano de investimentos.

Apesar disso, foram adjudicadas em 2020 diversas empreitadas, num total de cerca de 19,6 milhões de euros, destacando-se a Empreitada de Adutor Castelo do Bode (Duplicação - Fase I - Troço Brogueira/Sobral), a Empreitada de Conceção Construção de Mini Central Hidroelétrica - Asseiceira 0%, e a Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV. Destacam-se ainda a elaboração de um conjunto importante de projetos e o lançamento de diversos concursos destinados a assegurar a continuidade do serviço de abastecimento, o aumento da fiabilidade, o aumento da resiliência das infraestruturas existentes e o aumento da eficiência energética, num montante global de cerca de 32 milhões de euros.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 10,6%. Os valores absolutos e relativos de água não faturada, tanto total como individual

// NÃO PARAMOS //

ao nível da rede de distribuição e do sistema de produção e transporte, permitem manter um nível em que EPAL continue a ser considerada como uma das empresas líderes mundiais na área da gestão eficiente dos recursos hídricos, e das boas práticas para a redução de água não faturada.

Apesar da atividade ter sido fortemente condicionada pela pandemia, no ano de 2020 foram várias as ações e iniciativas desenvolvidas pela empresa no âmbito da sua relação com os principais stakeholders da empresa, designadamente a parceria estabelecida com o Servin – Portal do Cidadão Surdo, para disponibilizar um serviço de atendimento mais acessível e inclusivo para a Comunidade Surda, evidenciando mais uma vez a preocupação da empresa na diferenciação e valorização das instituições que exercem ativamente os valores de responsabilidade e inclusão social. Foi lançado em abril de 2020, em pleno cenário da pandemia Covid-19, uma nova aplicação, dirigida aos seus trabalhadores, a EPAL OnPocket, permitindo assim um pleno acesso a toda a informação da empresa em regime de mobilidade.

Continuaram-se a desenvolver em 2020 diversas campanhas de incentivo do consumo de água da torneira, junto de Entidades Públicas e Privadas, bem como ações de proximidade com os clientes da EPAL, como são exemplo a disponibilização do acesso ao EPALnet através da facilidade autenticação.gov, de campanhas de reforço da disponibilização dos seus canais digitais de modo a que os clientes possam tratar dos assuntos sem necessidade de se dirigirem às lojas da empresa, assim como a continuidade de lançamento de produtos diversificados, como são exemplo o Jarro Gota, a Garrafa Cool Capital Verde, assinalando o facto de Lisboa ter sido a Capital Verde Europeia em 2020, aa coleção de chávenas de café “Bicas com História”, e ainda, durante um ano de pandemia aposta da EPAL numa comunicação digital com os seus Clientes procurando, através de vídeos, divulgar temas relevantes como conselhos úteis para a gestão dos contratos de fornecimento de água, sensibilização para o consumo de água da torneira, uso consciente, entre outros temas.

Importa igualmente salientar a instalação do primeiro bebedouro da rede de Bebedouros de Lisboa, projeto que resulta de uma parceria entre a EPAL, a Câmara Municipal de Lisboa e o GEOTA, tendo sido instalados 29 bebedouros no ano de 2020, de uma rede que terá 200 bebedouros em vários locais da capital. Este projeto visa dotar a cidade de Lisboa de bebedouros para todos, incluindo animais, promovendo assim a excelente água de que a capital dispõe e tornando-a acessível a todos.

Na temática da educação ambiental, foram ajustados em 2020 os formatos presenciais que a EPAL promovia para ações temáticas digitais, como vídeos de visitas a instalações operacionais e vídeos de apoio às ações desenvolvidas para os quatro níveis de ensino escolar. Ao nível dos apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural, foi prosseguida a política de apoio a atividades e eventos destas naturezas, tendo apoiado e patrocinado a realização de diversas atividades e eventos, destacando-se o apoio à UNICEF, através da doação de bombas de água para extrair a água de poços, proporcionando, assim o acesso a água limpa e segura, evitando que as crianças caminhem vários quilómetros por dia para terem acesso a este recurso fundamental e, correspondendo ao pedido de apoio da EPIS, doou 25 computadores e 6 acessos à internet, os quais foram entregues a alunos carenciados da área de influência da empresa e apoiados por esta instituição que, em tempo de pandemia e confinamento, tiveram de acompanhar a escola à distância.

Por fim, e ao nível de prémios e reconhecimentos de entidades externas atribuídos à EPAL durante o ano de 2020, destacam-se a distinção, com a atribuição do primeiro lugar, no setor da Água, na Categoria “Presença Digital”, atribuído pela ECSI – Índice Nacional de Satisfação do Cliente, e o prémio atribuído pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, na categoria “reconhecimento de práticas em responsabilidade social e sustentabilidade”, com a iniciativa de “Doação de uma ETA Móvel a Moçambique na sequência do Ciclone Idai”, para além das menções honrosas atribuídas pela mesma entidade, às candidaturas “H2O Quality”, “Laboratório da Água da EPAL na KidZania”, “Água da Torneira em Movimento para Todos” e “Exclusivamente, Água da Torneira!”.



[página em branco]



# O NEGÓCIO

// NÃO PARAMOS //

PARA QUE A ÁGUA CHEGUE ÀS  
TORNEIRAS DE TODOS E PARA PROTEGER  
A SAÚDE PÚBLICA E O AMBIENTE





# LINHAS ESTRATÉGICAS

// NÃO PARAMOS //

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

Os objetivos das empresas do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O Conselho de Administração da EPAL em funções foi eleito, para o mandato 2020-2022, a 24 de junho de 2020, em pleno contexto de Pandemia Covid-19.

Não foram, até à presente data, fixadas pela AdP SGPS, na qualidade de titular da função acionista da EPAL, as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022, por se considerar que as mesmas deverão decorrer das que vierem a ser fixadas ao Conselho de Administração da AdP, SGPS, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia Covid-19.

Sem prejuízo do exposto, o Conselho de Administração atuou em 2020 em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelo titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, designadamente e sem esgotar, através do desenvolvimento de contributos e medidas para a alavancagem da economia nacional no contexto particular e difícil de Pandemia, com enfoque na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica, na economia circular e solidariedade com os parceiros acionistas, assegurando igualmente o cumprimento da sua Missão, reforçado pelo despacho da Tutela setorial (Despacho n.º 3547-A/2020, (Despacho n.º 3547-A/2020, de 23 de Março), através da prestação contínua e ininterrupta de um serviço público essencial de excelência e salvaguarda da saúde pública da comunidade.

Manteve ainda como principais linhas orientadoras da sua atividade durante o ano de 2020:

- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;

- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores/as, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- Implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Implementar e manter sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

// NÃO PARAMOS //





# ENQUADRAMENTO

// NÃO PARAMOS //

## - A Envoltente

### Contexto macroeconómico<sup>1</sup>

A pandemia resultante da Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início do ano de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

### Global

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de Covid-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando a atividade nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos.

Este exercício de projeção assume que as medidas de contenção serão mantidas ou restauradas até ao fim do primeiro trimestre de 2021 e aliviadas de forma gradual posteriormente. Não obstante esta evolução, enquanto não existir uma solução médica plenamente implementada – no início de 2022 – o vírus continuará a condicionar o comportamento dos agentes económicos e a atividade.

As hipóteses para o enquadramento externo da projeção traduzem uma recuperação gradual da economia mundial. Após uma queda de 3,5% em 2020, o PIB mundial cresce 5,6% em 2021 e 3,7% em média nos dois anos seguintes.

<sup>1</sup> Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

O comércio mundial diminuiu 9,5% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,0% em média nos dois anos seguintes. A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais. A procura externa dirigida a Portugal diminuiu 12,6% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,7% em média no período 2022-23. Assume-se que, a partir de 2021, o comércio entre a União Europeia e o Reino Unido passará a reger-se segundo as condições da Cláusula da Nação mais Favorecida estabelecida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que implica maiores barreiras ao comércio entre as duas regiões e contribui para a revisão em baixa da procura externa dirigida a Portugal.

## Zona do Euro

Após uma queda de 15,0% no primeiro semestre de 2020, o produto interno bruto (PIB) real da área do euro recuperou 12,5% no terceiro trimestre, o que representa um aumento significativamente mais forte do que o avançado nas projeções de setembro de 2020, elaboradas por especialistas do BCE. Contudo, espera-se que a recente intensificação das medidas de contenção em resposta a um forte ressurgimento das infeções por coronavírus (Covid-19) nos vários países resulte numa nova descida da atividade no quarto trimestre. A atividade deverá também ser fraca no primeiro trimestre de 2021.

Não obstante este revés no curto prazo, notícias positivas sobre o desenvolvimento de vacinas conferem maior confiança ao pressuposto de uma resolução gradual da crise sanitária ao longo de 2021 e no início de 2022. Tal, a par do apoio substancial proporcionado pela política monetária e pelas políticas orçamentais – em parte devido ao pacote do instrumento de recuperação da União Europeia (UE) designado “Next Generation EU” (NGEU) – e da subida em curso da procura externa, deverá permitir uma retoma firme no decurso de 2021, com o PIB real a regressar ao nível anterior à crise até meados de 2022. Por conseguinte, apesar de as perspetivas a curto prazo se terem deteriorado, a trajetória do PIB da área do euro a partir de 2022 deverá ser globalmente semelhante à indicada nas projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE. Na área do euro, a atividade económica caiu 7,3% em 2020 e aumenta 3,9% em 2021 e cerca de 3%, em média, em 2022/2023. O ritmo esperado da recuperação económica é diferenciado entre países, refletindo, entre outros fatores, o peso na estrutura produtiva dos setores mais afetados pelo distanciamento social e o alcance e duração da resposta de política económica.

No que se refere à inflação, os efeitos de base em sentido ascendente associados à queda anterior dos preços do petróleo e ao impacto em sentido ascendente decorrente da inversão da redução da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na Alemanha, implicam uma subida da inflação global em 2021. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá apresentar uma recuperação muito mais fraca em 2021, visto que os efeitos desinflationistas generalizados resultantes da fraqueza da procura, especialmente nos setores dos serviços, dominam as pressões em alta sobre os custos decorrentes das restrições do lado da oferta. No médio prazo, a inflação global deverá subir de forma gradual, refletindo sobretudo um ligeiro aumento do contributo da inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares, que, no entanto, se considera que permanecerá bastante fraca, situando-se em 1,2%, em 2023. De um modo geral, a projeção de referência indica uma subida da inflação medida pelo IHPC de 0,2% em 2020 para 1,0% em 2021 e, posteriormente, uma nova subida gradual para 1,1% em 2022 e 1,4% em 2023.

Tendo em conta a persistente incerteza significativa quanto à evolução da pandemia, às potenciais soluções médicas (incluindo a distribuição e a adesão às vacinas) e à dimensão das marcas deixadas na economia, foram novamente preparados dois cenários alternativos. O cenário moderado considera uma contenção mais bem-sucedida do vírus, uma rápida disponibilização de vacinas e marcas limitadas deixadas na economia. Neste cenário, o PIB real recuperaria 6,0% no próximo ano, atingindo os níveis anteriores à crise já no final de 2021, e a inflação subiria para 1,5% em 2023. Em contraste, o cenário grave, com uma resolução tardia da crise sanitária e perdas substanciais e permanentes de potencial económico, implicaria um aumento marginal em 2021 do PIB real, que, em 2023, ainda se situaria cerca de 2% abaixo dos níveis registados antes da crise, sendo a inflação apenas de 0,8% nesse ano.

// NÃO PARAMOS //



## Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2020 são os seguintes:

	Estimativa 2020	Ano 2019
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	-8,1%	2,2%
Taxa crescimento Consumo Privado	-6,8%	2,4%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	-0,2%	0,3%
Taxa de desemprego	7,2%	6,5%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,42%	0,76%

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. Prevê-se assim que a atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. No terceiro trimestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas. A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais. A projeção aponta para uma queda da atividade no quarto trimestre de 1,8% face ao trimestre anterior. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social. Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia.

A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expectativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo. De 2021 a 2023, a balança corrente e de capital volta a apresentar um saldo positivo refletindo a melhoria da balança de bens e serviços e o aumento da entrada de fundos europeus, em particular do Next Generation EU (NGEU).

Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa cresce acima da área do euro no período 2022/2023, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da área do euro.

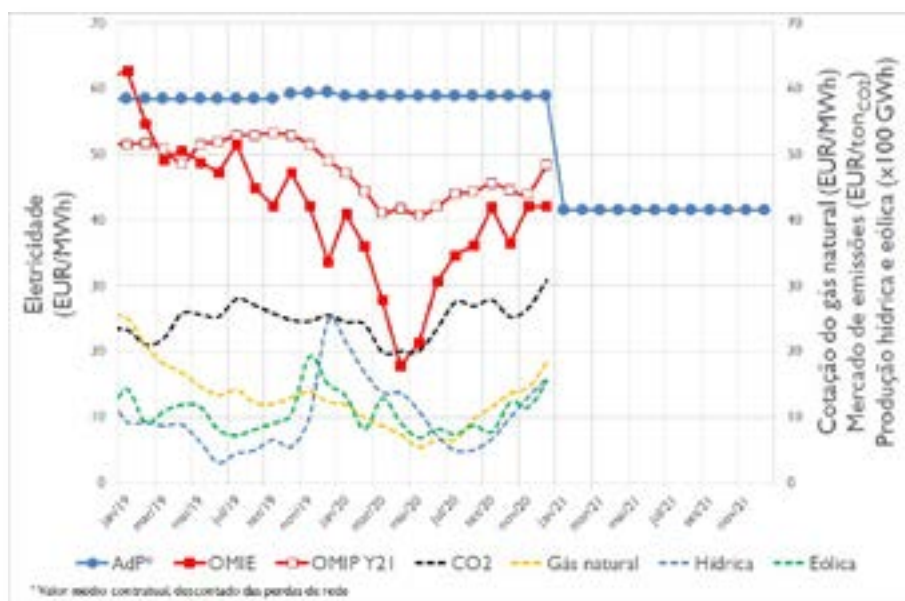
As perspetivas para a economia portuguesa estão rodeadas de uma incerteza elevada associada à evolução da pandemia e à implementação no curto prazo de uma solução médica eficaz em larga escala. A resposta dos agentes económicos às medidas de proteção da saúde pública e o impacto das medidas de apoio também acarretam incertezas.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2023 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, entre -0,1% e 0,1% (2020/2023).

## A energia no Grupo AdP - Preços e consumos

No ano de 2020 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 33,99 €/MWh (47,87 €/MWh em 2019).

Esta descida face a 2019 resulta fundamentalmente do impacto da pandemia Covid-19 nos mercados elétricos, em resultado da forte redução da economia e, por consequência, dos consumos energéticos.



A figura anterior traduz a evolução do preço da energia nos mercados Ibéricos nos anos de 2019 e 2020.

Analisando pelas componentes que influenciam o preço da energia destaca-se o aumento da produção hídrica em 38% e a redução do preço do gás natural em 34%, sendo que a cotação média do CO<sub>2</sub> em termos anuais não sofreu grande variação.

Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2020/ 2019
Portugal	-29%
Alemanha	-19%
França	-18%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2021, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2020/ 2019
Portugal	-15%
Alemanha	-16%
França	-11%

No ano de 2020, a produção de energia elétrica em Portugal foi de 49.342 GWh (+1,2% do que em 2019), enquanto o consumo nacional se situou em 48.813 GWh, inferior em 3,0% face a 2019, sendo o mais baixo consumo da década (fica 6,8% abaixo do máximo registado em 2010).

Esse consumo foi satisfeito em 55% com produção de origem renovável, superior aos 49% verificados em 2019. A produção térmica (45%) apresentou um crescimento de 5% no gás natural e de 5% na cogeração (face a 2019), sendo de realçar que a produção com base em carvão reduziu-se em 58%, sendo de apenas 4% a sua importância no consumo de 2020. O saldo com o exterior foi importador em 3% do consumo (em 2019 o saldo importador foi de 7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2020 foi 0,5° C inferior a 2019, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica aumentou de 0,81 em 2019 para 0,97 em 2020, com impacto na produção hídrica que aumentou em 38% entre os dois anos.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

No ano de 2020 verificou-se de novo a subida das TAR, que correspondeu a +2,15% face a 2019. Essa tendência mantém-se para 2021, uma vez que as TAR tornam a subir, embora apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%).

Com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram muito ligeiramente entre 2020 e 2019, cifrando-se neste ano em 746,0 GWh (-0,2% do que em 2019).

Destes, 721,6 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -0,4% do que em 2019 e 24,4 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,5% do que em 2019). Este valor de 721,6 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 718,6 GWh e do fornecimento pela REN de 3,0 GWh no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação.

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2020 apontam para uma produção de quase 35,7 GWh/ano (+8,5%), dos quais 11,3 GWh (+14,5% do que em 2019) foram para venda à RESP.

Na produção de energia elétrica, o destaque vai para o biogás, que em 2020 foi responsável pela produção de 31,3 GWh/ano (+1,7 GWh/ano e +5,9% do que em 2019) e para o solar fotovoltaico com 4,4 GWh/ano (+0,9 GWh/ano e +2,1% do que em 2019).

Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,8% do seu consumo total de energia (foi de 4,4% em 2019). Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 710,3 GWh, que representa uma variação de -0,6% do que em 2019, em que o saldo foi de 714,3 GWh.

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, a produção própria de energia possibilitou uma redução de -9.143 toneladas, o que representa uma redução de 496 toneladas face a 2018 (-5,7%).

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2020 os 75,2 milhões de euros (+0,9% do que em 2019), que corresponde a cerca de +0,7 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do consumo (-0,2%), com o aumento do preço médio de compra de energia (cerca de +0,1%) e o aumento do valor médio das TAR (+3,0%).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2020 foi cerca de 104,3 €/MWh (103,0 €/MWh em 2019), correspondendo a um aumento médio de +1,3% face a 2019, representando o custo de aquisição de energia 60% (versus 61% em 2019).

Contudo, os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,57 e 62,49 €/MWh, para 2020 e 2019, respetivamente (+0,1%). O diferencial para mais resulta da aplicação das TAR e de outros impostos e taxas legalmente aplicáveis.

Em termos nacionais e relativamente a 2020, o Grupo AdP é um dos cinco maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP, tendo sido de 1,4% em 2019), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2020, 6.453 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 1.005 em Média Tensão, 374 em Baixa Tensão Especial e 5.065 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +6,15% face a 2019 (+374 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, apenas 6.188 registaram consumos durante o ano de 2020, representando 95,89% ativos.

O Grupo celebrou para 2021 e 2022 um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE com uma redução média de 30% face ao contrato em vigor em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020. Já nos fornecimentos em BTN, o contrato em vigor abrange o período anual de 2021 e 2022, estando em curso o lançamento de um procedimento de consulta de mercado em resultado do surgimento de uma oportunidade que pode ser vantajosa.

Estima-se que para o ano de 2021, o valor médio deverá situar-se em torno dos 87,00 €/MWh (versus 104,3 €/MWh em 2020 e 103,0 €/MWh em 2019), o que representa uma importante redução face aos preços unitários praticados nos dois anos imediatamente anteriores, fortemente influenciado pela descida do preço médio de compra de energia no mercado, e em resultado da estratégia que se vem seguindo no processo de compra.

Os valores estimados para 2021 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Sem embargo, é ainda possível incrementar uma maior redução de gastos através de uma gestão eficiente da energia, envolvendo a otimização dos níveis de tensão, a redução das potências contratadas, a eliminação da energia reativa e o ajustamento do perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento,

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, I de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005. Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, como se indica no ponto anterior relativo à estratégia nacional para a energia para 2030, que devem ser tidos em consideração na definição de qualquer estratégia relacionada com a energia.

Nesse sentido merece destaque a aprovação e a apresentação pública do Projeto de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a atingir não se limita à elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;
- Os objetivos passam em primeiro lugar, pela redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
- As fontes de produção de energia renovável baseiam-se num mix, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, principalmente solar (solo e flutuante), eólica, hídrica e cogeração a biogás através da maximização da sua produção;
- O projeto teve em conta a maximização do escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética e a permuta de energia entre infraestruturas e entre empresas, por via da Comunidade de Energia Renovável que se pretende contruir;
- As ações constantes do Projeto foram pré-dimensionadas e orçamentadas, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais parâmetros pertinentes, bem como o cronograma previsional de execução, considerando, como prioritários, os projetos com potência mais elevada, com maior nível de autoconsumo e com as TIR mais elevadas;
- Foram considerados os valores de redução de emissões de CO<sub>2</sub> que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal, apesar de não terem sido tidos na avaliação económica dos mesmos;

- O Projeto de Neutralidade Energética permitiu ainda aprofundar matérias como a coesão territorial e de solidariedade energética, tirando partido da estratégia que o Grupo AdP persegue – esta no seu ADN - e que consiste numa das suas principais missões.

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

Assim, com a implementação deste Projeto, as empresas do Grupo AdP para além da redução dos seus consumos passarão a controlar de forma mais direta o preço da energia elétrica, sem embargo dos efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias poderão induzir no preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Justifica-se, ainda, que se destaque o facto de este importante projeto de desenvolvimento, que teve início em janeiro de 2020, constituir uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da *United Nations Global Compact* - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

## - O Setor

### O setor a nível mundial <sup>2</sup>

**“A água é um direito humano. Ninguém deve ter esse acesso negado”**

António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas.

**“Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e justos para todos, melhorar a qualidade da água e reduzir para metade a proporção de águas residuais não tratadas reduzindo substancialmente o número de pessoas afetadas pela escassez de água. Um propósito que simboliza precisamente a mensagem da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás”**

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS)

O acesso a água potável e ao saneamento adequado é um direito humano básico e constitui-se como fator fundamental na obtenção de bons resultados em áreas de desenvolvimento como agricultura, energia, capacidade de adaptação a desastres, saúde humana, meio ambiente e, ultimamente, crescimento económico. Em muitos países, o crescimento económico e demográfico e a consequente urbanização aumentaram a procura de água, enquanto a oferta permaneceu inalterada ou diminuiu devido, fundamentalmente, às mudanças climáticas.

Apesar de nos últimos 25 anos, o número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água tenha sido reduzido para metade, em 2015, pouco mais de um quarto da população nos países considerados pobres teve acesso a melhores serviços de saneamento.

Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Poucas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

À escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos eventos climáticos extremos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Paralelamente, as incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria.

Foi neste âmbito que o *World Bank Water Global Practise* constitui o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para a Água) baseado na: i) sustentabilidade dos recursos hídricos, ii) acessibilidade e iii) resiliência dos sistemas.

E reconhece que a gestão sustentável da água não inclui apenas o acesso à água potável e serviços de saneamento adequados, mas também envolve abordar a questão em um contexto mais amplo, incorporando questões como qualidade da água e esgoto, gestão, escassez e uso eficiente da água, gestão dos recursos hídricos e proteção e restauração dos ecossistemas relacionados.

Como referido, os desafios existentes neste setor não se limitam aos países em desenvolvimento. O fenómeno das alterações climáticas é planetário. Como exemplo, Melbourne, na Austrália, viu-se confrontada recentemente com uma contaminação no seu sistema de abastecimento de água, causado por uma tempestade.

Dois destes desafios são objetivamente a necessidade de reduzir o consumo de água e, simultaneamente, diminuir o grau de poluição das águas residuais. A questão é: como?

É habitualmente aceite que a resolução passa não só pela tecnologia, mas também (e sobretudo?) pelas pessoas e processos. O setor de água é, desde há muito, conhecido por ser “rico em dados”, mas “pobre em informações”. Parte da explicação está no facto das necessidades não terem sido total e adequadamente definidas. O esforço nesta matéria será o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação é necessária e que dados irão satisfazer as necessidades dessas mesmas partes. Após essa definição, devem seguir-se os processos de análise (de lacunas) para que se considere a função de instrumentação.

Como fonte de dados, a instrumentação, constitui-se como um pilar para a construção de uma futura “indústria de água transformada digital”. Efetivamente, isto permitirá usar os dados e convertê-los em informação, consciência situacional, visão comercial e operacional. Com isto o setor, a indústria e as empresas estarão mais aptas a atender os clientes e a proteger o meio ambiente.

Instalando a instrumentação da forma adequada e sobretudo usando-a para as aplicações certas, está-se em condições de garantir a correta operação e manutenção e com isso obter dados adequados e qualidade na informação. Em última análise, permitirá o não comprometimento das visões táticas e estratégicas.

A mensagem que se pretende passar e que as organizações mundiais subscrevem é que se o setor deseja alcançar a transformação digital, temos que acertar o básico.

## O abastecimento e o saneamento em Portugal <sup>3</sup>

Os serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais são de uma enorme relevância no desenvolvimento de um País. Quer do ponto de vista da saúde pública, quer do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto um facto que, a redução dos períodos de retorno dos investimentos, implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garantem a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série



Panorama Nacional	
Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,7 milhões de habitantes servidos	8,6 milhões de habitantes servidos com drenagem
96% de alojamentos servidos	85% de alojamentos servidos
189 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,5 milhões de habitantes servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,5293€/m <sup>3</sup>	84% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,60%	1,3 milhões de m <sup>3</sup> de águas residuais tratadas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5316€/m

Dados RASARP 2020 - ERSAR

Manteve-se em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais. Este Plano Estratégico representa o instrumento estratégico para o setor em Portugal, que promove, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais:

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização

e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.

## O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido maioritariamente pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se o início da atividade operacional da empresa Águas do Alto Minho, em 1 de janeiro de 2020, que constitui uma parceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Em 2020, ano marcado pela Pandemia Covid-19, o Grupo preparou-se, quer no âmbito dos Planos de Contingência para o COVID-19, quer nos planos operacionais e de emergência para gerir os riscos e as contingências inerentes a este tipo de situação, de forma a garantir o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas foi desenvolvido e implementado um Plano de Contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus COVID-19, elaborado de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde, que integra medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, promovendo ainda uma redução de encargos associados.

O Grupo AdP está a implementar um programa (ZERO) integrado que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030. Com este programa, o Grupo posiciona-se como o primeiro grupo de dimensão internacional a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

No âmbito do Despacho 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Serviços assumiu-se como entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais, através de cessão da posição contratual, em que

se substituiu à AdP Energias. Mantém como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, e na sequência da publicação do Decreto-Lei 119/2019 de 21 de agosto, o Grupo AdP encetou um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

O Grupo reafirmou o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal integrar a rede “Leading Utilities of the World”, onde se juntam as empresas do setor que se distinguem mundialmente pelo seu elevado desempenho e capacidade de inovação, e estar, pela primeira vez, representada no board da Water Europe, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

O Grupo é também membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

## - A Regulação

### Enquadramento regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos “alta” (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e “baixa” (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

### Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, parceria e gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifas contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária, aguardando-se a respetiva regulamentação durante o 1.º trimestre de 2021.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício. Em 2020 procedeu, conjuntamente com a ERSAR, à reconciliação dos saldos dos DRG acumulados registados no balanço dos SMM, tendo-se concluído que os valores se encontravam corretos.

O Grupo AdP manteve em 2020 a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Durante o ano de 2020, o Grupo AdP continuou a manter a sua participação no âmbito das consultas públicas promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira.

Destaca-se, a este propósito a participação na consulta pública relativa à proposta de Regulamento da Qualidade do Serviço, em novembro de 2020.

O modelo de exploração da EPAL, pertencente ao universo do Grupo AdP, assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em “alta” a 35 concelhos e em “baixa”, no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração, bem como os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Em 2015, foi delegada à EPAL a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento, concessionado à AdVT.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR, no que respeita à fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho, e demais legislação e regulamentação complementares, tendo em consideração as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL, bem como os contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve: (i) refletir os riscos específicos acrescidos, associados à gestão do sistema de gestão delegada; (ii) ter por referência o financiamento de projetos equivalentes em condições de mercado; e (iii) atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

A taxa incide sobre o conjunto de bens e meios e a capacidade das infraestruturas existentes que se encontrem afetos às atividades de serviço público da EPAL, por razões de segurança e de fiabilidade, integram a base de ativos relevante e necessária da EPAL, sendo valorizados de acordo com o valor contabilístico registado nas últimas contas aprovadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela AdVT e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Deste regime decorre uma componente tarifária acrescida (CTA) a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela AdVT.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015/2020, a preços constantes, bem como a CTA, a preços constantes, que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em “alta” e que é repercutida nos clientes em “baixa” da empresa. A atualização destas tarifas está sujeita à avaliação e emissão de parecer por parte da ERSAR.

As tarifas e a CTA aplicadas na faturação pela EPAL durante o ano de 2020 foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2019.

## Regulação da qualidade do serviço

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR já no decorrer de janeiro de 2021.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da EPAL.

## Regulação da qualidade da água para consumo humano

A EPAL que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a EPAL deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a EPAL implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em 6 de dezembro de 2019 o PCQA de 2020 referente à Alta da EPAL foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA aprovado, em 2020 foram efetuadas 17.529 análises, sendo que foram detetados 49 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,69% (Indicador da ERSAR – Água Segura).

Em 19 de dezembro de 2019 o PCQA de 2020 referente à Baixa da EPAL foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA aprovado, em 2020 foram efetuadas 13.432 análises, sendo que foram detetados 72 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,56% (Indicador da ERSAR – Água Segura).

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega e na torneira do consumidor realizado pelas entidades gestoras são também incluídos no RASARP.

O volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi divulgado pela ERSAR em setembro de 2020.

Em 2020, no sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os trabalhadores envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

## Regulação da interface com o utilizador

A EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a EPAL dispõe de livro físico de reclamações. Também é disponibilizado no sítio da internet da EPAL o livro de reclamações eletrónico.





# O NEGÓCIO

// NÃO PARAMOS //

## - Introdução

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL a manutenção da sua gestão delegada, conforme decorre do disposto nos Decretos-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e n.º 34/2017, de 24 de março.

No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

## Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.

## Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 350 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

## Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo

A EPAL é responsável por assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora, e que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

## Outras Atividades

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água – WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres, atividade que conta com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.



# SUSTENTABILIDADE

// NÃO PARAMOS //

## - Enquadramento

A Sustentabilidade no Grupo AdP é parte integrante da estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a qualidade dos nossos serviços, ao longo do tempo, está alicerçada nas nossas preocupações éticas, sociais, laborais económicas e ambientais.

A água o mais precioso dos recursos é um direito humano consagrado pela ONU, assim como o Saneamento assumindo o ODS 6 uma importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Assim, o Grupo Águas de Portugal que tem por missão prestar serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento e enquanto grupo empresarial com maior impacto na vida dos Portugueses, está bem ciente da enorme responsabilidade inerente a estas atividades essenciais à qualidade de vida e da saúde das pessoas, ao desenvolvimento das atividades económicas e à preservação do ambiente, contribuindo ao longo das últimas décadas para uma profunda transformação do setor em Portugal. Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS e entendemos que somos parte da solução para essa concretização.

2020 foi um ano conturbado e muito marcado pela Pandemia. Neste contexto de incerteza, prosseguimos o nosso caminho adaptando os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, qualidade de serviço e de eficiência. Mas o Grupo Águas de Portugal com a sua experiência e conhecimento acumulado, levou a cabo o seu compromisso de prestar serviços críticos e essenciais de uma forma ininterrupta com o empenho e espírito de missão, dos nossos/as trabalhadores/as que na linha da frente estão garantindo a continuidade das operações. "Nunca parámos". Caiu sobre nós uma acrescida responsabilidade pois os nossos serviços são o garante da saúde pública. Implementámos em tempo os Planos de contingência em todas as empresas do Grupo de forma a garantir uma resposta eficaz na minimização do impacto de potenciais riscos para a saúde dos nossos/as trabalhadores/as bem como para a continuidade das nossas atividades. Reajustámos a operação, garantimos a segurança e saúde

dos nossos/as trabalhadores/as tanto das estruturas operacionais como aos que podiam exercer as suas funções em trabalho remoto. Disponibilizámos EPIs adequados, apoio psicológico, ginástica laboral, entre outros, a todos os nossos. Readaptámo-nos para garantir que nunca faltasse água na torneira dos Portugueses e que as suas águas residuais fossem tratadas.

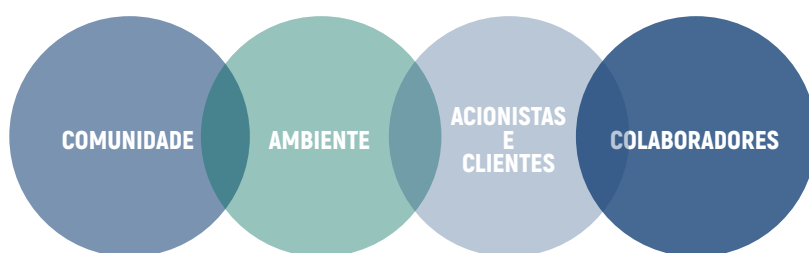
A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP redefinida em 2017 resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Foi definida a análise de materialidade, identificados os principais desafios do grupo e definidos os seus Princípios e Compromissos.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadores/as, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP disponível em [www.adp.pt](http://www.adp.pt).

De forma a enfrentar os grandes desafios sociais associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente, impõe-se uma evolução do paradigma, rumo que assumimos no Quadro Estratégico de Compromisso onde sistematizamos a nossa visão para 2030. Em 2021 iremos rever a na nossa estratégia de sustentabilidade com base nos desafios definidos no Quadro Estratégico de Compromisso os nossos compromissos e metas 2021-2023.

## Estratégia de Sustentabilidade 2017/2020

O Grupo AdP definiu a sua estratégia baseada no conceito de simbioses. Acreditamos que a sustentabilidade se consegue criando simbioses com os acionistas e clientes, com os colaboradores, com as demais partes interessadas e com o ambiente, com quem tem uma relação de estreita interdependência.



Simbiose é uma relação mutuamente vantajosa entre dois ou mais organismos vivos de espécies diferentes. Na relação simbiótica, os organismos vivos agem ativamente em conjunto para proveito mútuo.

### Simbiose com Ambiente

#### Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

##### Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água;
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos;
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas;
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento.

// NÃO PARAMOS //

## **Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas**

### **Compromisso:**

- Garantir a ecoeficiência do Grupo.

## **Simbiose com os Acionistas e Clientes**

### **Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente**

### **Compromissos:**

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável.

## **Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida**

### **Compromissos:**

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações;
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto;
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade.

## **Simbiose com os Colaboradores**

### **Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo**

### **Compromissos:**

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz.

## **Simbiose com a Comunidade**

### **Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade**

### **Compromissos:**

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento;

- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais;
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

A EPAL acompanhou a implementação da sua estratégia de sustentabilidade e elaborou, à semelhança dos anos anteriores um Relato de sustentabilidade que está disponível na internet, no link <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/publicações/relatório-de-sustentabilidade>.

## Atividade durante o ano de 2020

A EPAL entende que o desenvolvimento e a melhoria contínua dos seus processos, a prestação de um serviço público de qualidade e a diversificação numa ótica de aumento da eficiência são pilares essenciais e que a tornam como referência no setor de ambiente. Para tal, apostou fortemente nas certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Energia e Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, numa lógica de transparência e credibilidade.

Tendo em conta o descrito a EPAL implementou e certificou vários Sistemas de Gestão, nomeadamente, Qualidade, Ambiente, Segurança, Energia e Gestão de Ativos. Em 2020, para além de ter mantido a certificação dos sistemas já referidos, certificou o Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar, de acordo com a norma NP 4552:2016, incluiu a Frota no sistema de Gestão de Energia, foi alterado o referencial utilizado no que respeita à Segurança e Saúde no Trabalho, que passou a ser a NP ISO 45001:2019 e, evidenciando os esforços realizado na implementação de inúmeros procedimentos descritos no Plano de Contingência Covid-19, para assegurar a higienização dos diversos espaços com maior nível de utilização, obtivemos a Marca COVID-SAFE, atribuída pela APCER, para os espaços Museológicos, a loja da Sede da EPAL, a Academia das Águas Livres e os Refeitórios.

A Empresa dispõe ainda de diversas ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a sua atuação de acordo com os princípios e valores de Grupo. Entre essas, relacionadas com a conduta ética dos/as colaboradores/as e fornecedores/as nas empresas do grupo, destacam-se o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP, a Comissão de Ética, os Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, os Regulamentos de Fornecedores, e a implementação da norma da Conciliação da Vida Pessoal, Familiar e Profissional.

## - Stakeholders / Partes Interessadas

A EPAL está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

O relacionamento da empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da empresa na sua vivência diária.





## Deveres especiais de prestação de informação

A EPAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

No ano de 2020 foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela empresa no âmbito da sua relação com os principais stakeholders da empresa, designadamente:

### Foram desenvolvidas diversas iniciativas de aproximação à comunidade e aos clientes, merecendo destaque:

- **EPAL e SERVIN parceiros para um Atendimento mais Inclusivo**

A EPAL estabeleceu uma parceria com o Servin – Portal do Cidadão Surdo - para disponibilizar um serviço de atendimento mais acessível e inclusivo para a Comunidade Surda, tendo como objetivo assegurar um atendimento mais personalizado através de vídeo chamada, permitindo a comunicação com a EPAL através de língua gestual, evidenciando mais uma vez a preocupação da empresa na diferenciação e valorização das instituições que exercem ativamente os valores de responsabilidade e inclusão social.

Este novo serviço inclusivo foi divulgado através do Site e Redes Sociais da EPAL e ainda nas Redes Sociais da Servin. Foram ainda colocados Posters nas Lojas EPAL e um folheto informativo com toda a informação necessária para a comunidade surda que se desloca às Lojas EPAL.

- **Lançamento da app On POcket**

A EPAL lançou em abril de 2020, em pleno cenário da pandemia Covid-19, uma nova aplicação, dirigida aos seus trabalhadores, a EPAL OnPocket.

Esta app veio permitir que os trabalhadores acessem no seu smartphone a informações e a documentos que apenas estavam disponíveis no seu local de trabalho, colmatando assim uma lacuna sentida em situações em que não se encontravam nas instalações da empresa.

A divulgação foi efetuada através do envio de e-newsletter de lançamento a todos os trabalhadores, posts na Intranet, vídeo promocional da app OnPocket e envio de SMS a todos os trabalhadores com link da app EPAL OnPocket para as stores (Google Play e App Store).

A app EPAL OnPocket teve no dia do seu lançamento uma enorme adesão por parte dos trabalhadores, um reconhecimento da importância desta ferramenta para o dia-a-dia de todos. Praticamente a totalidade dos trabalhadores já descarregou a aplicação, usando-a com bastante regularidade, evidenciando a utilidade que a mesma tem para todo o público interno.

- **Campanha de Incentivo do Consumo Água da Torneira em Entidades Públicas e Privadas**

Em 2020, e pese embora o confinamento e as restantes restrições verificadas pandemia, cerca de 40 Entidades Públicas e Privadas da capital passaram a consumir, exclusivamente, água da torneira nas áreas comuns das suas instalações.

Neste ano merecem destaque diversas entidades como a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, a Ordem dos Psicólogos, a Ordem dos Farmacêuticos, a Comissão Cultural de Marinha, a AMI - Assistência Médica Internacional, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, a Inspeção Geral dos Serviços de Justiça, bem como diversos organismos do Ministério do Trabalho como o Instituto Nacional para a Reabilitação, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, a Direção-Geral da Segurança Social, o Instituto da Segurança Social, a Autoridade para as Condições de Trabalho, entre outros.

No que respeita à garrafa Lisbon Tap Water Bottle, destinada a promover o consumo de água da torneira nos Centros de Congressos, Hotéis, Universidades e Restaurantes de Lisboa, destacam-se neste ano a adesão do ISA - Instituto Superior de Agronomia, do ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências e também do ISCSPI - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

### ● **Campanha EPALnet Já tem Autenticação GOV**

A EPAL lançou uma campanha de divulgação da nova modalidade de acesso ao Balcão Digital, com o lema “EPALnet já tem autenticação gov”, informando os Clientes que já podem aceder a este serviço interativo e gerir o seu contrato através do Cartão do Cidadão ou Chave Móvel Digital.

Esta nova modalidade visa facilitar o acesso a este serviço interativo, através da simplificação dos procedimentos, que permite que o acesso seja mais simples e rápido, através do Cartão de Cidadão ou da Chave Móvel Digital (associa um número de telemóvel a número de identificação do cidadão).

Esta campanha abrangeu diversos meios como e-newsletter, posters nas Lojas EPAL, Redes Sociais, destaque no Site EPAL e uma mensagem na Conta da Água.

### ● **Campanha “Trate dos assuntos da EPAL no conforto do seu lar”**

A EPAL lançou a campanha “Trate dos assuntos da EPAL no conforto do seu lar” dirigida aos clientes de Lisboa no arranque do confinamento obrigatório, em março de 2020, visando reforçar que todos os assuntos relacionados com o contrato de abastecimento de água podiam ser tratados através dos canais digitais e telefónicos da empresa.

Neste âmbito salientaram-se a Linha de Atendimento disponível 24h/todos os dias do ano, o balcão digital EPALnet, as apps gratuitas myAQUA e H2O Quality, bem como as linhas verdes de Leituras, Roturas na Via Pública e Faltas de Água.

Tendo presente o universo de 355 mil Clientes da EPAL, foi feita a permanente atualização do Site EPAL e produzidos diversos suportes digitais, como e-newsletters, bem como foram expedidos SMS's e publicados anúncios de imprensa, posts para Redes Sociais e também um spot de rádio.

### ● **Campanha Boas Práticas nas Redes Prediais**

Durante a pandemia, inúmeros edifícios, andares e estabelecimentos encerraram as suas atividades. Preocupada com as condições de manutenção das redes prediais do edificado, a EPAL teve a iniciativa de comunicar, na retoma, as boas práticas de higienização de Redes Prediais de Água junto dos seus milhares de Clientes Não-domésticos.

Durante o confinamento de março, a EPAL recolheu informação e preparou um conjunto de conselhos de cariz técnico especializado, tendo também em consideração ações de benchmarking de práticas levadas a cabo em alguns países europeus.

A informação foi divulgada em abril nos meios digitais da EPAL fazendo chegar estas Boas Práticas às atividades comerciais, ajudando com informação decisiva para a manutenção das boas condições da água de consumo, salvaguardando a sua qualidade.

Esta campanha contou com a colaboração da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT).

### ● **Campanha de lançamento da Garrafa Cool Capital Verde**

Em 2020, Lisboa foi a Capital Verde Europeia e, para assinalar essa distinção, a EPAL lançou no Dia Mundial do Ambiente uma edição especial da Garrafa COOL, com uma imagem alusiva ao prémio que se reveste de grande importância para a Capital, e também para a EPAL que, assume no seu dia-a-dia, o compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Preservando o seu design, manufatura e materiais 100% portugueses, esta edição especial ganhou mais cor e veio juntar-se às anteriores versões já lançadas. Esta nova edição é em barro vermelho e tem uma serigrafia com imagens de locais emblemáticos da cidade, tais como, o Aqueduto das Águas Livres, jardins que convidam a um passeio, fontes de energia renovável e, naturalmente, a água.

A divulgação foi efetuada nos meios digitais da EPAL como o Site EPAL, as Redes Sociais e e-newsletter, complementados com outdoors na cidade de Lisboa e anúncios de imprensa, nomeadamente nas Revistas Expresso, Sábado, Time In, Visão Verde, jornal Público, entre outros.

## ● Campanha Uso Consciente da Água

Considerando o contexto atual de pandemia, em que a maior parte das pessoas passou a estar mais tempo em casa, tornou-se ainda mais importante a sensibilização para um uso consciente da água. Neste sentido, a EPAL lançou uma campanha de uso eficiente “Água da torneira. Use só o que precisa” com recurso ao conceito de “Certo” e “Errado”, pretendendo sensibilizar para o uso consciente deste bem essencial através de ilustração, de elementos gráficos que distingam o que está correto e o que não está correto.

Esta campanha foi promovida através do Site, Redes Sociais da EPAL e do envio de uma e-newsletter, bem como através de posters nas Lojas EPAL e ainda marcadores interativos, com as imagens ilustrativas da campanha.

## ● Campanha “EPAL e Zomato lançam coleção “Aqui bebo Água da Torneira”

A EPAL lançou um projeto em parceria com a Zomato, em que desafiou os restaurantes de Lisboa a disponibilizarem água da torneira aos seus clientes, sensibilizando para um consumo mais sustentável, bem como para a redução da utilização de garrafas de plástico.

No ano em que Lisboa foi Capital Verde Europeia e, no âmbito do projeto da EPAL em prol da economia circular e das boas práticas ambientais, a coleção “Aqui bebo Água da Torneira” disponível na app da Zomato, apresentou os restaurantes que aceitaram o desafio. Para o efeito, foram disponibilizados jarros e garrafas de vidro EPAL aos restaurantes.

Esta nova coleção arrancou com um conjunto de mais de 30 restaurantes posicionando-os como sustentáveis. Desta forma, os consumidores podem tomar as suas decisões de consumo, tendo por base a informação de quais são os restaurantes que promovem o consumo de água da torneira e a disponibilizam, premiando os espaços que adotam estas boas práticas ambientais.

Este projeto tem como parceiros a Câmara Municipal de Lisboa, o Turismo de Portugal, a ZERO e a Lisboa E-Nova.

## ● Concurso Design Circular

No ano em que Lisboa foi Capital Verde Europeia e, no âmbito do projeto desenvolvido pela EPAL em prol da economia circular e da promoção de boas práticas ambientais, foi lançado o desafio “Design Circular por Natureza” aos alunos da ETIC - Escola de Tecnologias, Inovação e Criação, com o objetivo de transformar materiais em fim de vida em peças de design exclusivo. Os alunos tiveram de apresentar propostas de merchandising feito a partir de materiais excedentes da EPAL (como papel, cartão, lonas e telas publicitárias, e garrafas Fill Forever em fim de vida), com a cultura e história da EPAL, e ainda com os princípios da economia circular, minimizando o impacto sobre as matérias-primas naturais, contribuindo para a diminuição da pegada ecológica.

As candidaturas revelaram um excecional trabalho e empenho dos alunos que aceitaram o desafio, e apresentaram trabalhos com um extraordinário carácter inovador e elevado sentido estético.

As propostas de peças apresentadas serão distribuídas por algumas IPSS, aliando a vertente educativa, artística e ambiental à vertente social, de forma verdadeiramente inclusiva.

## ● Festival OPART

A EPAL foi pela primeira vez parceira para a sustentabilidade do Millennium Festival ao Largo, garantindo a distribuição de água da torneira a todos os participantes deste importante evento cultural, que resulta da parceria conjunta entre o OPART – Festival ao Largo, EPE, empresa gestora do Teatro Nacional de São Carlos e da Companhia Nacional de Bailado, e a Direção-Geral do Património Cultural.

Decorreu no pátio do Palácio Nacional da Ajuda, onde a EPAL distribuiu água da torneira através de Aguadeiros, contribuindo para a sustentabilidade ambiental do evento, assegurando ainda a disponibilização complementar de desinfeção com álcool gel.

## ● Lançamento do Jarro Gota

Em celebração do Dia Nacional da Água, a EPAL lançou o Jarro GOTA, iniciativa que resultou de uma parceria entre a EPAL e a Bordallo Pinheiro, que une as duas emblemáticas e centenárias empresas na mesa dos portugueses.

Há mais de um século na mesa dos portugueses e a comporem as mais deliciosas e típicas refeições, a EPAL e a Bordallo Pinheiro firmaram a parceria “Se queres água toma”, inspirada em Raphael Bordallo Pinheiro, autor da representação popular do Zé Povinho, que veio a tornar-se num símbolo do povo português.

Desta aliança nasceu o novo jarro em forma de gota e com relevos de água na sua superfície que, além de remeter para o imaginário das formas de gotas de água, inspira-se também no universo da Bordallo Pinheiro nas cores e nos relevos que tanto caracterizam a sua marca identitária. De cor azul-turquesa e com uma pega que nos faz pensar numa gota, encontra-se também presente nesta peça exclusiva uma alusão aos jarros de louça que se usavam nos lavatórios antigos de quarto, nomeadamente no bico que apresenta uma silhueta mais orgânica e curvilínea. Tratando-se de um jarro de mesa, com a diversidade e riqueza de todos estes pormenores estéticos, fica implícita a ideia de que a água da EPAL está presente em todos os momentos da vida e da família.

### ● Lançamento da coleção de chávenas de café “Bicas com História”

A EPAL lançou em novembro de 2020, em parceria com a Vista Alegre, a coleção de chávenas de café “Bicas com História”, uma representação dos 4 núcleos do Museu da Água que coloca as duas bebidas mais consumidas no mundo, água e café, em destaque e o convida a conhecer a história e o património da Água.

As duas empresas nascidas no século XIX e habituadas a serem parte integrante da mesa dos portugueses, a EPAL com a água e a Vista Alegre com as porcelanas, juntaram-se para lhe servirem café num conjunto de 4 diferentes chávenas, onde se encontram representados os 4 núcleos do Museu da Água da EPAL: Aqueduto das Águas Livres, Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos, Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras e Reservatório da Patriarcal.

A simbiose perfeita entre o café e a história da água na cidade de Lisboa, numa representação que coloca as duas mais famosas bebidas em destaque. O café é a segunda bebida mais consumida no mundo, depois da água que ocupa o primeiro lugar.

### ● Livros digitais Torne a sua água da torneira ainda mais irresistível

Em 2020 foram publicadas mais duas edições “Torne a sua água da torneira ainda mais irresistível”.

A 2ª edição da coleção foi lançada no inverno e foi dedicada às Tisanas e Blends, sendo uma versão inteiramente dedicada ao seu consumo na versão quente, sublinhando a importância de consumir água também no inverno pois geralmente, com o frio, a sensação de sede é reduzida e é comum ingerir menos água. Assim, este livro tem algumas sugestões de tisanas e blends que podem ser consumidas no conforto do lar, no escritório ou noutras atividades do dia-a-dia.

A 3ª edição de receitas foi lançada no verão e foi inteiramente dedicada e inspirada nas águas frescas mexicanas e nas diferentes culturas do planeta. Viajar é a oportunidade ideal para viver novas experiências, conhecer outros usos e costumes e criar recordações que fazem parte da nossa vida para sempre e foi esse o desafio lançado de consumir água da torneira adicionando frutas, ervas aromáticas e especiarias dos mais diversos países do mundo, entrando no período estival com receitas de inspiração de outras regiões e culturas.

### ● Coleções de Vídeos

Durante um ano de pandemia a EPAL apostou fortemente numa comunicação digital com os seus Clientes procurando, através de vídeos, divulgar temas relevantes como conselhos úteis para a gestão contratual, sensibilização para o consumo de água da torneira, uso consciente, entre outros temas. Foram produzidas diversas coleções:

#### ● Vídeos “EPAL Sempre próxima”

Esta coleção de 4 vídeos teve como mote “EPAL, sempre próxima” pretendendo sensibilizar os Clientes para todos os assuntos que podem tratar com a EPAL sem terem de sair de casa como a comunicação de leituras, o pedido de novas referências de multibanco, a adesão ao débito direto e a consulta de valores em dívida. Cada vídeo identifica todos os canais onde podem ser resolvidos os assuntos mencionados.

O impacto da campanha foi muito positivo, alcançando cerca de 35 mil pessoas.

- Vídeos “Faça a Diferença. Todos os dias.”

Com a pandemia, o tempo que passamos em casa aumentou drasticamente, pelo que, foi desenhada uma campanha digital adaptada a esta realidade.

A coleção é composta por 9 vídeos de curta duração, entre 30 a 45 segundos tendo como temas principais os bons hábitos como o consumo de água da torneira, a sensibilização para a importância da hidratação, principalmente nos dias de maior calor, e a divulgação dos serviços da Empresa.

Através das plataformas digitais da EPAL conseguimos alcançar mais de 35 mil pessoas com esta iniciativa.

- Vídeos Home Fit by EPAL

“Stay Home, Stay Fit” foi o mote do desafio da EPAL dirigido às famílias, centrado na prática de exercício físico, incentivando à adoção de comportamentos positivos para a qualidade de vida, sendo o ginásio qualquer divisão da casa.

Exercitar o corpo, hidratar o organismo e reservar uma pausa no dia-a-dia para atividades que nos fazem sentir melhor motivaram, então, o lançamento de uma coleção de vídeos no YOUTUBE ao longo de 7 semanas, com uma sessão por semana.

O programa foi também divulgado na Intranet da Empresa e na app do Trabalhador EPAL On Pocket, permitindo a todos acederem de qualquer um dos meios à sua disposição, consoante a sua conveniência e disponibilidade.

- Vídeo de Animação Água da Torneira

Foi ainda produzido um vídeo que deu continuidade ao vídeo lançado no início do ano “E se começássemos o dia a beber água da torneira?” que teve como objetivo a sensibilização para a qualidade da água da torneira distribuída na cidade de Lisboa, exemplificando rotinas de interior e de exterior onde o consumo de água está sempre presente. Dado o confinamento, e depois da pandemia, foi lançado um segundo vídeo centrado na sensibilização para o consumo de água da torneira em casa e na importância de manter a hidratação em todos os momentos do dia-a-dia.

Devido à situação de pandemia que impossibilitou a realização de palestras presenciais, foi dada continuidade às ações de sensibilização para o valor e sustentabilidade do consumo de água da torneira. Em adaptação ao contexto, a EPAL participou em conjunto com os SSAP – Serviços Sociais da Administração Pública em duas palestras virtuais no âmbito da parceria estabelecida com esta entidade. A primeira teve lugar a convite da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e a segunda destinou-se à IGSJ - Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

## Educação Ambiental :

“Educação Ambiental em ação” é o lema comum a todas as ações de sensibilização realizadas pela EPAL em Escolas, junto de outras entidades, nas atividades e ações concretizadas com a participação da comunidade no geral, e noutros projetos diversos.

Embora este seja o lema que move a empresa, durante o ano de 2020 a Educação Ambiental não escapou, obviamente, às consequências atípicas decorrentes dos constrangimentos da pandemia.

Embora até fevereiro as atividades tenham-se desenvolvido conforme se encontrava planeado, nomeadamente com a realização de diversas ações presenciais de educação ambiental para público escolar de diversos níveis de ensino, e visitas do mesmo público a instalações operacionais da empresa, com o encerramento dos estabelecimentos de ensino e o início do primeiro confinamento, foram desmarcadas/canceladas ações de sensibilização e visitas a instalações operacionais, que iriam envolver cerca de 2.000 alunos dos vários graus de ensino. Contudo, continuaram a ser preparados folhetos das infraestruturas visitáveis, para que estejam prontos quando as visitas forem retomadas.

Perante este cenário, houve a necessidade de delinear uma nova estratégia para chegar até alunos e professores, tendo sido desencadeadas várias ações, de modo a poder continuar a dar resposta às solicitações de ações sobre as temáticas Água, Sustentabilidade, Ambiente, Economia Circular.

A nova abordagem, visto que estamos, cada vez mais, perante uma Era Digital, passou por serem preparados/produzidos vários materiais digitais: vídeos de visitas a instalações operacionais; vídeos de apoio às ações, para quatro níveis de ensino, bem como vídeos tutoriais e fichas de consolidação.

Realizaram-se diversas ações de sensibilização e educação ambiental através das plataformas digitais disponíveis, de que realçamos uma direcionada a alunos de 12 municípios, no âmbito do programa EPIS – Associação Empresários pela Inclusão.

Foi ainda lançado o primeiro livro de receitas com Água da Torneira, que se destina exclusivamente aos mais pequenos, intitulado “Água com Cores e Sabores”.

No âmbito das parcerias com as Organizações Não Governamentais do Ambiente, foram canceladas, atendendo à situação pandémica, todas as atividades programadas. Salienta-se contudo:

- Com a LPN – Liga para a Proteção da Natureza, foi possível realizar uma saída de campo no âmbito do projeto “Despertar para a Natureza”, tendo sido canceladas outras seis que já estavam agendadas, com alunos dos 2ºs e 3ºs Ciclos.
- As três ações de plantações de árvores, em parceria com a Quercus, que envolviam elementos da comunidade escolar, municípios, juntas de freguesia, proteção civil e forças de segurança, programadas para março, em instalações operacionais da Empresa, foram canceladas.
- Em janeiro foi instalado e inaugurado o primeiro bebedouro da rede de Bebedouros de Lisboa, projeto que resulta de uma parceria entre a EPAL, a Câmara Municipal de Lisboa e o GEOTA, continuando ao longo do ano o processo de aquisição e instalação de mais 29, de uma rede que terá 200 bebedouros em vários locais da capital. Este projeto visa dotar a cidade de Lisboa de bebedouros para todos, incluindo animais, promovendo assim a excelente água de que a capital dispõe e tornando-a acessível a todos.

Entre outras iniciativas da Educação Ambiental há a salientar:

- Presença no Seminário Nacional Eco-Escolas 2020, onde a Água da Torneira foi a estrela da Eco-Mostra.
- No âmbito de um protocolo estabelecido com a ABAE, apoiámos tecnicamente e coapresentámos uma sessão de Quiz, com o tema “Água Potável e Saneamento” e participámos numa ação, com cerca de 20 alunos de uma escola secundária de Lisboa, de pintura de sarjetas na cidade, inserida no projeto “O Mar começa aqui”.
- As habituais ações de sensibilização ambiental em praias fluviais não foram realizadas este ano, de modo presencial. Para continuarmos a marcar presença foi produzido um cartaz de sensibilização, enviado para todos os municípios e juntas de freguesia com espaços balneares.
- Em agosto, a Educação Ambiental associou-se a uma campanha das Redes Sociais, uma parceria EPAL/Águas do Vale do Tejo/instagramer João Bernardino. Foi percorrida uma rota de trilhos da água, passando por 10 praias fluviais de excelência do interior do País. Também João Bernardino e a sua família foram portadores de exemplares desse cartaz para distribuição junto de áreas de apoio às praias.
- Apoio do Cine Eco Seia – Festival de Cinema Ambiental, integrámos o júri do prémio “Valor da Água” e estivemos presencialmente na cerimónia de encerramento e entrega dos Prémios.
- Participação no Visão Júnior Fest, com um formato online onde se abordou a Água e Sustentabilidade com apresentação de duas receitas para os mais novos, uma de água aromatizada e outra de chá. Foi neste evento lançado o livro “Água com Cores e Sabores”.
- Apoio à edição do livro “Contar com o Mar”, da autoria de Danuta Wojciechowska.



- Produção de mais dois livros, um dedicado aos mais novos – “O Planeta é a nossa casa” – e “25 Eco-Gestos Água – Guia ilustrado”, que faz parte da “Coleção Lisboa Capital Verde Informa”.
- Divulgação de conteúdos na revista Estrelas & Ouriços, a partir de março, com sugestões de atividades que podiam ser desenvolvidas em casa, com as crianças, em família. A edição de março contou com o poster central dedicado à “História da Água canalizada”. Foi inserido um anúncio no número especial “Retorno às aulas” e tivemos uma participação editorial na edição de dezembro “Especial Escolas”.
- No contexto do programa “Lisboa Capital Verde Europeia 2020”, foi firmado um protocolo com a Ciência Viva, para a produção de um módulo expositivo e interativo – “Água Invisível – que mostra a pegada hídrica de determinados bens e alimentos. Ainda no âmbito do mesmo programa, a Câmara Municipal de Lisboa cedeu outro módulo – “Zero Fugas” – que sensibiliza para a questão das fugas e perdas de água na cidade. Estes módulos, importantes instrumentos de sensibilização para o uso responsável e eficiente do recurso água, ficaram colocados na sede do Museu da Água da EPAL.
- Foi colocado no Rossio um Meeting Point, uma iniciativa também no âmbito do programa, que visa dotar a cidade de vários pontos de encontro. Este novo spot, que contou com o apoio da EPAL, tem como tema central a água, disponibilizando um novo bebedouro público associado a um design que remete para a Capital Verde e a água.

## Apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural:

Em 2020, a EPAL prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural apoiou e patrocinou a realização das seguintes atividades e eventos:

- Apoio à UNICEF doando 11 bombas de água para extrair a água de poços, proporcionando, assim, o acesso a água limpa e segura, evitando que as crianças caminhem vários quilómetros por dia para terem acesso a este recurso fundamental e possam voltar à escola.
- Correspondendo ao pedido de apoio da EPIS, doou 25 computadores e 6 acessos à internet, os quais foram entregues a alunos carenciados da área de influência da empresa e apoiados por esta instituição que, em tempo de pandemia e confinamento, tiveram de acompanhar a escola à distância.
- Webinar “Água & Ambiente” subordinado ao tema Água.
- Programa avançado de gestão de serviços de águas, promovido pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática, financiado pelo Fundo Ambiental, realizado pelo LNEC/LIS-Water em parceria com a APRH e a APESB de Lisboa.
- Visão Fest 2020 subordinado ao tema Lisboa Capital Verde. Evento dedicado ao ambiente e sustentabilidade que contou com a participação de figuras de relevo da sociedade.
- Visão júnior Fest realizado em formato digital abordou o tema da sustentabilidade através de diversas atividades.
- Lançamento da edição especial da garrafa Fill Forever “Laço Dourado”, cujas vendas reverteram na totalidade para a Acreditar - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro.
- Patrocínios Fill Forever, no âmbito da promoção da sustentabilidade e consumo da água da torneira, através da oferta de garrafas Fill Forever às seguintes entidades e eventos:
  - Conferência He for She
  - Festival Emergente
  - Festival Guiões
  - Gabinete de Apoio à Investigação da Universidade Nova de Lisboa

- Goalball Clubs World Cup
- Jornadas da Engenharia IST
- Lisbon PH
- Moda Lisboa
- Teatro Migalhas
- União Zoófila
- Visão Fest
- Voz do Operário
- Zomato

Ainda no âmbito da promoção da sustentabilidade e consumo da água da torneira, a EPAL foi parceiro sustentável dos seguintes eventos e atividades, através das suas garrafas Fill Forever:

- Águas de Santo André
- APA – Agencia Portuguesa do Ambiente
- Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora
- Casa Relvas na ETAR São Miguel de Machede
- CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
- Clínica ComCorpus
- Festival Tristes para Sempre
- GNR Guarda
- IST - Discussão Nacional para o Hidrogénio
- Médicos do Mundo
- Comissão Cultural de Marinha
- Nova Medical School
- Parpública
- Sociedade de Instrução e Beneficência

## Iniciativas de responsabilidade social:

Em 2020, também a campanha de solidariedade “Juntos Somos + Solidários”, se desenrolou de forma atípica, tendo sido apenas lançada uma ação para todos os Trabalhadores., onde os bens doados (roupa e calçado para crianças e adultos, brinquedos, jogos e livros, bens alimentares, caixas para a distribuição dos alimentos) foram entregues a instituições de solidariedade social, dos vários Polos da Empresa.

Apesar de apenas ter sido lançada uma ação, situação motivada pela fase pandémica, os Trabalhadores fizeram entregas pontuais e, no final do ano, foi possível fazer uma entrega à Crescerbem, de roupa e calçado para crianças, brinquedos, jogos e livros infantis.

A EPAL reforçou a sua contribuição para ajudar as instituições de Lisboa no combate à pandemia junto dos sem-abrigos e de famílias mais desfavorecidas, e a serviços como a Proteção Civil, os Bombeiros, a Polícia, com diversas entregas de bens alimentares, provenientes do contrato em vigor com a concessionária dos refeitórios devido ao seu encerramento temporário.

A Empresa associou-se ainda à iniciativa solidária promovida pela 3DMask Portugal, entregando todas as folhas de acetato de que dispunha, para a produção de viseiras de proteção que foram doadas a hospitais e outras instituições de saúde, equipamentos essenciais para os profissionais de saúde.

## Estudo de Reputação

No ano de 2020 a EPAL voltou a participar no ECSI – Estudo Europeu de Satisfação de Clientes, realizado pela Nova IMS, APQ e Instituto Português da Qualidade, mantendo o Índice de Satisfação ECSI e o 2º lugar do ranking do setor.

A empresa alcançou uma pontuação superior a 8 em cinco das nove variáveis em análise que integram o estudo: Imagem (8,24), Qualidade Apercebida (8,14), Satisfação (8,07), Confiança (8,45) e Lealdade (8,37).

A “Imagem” que havia registado a maior subida de todas em 2019, com 8,25 face a 7,91 em 2017, manteve-se agora nos 8,24 e a “Satisfação” em 8,07 igual ao ano anterior. A variável mais valorizada no Estudo ECSI continua a ser a “Confiança”, onde a EPAL regista a pontuação global de 8,45, atestando a confiança dos Clientes no desempenho da empresa.

Na análise dos subcritérios, a EPAL é reconhecida com pontuações muito elevadas no Relacionamento com o Cliente, especificamente no que se refere aos Meios de pagamento (8,9), Abastecimento de água (8,7), Periodicidade da faturação (8,6), Fiabilidade dos produtos e serviços (8,4), Instalações do atendimento (8,4) e Atendimento (8,3).

Nas “Expectativas” (7,99), a EPAL recebeu ainda a classificação de 8 no novo item introduzido no estudo “Empresa que se preocupa com a sustentabilidade ambiental”.

## Redes Sociais:

Este ano foi marcado pelo início da pandemia, e considerando este contexto a EPAL teve de adaptar a sua estratégia digital a esta nova realidade. Sabendo quais as questões mais frequentes colocadas pelos nossos Clientes, foi preparado um conjunto de rubricas, cujos conteúdos se focaram nos serviços da Empresa à distância de um clique, na sensibilização para o consumo de água da torneira, seu uso eficiente e a permanência em casa, havendo também espaço para publicações com um teor mais lúdico.

Em qualquer uma das suas páginas, a EPAL tem como objetivo criar e fomentar uma maior consciência ecológica, ao promover hábitos amigos do ambiente, como o beber e transportar água da torneira, para além de promover a excelente qualidade da água que fornece.

### ● Facebook

○ Facebook continua a ser a rede social onde a Empresa tem maior expressão, sendo nessa rede social que, maioritariamente, os nossos Clientes e consumidores nos procuram. Esta plataforma digital começou o ano 2020 com 32.784 seguidores e terminou o ano com 39.741 seguidores.

### ● LinkedIn

○ LinkedIn é a maior rede profissional do mundo e é onde a EPAL mais divulga os seus produtos e serviços. É também uma plataforma de recrutamento e, nesse sentido, a empresa publica diversos anúncios tanto para a EPAL como para a Águas do Vale do Tejo.

Também aqui a EPAL obteve um número bastante significativo de aumento de seguidores, iniciando o ano com 10.025 seguidores terminando com 14.399 e uma taxa de engajamento de 6,77%.

- **Instagram**

○ Instagram teve um aumento de 500 seguidores no ano de 2020. Os nossos seguidores encontram-se, principalmente, na cidade de Lisboa. Relativamente aos indicadores de desempenho, a publicação com maior alcance atingiu 38.312 pessoas, com 48.583 reações e 625 gostos como máximo de likes num post, referindo ao post “Sabe onde o mar começa”.

## Museu da Água

O Museu da Água, com mais de 30 anos de atividade, é tutelado pela EPAL, sendo composto por quatro espaços dispersos pela cidade de Lisboa, todos eles constituídos por edifícios relacionados com o abastecimento da água à cidade de Lisboa, datados dos séculos XVIII e XIX:

- Aqueduto das Águas Livres
- Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras
- Reservatório da Patriarcal
- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos (onde se encontra a exposição permanente dedicada ao tema Água)

A EPAL tem ainda a responsabilidade da gestão e manutenção do Aqueduto das Águas Livres, bem como da Mãe d'Água, monumentos pertencentes ao património do Estado Português.

Em ano de pandemia, os espaços museológicos do Museu da Água tiveram cerca de 37 mil visitantes, o que representa uma redução face ao período homólogo em cerca de 55% (em 2019 tinham visitado os espaços da empresa cerca de 81 mil visitantes). Também ao nível dos visitantes de outras nacionalidades se assistiu a uma redução significativa, pois se em 2019 foram cerca de 28 mil visitantes, em 2019 pouco ultrapassaram os 7.000 mil visitantes.

Salienta-se ainda o facto do Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras ter sido o monumento mais visitado, o que é uma novidade face a anos anteriores, nos quais o Aqueduto das Águas Livres era o que registava mais visitas.

A Pandemia global Covid-19 e a consequente determinação do estado de emergência obrigou ao encerramento dos Museus e espaços públicos, nomeadamente dos espaços museológicos que compõe o Museu da Água:

- Encerramento de todos os espaços museológicos - entre 16/03/2020 e 22/05/2020
- Encerramento da Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos – entre 16/03/2020 e 01/09/2020
- Encerramento do Reservatório da Patriarcal e Galeria subterrânea do Loreto – entre 16/03/2020 e 31/12/2020.

Além do encerramento dos espaços nos períodos acima definidos, o Museu da Água, a partir da segunda quinzena de novembro, também sofreu limitações parciais ou totais no horário de funcionamento aos fins-de-semana, à semelhança de outros espaços públicos.

Por outro lado, e além do encerramento do Museu ao público, também os períodos de encerramento e a redução de horário de funcionamento determinaram uma quebra de cerca de 55% no que respeita ao número total de visitantes relativamente ao ano de 2019, e uma quebra de cerca de 60% referente ao número total de visitas guiadas realizadas (escolas e público em geral), também face a 2019.

A alteração programática do Museu da Água em 2020, através da inclusão do espetáculo imersivo “Impressive Monet & Brilliant Klimt”, realizado em parceria com o atelier criativo OCUBO, no Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras, trouxe mais 9.316 visitantes que associaram ao espetáculo uma visita livre ao RMAA. É de referir que esta iniciativa (realizada entre 26/11/2020 e 31/12/2020) permitiu ao Museu da Água reduzir a quebra geral do número de visitantes durante o ano de 2020 em cerca de 11%.

No que respeita aos visitantes estrangeiros, o Museu da Água contou, ao longo do ano de 2020, com menos 20.905 visitantes oriundos de outros países, facto que estará associado à quebra sentida na área do turismo.

O encerramento do Museu da Água, o encerramento e as alterações de calendário da atividade escolar, as limitações impostas à circulação de pessoas e a diminuição significativa no número de turistas condicionaram fortemente toda atividade museológica presencial. Nesse sentido, a programação foi totalmente reestruturada, tendo toda a equipa trabalhado no sentido de desenvolver conteúdos e ferramentas adaptadas a uma atividade museológica executada à distância, recorrendo a meios digitais.

Importa igualmente salientar que a adaptação dos espaços museológicos às medidas de segurança decorrentes da Pandemia Covid-19 permitiu a obtenção do selo COVID-SAFE, atribuída pela APCER, para os espaços Museológicos da EPAL.

Assim, em termos de atividade museológica e eventos realizados em parceria com outras entidades, destacam-se em 2020:

- **Exposições Permanentes:**

#### **Aqueduto das Águas Livres**

- Inauguração da exposição permanente o “Aqueduto de Lisboa: o Projeto das Águas Livres” – setembro 2020.

#### **Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos**

- Inauguração dos Módulos Ciência Viva - Pegada Hídrica e Fugas Zero – outubro 2020.

- **Exposições Temporárias:**

#### **Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras**

- Exposição de azulejo “Das sombras de Quioto à Luz de Lisboa”, de Haru Ishii – janeiro 2020.
- Festival Lisboa SOA (Festival de arte sonora) – setembro 2020;
- Festival IMAGO - exposição de fotografia contemporânea – setembro a novembro 2020;
- Parceria MdA – OCUBO: Espetáculo imersivo “Impressive Monet e Brilliant Klint” – novembro e dezembro 2020.

#### **Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos**

- Concerto Osso Exótico – março 2020
- Festival Todos (Fotografia e Artes Performativas) – setembro 2020

- **Exposições itinerantes:**

- Exposição “A Água e o ODS” – patente na Escola Secundária Eça de Queirós, em Lisboa, integrada nas XXVI Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental da ASPEA – março 2020;
- Exposição de fotografia “Aquedutos de Portugal” – Apresentada nos seguintes locais: Museu da Farinha de S. Domingos, Santiago do Cacém - janeiro e fevereiro 2020; Casa da Cultura de Almodôvar – julho a outubro 2020; Museu da Graciosa, Graciosa, Açores – setembro a dezembro 2020; Biblioteca Municipal de Azeitão, Setúbal - novembro 2020

- **Eventos realizados em parceria com outras entidades:**

- Parceria com a CERCiência – ciência em Rede: realização de Ateliers científicos.
- Parceria com o programa “Ciência Viva no Verão”, Pavilhão do Conhecimento - realização de visitas técnicas orientadas: “Do Chafariz à Fábrica de Água” e “Rota das Claraboias e da Biodiversidade no Parque Florestal de Monsanto”. As visitas foram realizadas em parceria com a AdTA e o Parque Florestal de Monsanto - CML.
- Participação no Dia Internacional dos Museus e no Dia dos Monumentos e Sítios (visitas técnicas e visitas com animação

histórica online);

- Participação nas Jornadas Europeias do Património (visitas técnicas orientadas ao Aqueduto das Águas Livres);
- Projeto de adaptação expositiva, na EEVB, dos módulos interativos provenientes do Pavilhão da Água do Porto;
- Participação no programa Lisboa Capital Verde Europeia 2020 - atividade “Aqueduto sobre Rodas” (travessia de bicicleta entre julho e outubro) e “Ciência viva no Verão”;
- Programa de liderança criativa THINK Lisbon - “Water Trail”, “Zero Wast Lab” e “Reboundance”: Plano de visitas associado a atividades de desenvolvimento;
- Programa “O Museu Visita o Hospital” no Hospital de Reabilitação de Alcoitão
- Visitas guiadas temáticas:
  - **Praças, Jardins e Água** - A história da água e dos jardins na sétima colina contada no Museu de História Natural, Jardim do Príncipe Real e Galeria Subterrânea do Loreto.
  - **Rota das Claraboias e da Biodiversidade no Parque Florestal de Monsanto** - Iniciativa criada no âmbito do Programa Lisboa Capital Verde Europeia 2020, em parceria com o Parque Florestal de Monsanto, CML;
  - **Do Chafariz à Fábrica de Água** - Iniciativa criada no âmbito do Programa Lisboa Capital Verde Europeia 2020, em parceria com a AdTA.

## Atividades realizadas no âmbito da Pandemia no âmbito da Pandemia Covid-19

- Visitas Virtuais - realização de visitas virtuais ao Aqueduto das Águas Livres, ao Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras e à Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos;
- Visitas online para escolas - adaptação do programa de visitas guiadas presenciais para visitas online, dirigidas a todos os níveis de ensino;
- Visitas online para o público em geral – visitas guiadas online, temáticas ou sobre cada um dos espaços do Museu da Água, transmitidas através das redes sociais e alojadas no canal youtube;
- Filme promocional do Museu da Água - realização de um filme promocional sobre o Museu da Água que será disponibilizado no site da empresa, nas redes sociais e no canal youtube;
- Dinamização das redes sociais e do Canal de Youtube - criação de publicações temáticas nas redes sociais e exposições temporárias em formato vídeo;
- Curso e-learning para Professores sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Associação K-Evolution (29 de junho a 30 de outubro);

Procedeu-se ainda em 2020 a algumas ações de consultoria histórica, científica e técnica:

- Programa de liderança criativa THINK Lisbon - “Water trail”;
- Levantamentos históricos e científicos do Aqueduto Geral na zona de Monsanto, Palácio Marquês da Fronteira e Galeria do Campo de Santana, em parceria com os investigadores Fernando Teigão dos Santos e Pedro Costa;
- Continuação do Projeto Aqua Magnificat (estudo das estruturas hidráulicas contemporâneas) em parceria com: Faculdade de Letras, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Agronomia e Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa,



Universidade Aberta, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Instituto de História Contemporânea) da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Madrid e Museu Nacional de Arte Antiga;

- Curso Livre de Hidráulica – visita/aula realizada no Aqueduto das Águas Livres e no Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Centro de História) - 10 de outubro.

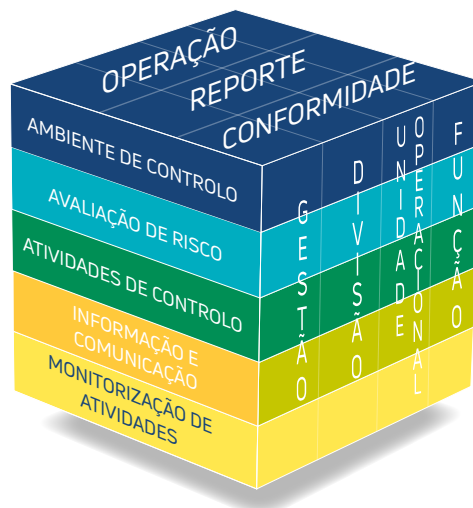
## - Gestão do Risco

**“Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade.” COSO 2013**

A EPAL e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a EPAL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, foi dada continuidade em 2020, à implementação de um Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo. Para tal, de entre os vários modelos de controlo interno existentes, selecionou o CUBO do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), como o modelo a implementar, por considerar ser o mais adaptável à estrutura das empresas por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade) e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



### Ambiente de Controlo

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

## Avaliação de Risco

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

## Atividades de Controlo

- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar: i) as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade; ii) o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

## Informação e comunicação

- Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa;
- Os SI são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

## Monitorização de Atividades

- Avaliação da qualidade de desempenho do Sistema de Controlo Interno ao longo do tempo;
- Assegurar a adequação e eficácia do SCI de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

No âmbito do projeto, em 2020 foi concluído o mapeamento dos 13 processos prioritários e identificados os eventos de riscos, os riscos e controlos implementados na sua mitigação, em duas empresas piloto do Grupo AdP. Com base nessa informação, foi iniciado o trabalho de mapeamento desses processos nas restantes empresas do Grupo, incluindo na EPAL, tendo sido definido um cronograma temporal, ajustado devido à Pandemia, para a sua concretização, cuja conclusão se encontra prevista para o final do 3.º trimestre de 2021. Este trabalho contempla o necessário ajuste à realidade dos riscos e controlos implementados na empresa.

Paralelamente foi elaborado o relatório de definição das métricas a utilizar futuramente na avaliação anual do SCI, bem como a versão base do Manual de Controlo Interno do Grupo, o qual apenas estará concluído, quando se encontrar finalizado o mapeamento de todos os processos identificados como críticos no âmbito do Sistema de Controlo Interno.

No seguimento encontra-se prevista a conclusão da avaliação preliminar sobre o controlo interno efetuada na empresa e o início do mapeamento dos restantes processos, identificados como críticos no âmbito do Modelo de Controlo Interno do Grupo AdP, novamente com recurso a duas empresas piloto.

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da EPAL sobre o desempenho do SCI.

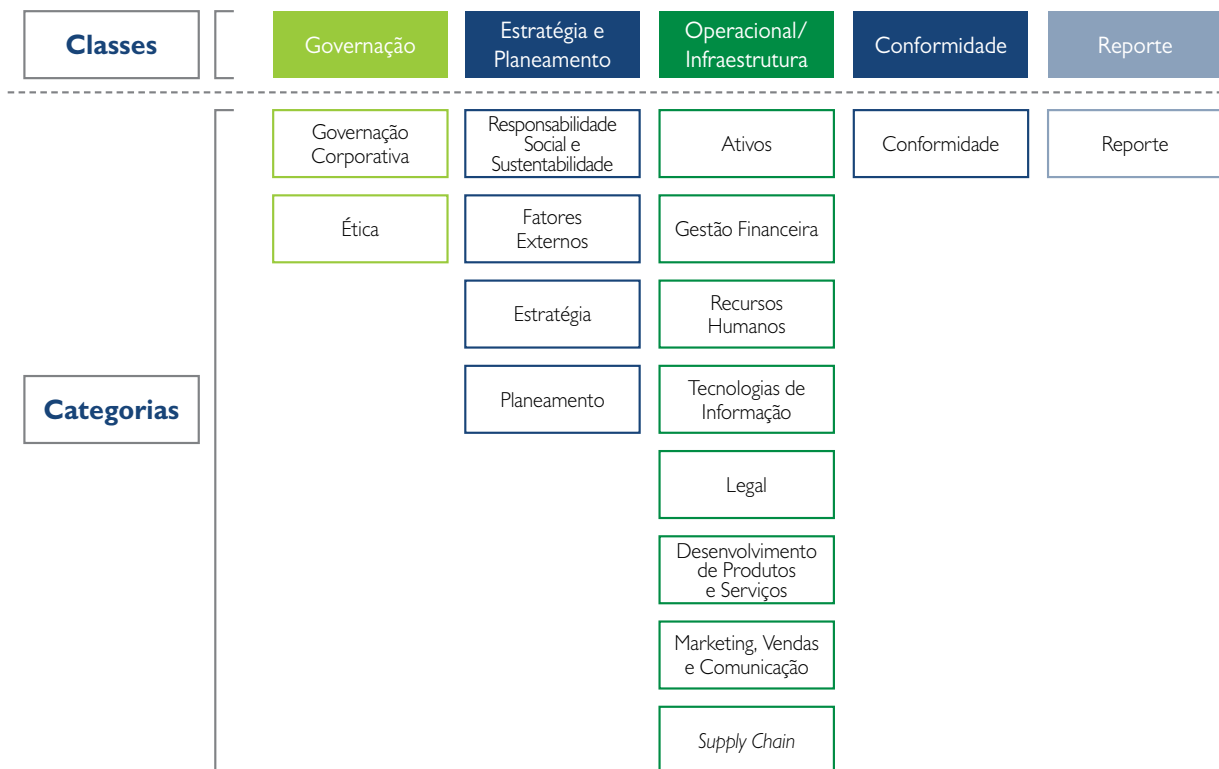
Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na EPAL, permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

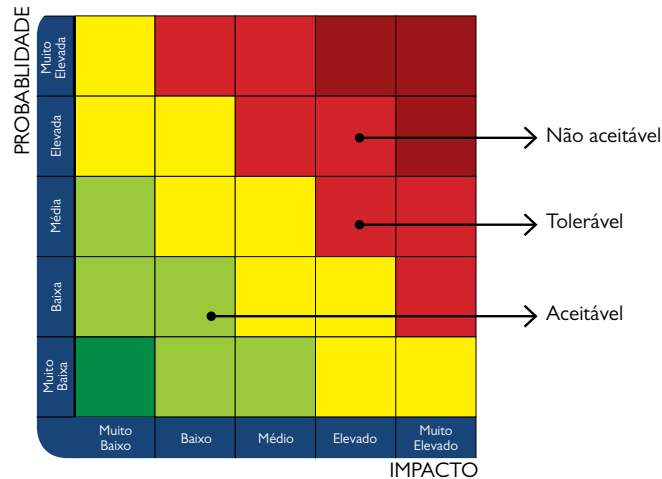
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



O grupo AdP e as suas empresas não dispõem de um “Plano Estratégico e de política de risco”, existindo formalmente aprovado um Modelo de Gestão do Risco, sustentado numa metodologia que permite efetuar a gestão do risco empresarial, através da avaliação dos riscos na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

De acordo com a metodologia implementada, os níveis de risco classificados como "Aceitável", e que por tal traduzem implicitamente a Política de Risco do Grupo AdP, voltam a ser reapreciados no ciclo seguinte de avaliação.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são definidos e implementados Planos de Tratamento do Risco, como medidas que visam a sua mitigação. Estes Planos de Tratamento permitem a formalização da implementação da(s) estratégia(s) de tratamento do risco definida, identificação dos responsáveis e dos prazos associados, e especificação das ações corretivas e/ ou de melhoria a concretizar.

Para os riscos classificados como "Tolerável", os Planos de Tratamento dos Risco têm como requisito a necessidade de implementação de medidas nos 12 meses seguintes. Para os riscos classificados como "Não Aceitável", os Planos de Tratamento dos Risco têm como requisito a necessidade de implementação de medidas nos 6 meses seguintes

## - Atividade Operacional

### PRODUÇÃO DE ÁGUA

Ao nível da vertente das Operação de Abastecimento, o ano de 2020 foi fortemente marcado não só pela Pandemia Covid-19, mas igualmente pelas temperaturas elevadas que se fizeram sentir.

O surgimento de uma pandemia à escala global acabou por condicionar fortemente a operação dos serviços de abastecimento de água, tendo como principal consequência que o foco de atuação incidiu fundamentalmente ao nível da segurança, da continuidade e qualidade dos serviços prestados. Com efeito, a pandemia originou um forte condicionamento dos meios humanos e materiais, o que teve naturais reflexos ao nível da concretização de alguns projetos cuja realização se encontrava prevista e que acabou por ser temporalmente afetada.

No caso da Rede de Distribuição de Lisboa o confinamento teve efeitos muito significativos ao nível dos consumos de água em algumas zonas da cidade, resultado do forte abrandamento da atividade económica, em particular relacionadas com o turismo e a crescente adoção dos regimes de tele trabalho, que têm um forte impacto sobretudo na hotelaria e na restauração. Neste contexto foi necessário reforçar os programas de controlo de qualidade da água, pelo que, através do recurso à modelação matemática, se incrementou o número de análises expeditas na rede, bem como se aumentou, significativamente, o número de ações de descarga e renovação de água em locais da cidade considerados críticos no contexto de pandemia, mas que, antes, se encontravam estabilizados.

No que respeita à influência da temperatura nesta atividade, o ano de 2020 foi particularmente quente, configurando-se como o 4.º ano mais quente dos últimos 90 anos, tendo o mês de julho sido o expoente máximo dessa situação na medida em que registou um desvio positivo de 4,6°C face ao mês homólogo. As elevadas temperaturas também tendem a criar dificuldades adicionais em termos da adução, devido ao facto de propiciarem o desenvolvimento de biofilme, pelo que esta foi outra vertente merecedora de especial atenção durante o ano.

## Origens

Ao longo do ano de 2020 foram utilizadas como origens principais as captações superficiais de água na Albufeira de Castelo do Bode (rio Zêzere) e no rio Tejo em Valada. Como origens complementares ou com importância, fundamentalmente, local ou regional, foram também utilizadas diversas captações subterrâneas, designadamente: Lezírias, OTA e Alenquer, e ainda, no caso do sistema Oeste, as captações subterrâneas do Farol, Vassala, Reguengo, Pó, Alcoentre e Casais de Britos 2.

## Ciclo da Água

		2018	2019	2020	Varição 2020/2019
<b>Água captada</b>	<b>m<sup>3</sup></b>	<b>218.116.734</b>	<b>221.836.249</b>	<b>221.124.927</b>	<b>-0,3%</b>
Castelo de Bode	m <sup>3</sup>	167.204.364	169.132.235	155.296.516	-8,2%
Valada Tejo	m <sup>3</sup>	35.671.320	38.596.030	49.515.730	28,3%
Capt. Subterrâneas	m <sup>3</sup>	13.733.968	12.432.810	14.378.338	15,6%
Capt. Sistema Oeste	m <sup>3</sup>	1.507.081	1.675.174	1.934.343	15,5%
<b>Água tratada/produzida</b>	<b>m<sup>3</sup></b>	<b>217.466.164</b>	<b>221.451.985</b>	<b>220.723.565</b>	<b>-0,3%</b>
Castelo de Bode	m <sup>3</sup>	167.199.381	169.128.073	155.292.027	-8,2%
Valada Tejo	m <sup>3</sup>	35.033.890	38.224.120	49.129.990	28,5%
Capt. Subterrâneas	m <sup>3</sup>	13.733.968	12.432.810	14.378.338	15,6%
Capt. Sistema Oeste	m <sup>3</sup>	1.498.925	1.666.982	1.923.210	15,4%
<b>Água Vendida</b>	<b>m<sup>3</sup></b>	<b>195.427.097</b>	<b>200.013.318</b>	<b>197.668.956</b>	<b>-1,2%</b>
Clientes Municipais/Multimunicipais	m <sup>3</sup>	144.834.976	148.747.213	151.522.950	1,9%
Clientes Diretos	m <sup>3</sup>	50.592.122	51.266.105	46.146.006	-10,0%
<b>Água não faturada (ANF)</b>	<b>m<sup>3</sup></b>	<b>22.689.636</b>	<b>21.822.931</b>	<b>23.455.971</b>	<b>7,5%</b>
ANF na Rede de Distribuição	m <sup>3</sup>	9.762.102	9.032.480	8.861.824	-1,9%
ANF na Produção e Transporte	m <sup>3</sup>	12.927.534	12.790.451	14.594.147	-14,1%
<b>Água não faturada</b>	<b>%</b>	<b>10,4%</b>	<b>9,8%</b>	<b>10,6%</b>	<b>0,8 pp</b>
ANF na Rede de Distribuição	%	10,4%	10,1%	10,4%	0,3 pp
ANF na Produção e Transporte	%	5,9%	5,8%	6,6%	0,8 pp

O volume de água captada no ano de 2020 foi de 221,1 milhões de m<sup>3</sup>, ligeiramente inferior em 0,7 milhões de m<sup>3</sup> (-0,3%) ao verificado no período homólogo. A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 70% do total da água captada na empresa.

A captação de Valada Tejo continuou a assumir um papel relevante no total de volume produzido, após a remodelação da ETA de Vale da Pedra finalizada em 2018, representando no corrente ano cerca de 22% do volume total (17% em 2019).

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 10,6%, que representa uma variação de 0,8 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior. Os valores absolutos e relativos de água não faturada, tanto total como individual ao nível da rede de distribuição e do sistema de produção e transporte, continuam a apresentar um bom nível de desempenho.

## Adução

A EPAL dispõe de um sistema de Produção e Transporte constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, os quais se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m<sup>3</sup>/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m<sup>3</sup>, e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada.

Estes subsistemas são constituídos por 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 28 Reservatórios e 23 Postos de Cloragem.

		2018	2019	2020	Variação 2020/2019
Comprimento Condutas	km	696	696	696	0
Est. Tratamento Água	n.º	2	2	2	0
Est. Elevatórias	n.º	31	31	31	0
Reservatórios	n.º	28	28	28	0
Postos de Cloragem	n.º	23	23	23	0
Pontos de Entrega	n.º	192	189	186	-3

Nota: As infraestruturas acima não incluem as operadas na região Oeste

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte, como o aqueduto Alviela, e os adutores Vila Franca de Xira-Telheiras, Circunvalação e Costa do Sol.

### Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdelha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

### Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em situações de emergência dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.



## Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em situações de emergência).

### Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro, tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

### Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

### Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços “Alfragide-Caxias”, “Caxias-Estoril” e “Estoril-Cobre”, num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

No ano de 2020 verificaram-se 48 avarias em condutas na rede de adução, registando-se um aumento nas condutas da EPAL, e uma diminuição nas condutas do sistema da região Oeste.

		2018	2019	2020	Varição 2020/2019
<b>Avarias em Condutas na Rede de Adução</b>	n.º	<b>48</b>	<b>50</b>	<b>48</b>	<b>-2</b>
Sistema EPAL	n.º	28	18	<b>38</b>	20
Sistema Oeste	n.º	20	32	<b>10</b>	-22

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas:

### Subsistema Castelo do Bode:

- Variação, ao longo do ano, dos níveis da Albufeira de Castelo do Bode entre os valores de 114,0 metros e 120,20 metros, a que correspondeu um nível médio anual de 117,0 metros, o que se configurou como mais favorável (designadamente na perspetiva energética) do que o nível médio de 114,1 m verificado em 2019;
- Devido à precipitação registada, verificou-se, durante alguns períodos, um ligeiro agravamento da qualidade da água bruta afluente à ETA da Asseiceira, facto que originou uma menor qualidade do sobrenadante dos espessadores da instalação, implicando a necessidade de recorrer à flotação durante largos períodos do primeiro e terceiro trimestres, com o intuito de reduzir as cargas da etapa de filtração e permitir as limpezas manuais dos Filtros;

- Ao longo do ano foram realizadas diversas operações de conservação e limpeza de canais, caleiras e zonas funcionais da ETA de Asseiceira, nomeadamente nas operações de cloragem, flotação, filtração, remineralização/ajuste de pH com água de cal e higienização de órgãos de tratamento na Linha I;
- Procedeu-se à reabilitação da cisterna de água motriz da linha I (água tratada/rede de água potável da ETA), que se encontrava muito degradada devido à presença sistemática de altos níveis de cloro ao longo dos seus 32 anos de serviço;
- A concretização da empreitada de "Reabilitação dos Canais de Alimentação dos Filtros e Canais de Água Filtrada da Linha I" introduziu consideráveis limitações à capacidade de produção da ETA da Asseiceira. Destacam-se os períodos compreendidos entre 14 de janeiro e 3 de março, aquando da reparação do canal de água filtrada, em que a capacidade de produção da linha I se reduziu a valores da ordem de 275 mil m<sup>3</sup>/dia, e entre 21 de outubro e 22 de dezembro, correspondente à reabilitação do canal sul de alimentação de água floculada à filtração, que limitou capacidade de produção a 375 mil m<sup>3</sup>/dia;
- Em junho e agosto foram encaminhadas, para incorporação na indústria do cimento, 1.311 toneladas de lamas secas que se encontravam depositadas no Parque de Lamas da ETA da Asseiceira;
- Em outubro ficou concluída a instalação de dois novos reservatórios (com capacidade unitária de 10 m<sup>3</sup>) em PEAD, para serem utilizados no armazenamento e dosagem de floculantes e adjuvantes de floculação para ensaios na filtração da Linha I;

### Subsistema Tejo:

- Instalação e colocação em serviço de uma unidade de preparação e doseamento do coagulante orgânico PolyDADMAC na ETA de Vale da Pedra, que permitiu uma significativa redução na utilização de sulfato de alumínio, o que se traduz numa importante economia ao nível dos custos do tratamento da água;
- Introdução de uma nova unidade (adicional) no processo de tratamento de lamas da ETA de Vale da Pedra, constituída por um espessador mecânico, destinado ao tratamento do circuito de descargas de lamas dos decantadores, de modo a obter maior eficiência no processo;
- Reoperacionalização da Estação de Alerta de Caneiras, com determinação e informação local de parâmetros de qualidade do Rio Tejo a montante da captação de Valada. No local foi instalado um inovador sistema on-line PipeScan, que permite o controlo remoto da qualidade da água do Rio Tejo para os parâmetros carbono orgânico total, carbono orgânico dissolvido, turvação, condutividade, redox e absorvência a 254nm.

### Zona Oeste:

- Integração, na AdVT, das infraestruturas de abastecimento de água do Município de Óbidos, que assim passaram a ser geridas, em termos operacionais, pela EPAL/AdVT no cumprimento da missão de assegurar as necessidades de abastecimento. Entre as infraestruturas transferidas pelo município de Óbidos inclui-se o Polo de Captação do Bairro da Sra. Luz, cuja água aduzida ao reservatório municipal do Penedo de Santo Antão representará um aumento na ordem de 117 mil m<sup>3</sup>;
- Instalação de equipamento de proteção contra o golpe de aríete na conduta elevatória de Virtudes-Casais da Lagoa, constituído por reservatório de ar comprimido (RAC) e respetivos compressores;
- Substituição das 2 bombas dos 2 grupos elevatórios da EE Casais da Boavista, permitindo o necessário incremento do caudal elevado nesta instalação para o reservatório da Usseira;
- Instalação de novo sistema de controlo de acessos e sistema de intrusão nas instalações do Sistema do Oeste, composto por fechaduras mecânicas e teclados associados aos detetores de movimento;
- Continuação do processo de beneficiação dos Postos de Cloragem do Oeste;
- Arranque do ponto de entrega Sobral da Lagoa (município de Óbidos), incluindo a sua integração na telegestão, cuja entrada em exploração teve início no dia 4 de agosto.

## Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e, devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas:

- Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m);
- Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m);
- Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m), e;
- Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m).

Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 161 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por 1.448 km de condutas de Sistemas de distribuição e adução, com 103,5 mil ramais de abastecimento, 14 reservatórios e 11 estações elevatórias.

		2018	2019	2020	Varição 2020/2019
Comprimento da Rede	km	1.448	1.447	1.448	1
Est. Elevatórias	n.º	11	11	11	0
Reservatórios	n.º	14	14	14	0
Ramais	n.º	102.862	103.313	103.536	223
Zonas Altimétricas	n.º	4	4	4	0

Registou-se no ano de 2020, um aumento de cerca de 7,2% nas avarias em condutas de rede de distribuição (+31 avarias), e o número de roturas em ramais aumentou igualmente em cerca 11,6% (+60 roturas).

O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede atingiu o valor de 32 avarias/100 km rede/ano.

		2018	2019	2020	Varição 2020/2019
Avarias em Condutas na Rede de Distribuição	n.º	429	429	460	31
Avarias em Condutas/ 100 km/ ano na Rede de Distribuição	n.º	30	30	32	2
Roturas em Ramais	n.º	575	519	579	60

## QUALIDADE DA ÁGUA

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da empresa.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor na cidade de Lisboa, constitui uma das maiores preocupações da EPAL, seguindo para este efeito uma política de boas práticas de operação e manutenção. Esta preocupação tem dois objetivos fundamentais: comprovar o nível de qualidade da água versus cumprimento da legislação em vigor e manter um controlo operacional que permita detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

Os Laboratórios da EPAL, localizados em Lisboa e em Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, "a qualidade das águas captada, desinfetada e distribuída".

A capacidade analítica instalada nos laboratórios de ensaios da EPAL está sustentada numa rigorosa qualificação dos técnicos e no recurso a equipamentos de elevada capacidade de resposta e automatização, que permitem dar uma resposta rápida no âmbito do controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL e no âmbito dos compromissos de prestação de serviços analíticos para clientes externos.

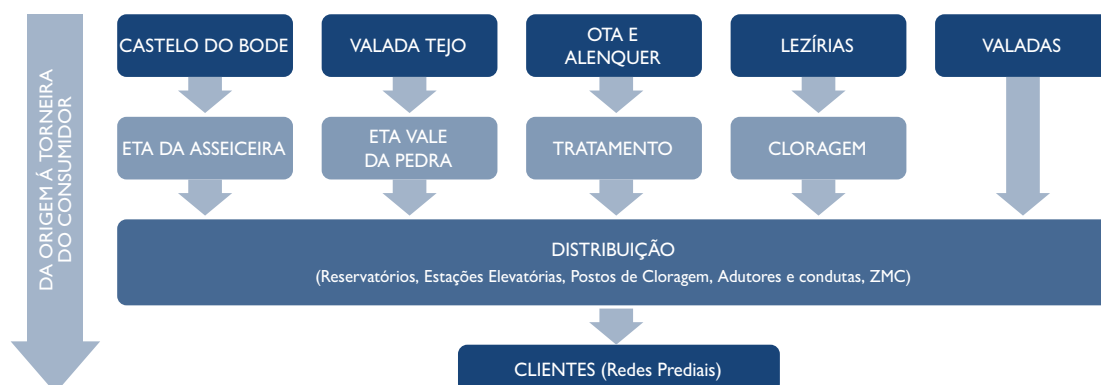
Os dois laboratórios de ensaios da EPAL dispõem de instalações e equipamentos de última geração, bem como de recursos humanos qualificados para executar, seguindo critérios de controlo da qualidade analítica rigorosos, a quase totalidade dos parâmetros da qualidade da água preconizados na legislação em vigor (em águas naturais, água para consumo humano, águas de piscinas e águas de processo), lamas, sedimentos, produtos químicos utilizados no tratamento e materiais de construção que entram em contacto com a água (utilizados nos sistemas de captação, tratamento e distribuição).

Os laboratórios de ensaio da EPAL estão acreditados desde 1999, segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025 - "Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração", para as seguintes atividades:

- Colheita, preservação e transporte de amostras de água (águas de consumo humano e águas naturais destinadas à produção de águas para consumo humano);
- Análise de 110 parâmetros da qualidade da água (correspondendo a 198 compostos), sendo que alguns parâmetros/espécies estão acreditados para mais de um método de ensaio;
- 135 métodos analíticos para ensaios em águas;
- Testes a materiais orgânicos em contacto com água para consumo humano, correspondendo a 8 diferentes métodos/normas.

A EPAL, no seguimento da sua preocupação com a melhoria contínua dos processos, dos sistemas e das tecnologias, implementou, em finais de 2007, um Plano de Segurança da Água (PSA) no seu Sistema de Abastecimento, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), numa perspetiva de análise e prevenção de riscos em sistemas de abastecimento de água. "A forma mais eficaz de garantir sistematicamente a segurança de um sistema de abastecimento de água para consumo humano consiste numa metodologia integrada de avaliação e gestão de riscos que englobe todas as etapas do abastecimento de água, desde a captação até ao consumidor" (OMS, 2004)

DIAGRAMA DE FLUXOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA EPAL



Em 2010, o Conselho de Administração aprovou a 1.ª edição do PSA da EPAL, que se tornou numa ferramenta essencial na análise, prevenção e gestão de riscos no sistema de abastecimento da EPAL.

O PSA implementado contemplou a totalidade do sistema de abastecimento da EPAL, desde as áreas/bacias hidrográficas onde estão localizadas as origens que a empresa utiliza para produção de água destinada ao consumo humano até às torneiras dos consumidores finais (origens, captações, tratamentos, distribuição e rede predial dos clientes), e foi integrado na gestão de risco da empresa.

O PSA desenvolvido na empresa tem como objetivo garantir os requisitos relativos à qualidade e à quantidade da água para consumo humano no sistema de abastecimento da EPAL, identificando Boas Práticas Operacionais e Medidas Preventivas a implementar com base na identificação de perigos e análise de riscos e sua mitigação, permitindo:

- Proteção da saúde dos consumidores;
- Cumprimento dos requisitos legais e das recomendações da OMS;
- Aumento da confiança e satisfação dos consumidores, melhorando a qualidade dos serviços, em particular no que respeita à pressão e aos caracteres físicos e organolépticos da água fornecida (estéticos, cor, cheiro e sabor);
- Abastecimento sem interrupções.

Durante o ano de 2020, foram desenvolvidas diversas atividades no âmbito da gestão do PSA da EPAL, designadamente:

- Validações finais das novas matrizes do PSA. Esta revisão visou dar resposta às constatações da última auditoria interna ao PSA, na qual foi identificada a necessidade de estabelecer uma interligação entre as matrizes secundárias (por natureza de ativo) e as matrizes de risco primárias do PSA bem como a necessidade de revisão das definições da consequência na matriz "Qualidade de serviço". Teve, ainda, por objetivo a tentativa de harmonização das matrizes multicritério dos ativos da Adução/Distribuição com as matrizes de risco/avaliação utilizadas no âmbito do Plano Anual de Investimentos (PAI);
- Preparação da informação dos PSA a submeter à ERSAR. Têm sido efetuados diversos trabalhos, desde reuniões com o regulador, testes à ferramenta criada pela ERSAR, adaptações dos PSA para dar resposta às necessidades de preenchimento na ferramenta da ERSAR.

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água, órgão da Empresa responsável pelo controlo analítico/monitorização da qualidade da água ao longo dos sistemas de abastecimento da empresa (incorporando as componentes de captação, tratamento, adução e distribuição), manteve durante o período de pandemia do ano de 2020, uma das atividades consideradas prioritárias para a continuidade do negócio da Empresa - a verificação da qualidade/segurança da água produzida e distribuída.

Em virtude da sua especificidade, foi necessário introduzir alterações significativas na atividade de LAB, por forma cumprir as orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e de outras entidades oficiais de relevo neste âmbito. A estratégia adotada, vertida no Plano de Contingência da Empresa, assentou nos seguintes aspetos:

- Identificação das atividades críticas/prioritárias e das atividades passíveis de serem adiadas para fases posteriores da pandemia e/ou canceladas: esta fase foi desenvolvida em articulação estreita com as entidades reguladoras da atividade da Empresa (ERSAR e APA) por forma a que, ainda que vivendo uma situação de exceção, a Empresa não incorresse em qualquer incumprimento das suas obrigações legais;
- Identificação de fornecedores e fornecimentos críticos com o intuito de salvaguardar os aprovisionamentos/autonomia necessários para fazer face às limitações/restrições logísticas que eram expectáveis nas primeiras fases da pandemia. O impacto destas limitações foi mitigado com sucesso.
- Flexibilização dos horários de trabalho e adoção de regimes de Trabalho alternativos para a quase totalidade dos colaboradores (maioritariamente regime presencial e regime misto presencial/teletrabalho, criação de turnos/horários desfasados, trabalho fora do horário normal de expediente, criação equipas de 2.ª linha, separação física de atividades/equipas, adoção de novas práticas e regras de segurança).

## CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA EPAL

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA). Este Plano integra as seguintes componentes:

- Controlo legal - Controlo da qualidade da água nas Torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa e nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e a Clientes diretos abastecidos através do sistema de adução, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;
- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc.);
- Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas estações de Tratamento de Água;
- Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água.

No ano 2020, devido à situação pandémica por COVID-19 registada em Portugal, verificou-se uma redução significativa das determinações agendadas no início do ano, devido aos constantes ajustes/alterações/reduções aos planos de amostragem e análise de controlo operacional que tiveram de ser efetuados para fazer face às condicionantes associadas a todo o processo.

## AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Em termos da avaliação da **Qualidade da Água nas Origens**, há a referir:

### ● Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe superior a A3 para o parâmetro Substâncias extraíveis com clorofórmio, na Classe A2 para os parâmetros Coliformes totais e Oxigénio dissolvido e na Classe A1 para os restantes parâmetros.

A ETA da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

### ● Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água do rio Tejo, em Valada Tejo, integra-se na Classe superior a A3 para os parâmetros Substâncias extraíveis com clorofórmio e Temperatura, na Classe A2 para os parâmetros Coliformes totais, Coliformes fecais, Estreptococos fecais e Salmonelas e para os restantes parâmetros controlados, na Classe A1. A ETA de Vale da Pedra tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

A ETA de Vale da Pedra tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

### ● Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

## Relativamente à Qualidade da Água Fornecida/Distribuída:

### ● Em Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,33% (44 incumprimentos) das determinações de parâmetros.



Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,17% de incumprimentos do total de determinações de parâmetros (28 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrência de incumprimentos nas torneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conformes se devem a problemas das redes prediais

#### ● A Entidades Gestoras

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,28% de valores não conformes (49 incumprimentos).

Utilizando a metodologia de quantificação de incumprimentos e número de determinações de parâmetros com Valor Paramétrico (VP) adotada pela ERSAR para estimativa do indicador AA04 - Água Segura, a EPAL obteve os seguintes resultados:

Sistema de distribuição	Água Segura (%) - EPAL		
	2018	2019	2020
Em baixa	99,19	99,17	99,56
Em alta	99,66	99,70	99,69

No sítio <http://www.epal.pt> são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras, com periodicidades mensal e trimestral, respetivamente.

Ainda trimestralmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, procede-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise, dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

## ATIVIDADE COMERCIAL

A atividade comercial da EPAL durante o ano de 2020 foi significativamente afetada pela pandemia Covid-19, em quase todas as suas áreas de atuação.

Na esfera dos **serviços de apoio a clientes**, desde a declaração do primeiro Estado de Emergência, no mês de março de 2020, o atendimento aos clientes passou a ser efetuado, maioritariamente, por via telefónica (contact center) e por via escrita (e-mail e carta). O atendimento presencial efetuado nas Lojas da EPAL passou a funcionar apenas através de agendamento e, no sentido de melhorar e otimizar o serviço, foi implementado um Sistema de Gestão de Filas de Espera, bem como a colocação de quiosques para pagamento rápido e automático de faturas.

A menor mobilidade verificada levou ainda assim a um aumento global no número de clientes atendidos, que em 2020 totalizou 535 mil clientes, mais 17% que o verificado em 2019. Como seria de prever assistiu-se a uma redução em cerca de 67% no atendimento presencial, e a um aumento de 62% no atendimento escrito (sobretudo via eletrónica) e de 43% no atendimento telefónico.

No âmbito de uma política sustentável que é apanágio da EPAL, manteve-se o contínuo processo de desmaterialização da fatura em papel, substituído pela fatura eletrónica, onde se verificou um aumento de 5% deste canal face a 2019. Em 2020 cerca de 41% das faturas foram emitidas eletronicamente.

Na área de **assistência local aos clientes** o efeito da pandemia também foi sentido, essencialmente nos períodos em que as leituras foram suspensas, tendo sido realizadas quase cerca de menos 131 mil leituras (-16%) que as efetuadas em 2019. Os constrangimentos do surto pandémico levaram também a uma redução de cerca de 15% na substituição de contadores e de 21% nos restantes serviços associados. Apesar das dificuldades, a EPAL manteve em atividade o controlo de perdas económicas em zonas de risco, em estreita

colaboração com a Gebalis e a Policia Municipal, bem como continuou a desenvolver o projeto de “Leitura por Foto”, que visa simplificar o processo de envio das contagens dos contadores pelos seus clientes, prevendo-se a sua conclusão para 2021.

Igualmente verificou-se uma redução significativa na área de **novos sistemas de ligação**, nomeadamente na entrega de novos processos, devido à redução abrupta da atividade económica na cidade de Lisboa. Em 2020 deram entrada na EPAL um total de 2.213 processos de ligação, verificando-se uma diminuição de 26% face ao ano anterior. Esta redução foi mais significativa na entrada de processos novos – menos 34% face ao ano anterior. A quantidade de processos de alteração diminuiu cerca de 21%. A redução das vistorias, atendendo aos períodos em que as mesmas estiveram suspensas, reduziram cerca de 16% face a 2019.

## Clientes e Mercado

A EPAL abastece uma área superior a 7.000 km<sup>2</sup>, com cerca de 2,9 milhões de consumidores, em 35 municípios (incluindo Lisboa).

Os clientes abastecidos diretamente são cerca de 358 mil, verificando-se ao contrário de anos anteriores um decréscimo de cerca de 1.008 clientes, com um impacto relevante no segmento comércio e indústria, que teve uma variação negativa de cerca de 4,1% (menos cerca de 2 mil clientes), devido à redução abrupta da atividade económica.

		2018	2019	2020	Variação 2020/2019
<b>Clientes Municipais (Municípios diretamente abastecidos)</b>	n.º	17	17	17	0,0%
<b>Clientes Multimunicipais</b>	n.º	2	2	2	0,0%
<b>Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)</b>	n.º	357.452	358.670	357.662	-0,3%
Domésticos	n.º	303.836	303.845	304.696	0,3%
Comércio e Indústria	n.º	47.261	48.526	46.525	-4,1%
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	n.º	2.280	2.249	2.248	0,0%
Instituições	n.º	4.073	4.048	4.191	3,5%
Unidades Militares	n.º	2	2	2	0,0%
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	n.º	34	34	34	0,0%
<b>Número de consumidores</b>	n.º	2.859.927	2.868.753	2.887.434	0,7%
Lisboa	n.º	506.088	507.220	509.515	0,5%
Municípios	n.º	2.353.839	2.361.533	2.377.919	0,7%
<b>Área total abastecida</b>	km <sup>2</sup>	7.095	7.095	7.095	0,0%
Lisboa	km <sup>2</sup>	100	100	100	0,0%
Municípios	km <sup>2</sup>	6.995	6.995	6.995	0,0%

## Vendas

### Volume vendido

Em 2020 o volume vendido ascendeu a 197,7 milhões de m<sup>3</sup>, que representa uma diminuição de 2,3 milhões de m<sup>3</sup> (-1,2%) face ao volume vendido em 2019

		2018	2019	2020	Variação 2020/2019
<b>Volume total vendido</b>	m <sup>3</sup>	195.427.097	200.013.318	197.668.956	-1,2%
Clientes Diretos	m <sup>3</sup>	50.592.122	51.266.105	46.146.006	-10,0%
Clientes Municipais	m <sup>3</sup>	114.387.785	117.070.804	118.286.843	1,0%
Clientes Multimunicipais	m <sup>3</sup>	30.447.191	31.676.409	33.236.107	4,9%

Verifica-se um acréscimo de 2,8 milhões de m<sup>3</sup> (+1,9%) nos clientes municipais e multimunicipais, e uma significativa redução de 5,1 milhões de m<sup>3</sup> (-10,0%) nos clientes diretos.

## Níveis de Serviço

A duração das suspensões de serviço com impacto em Clientes registaram um ligeiro acréscimo no ano de 2020, mantendo contudo o número similar ao verificado em 2019.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2018	2019	2020	Variação 2020/19	
<b>Por tempo (h)</b>	<b>1.952</b>	<b>2.155</b>	<b>2.169</b>	<b>14</b>	<b>0,6%</b>
Total Produção e Transporte	256	475	<b>349</b>	-126	-26,5%
Programadas	256	475	<b>349</b>	-126	-26,5%
Não programadas	0	0	<b>0</b>	0	-
Total Distribuição	1.696	1.680	<b>1.820</b>	140	8,3%
Programadas	274	251	<b>378</b>	127	50,6%
Não programadas	1.422	1.429	<b>1.442</b>	13	0,9%
<b>Por quantidade (n.º)</b>	<b>589</b>	<b>633</b>	<b>632</b>	<b>-1</b>	<b>-0,2%</b>
Total Produção e Transporte	31	71	<b>44</b>	-27	-38,5%
Programadas	31	71	<b>44</b>	-27	-38,5%
Não programadas	0	0	<b>0</b>	0	-
Total Distribuição	558	562	<b>588</b>	26	4,6%
Programadas	61	64	<b>80</b>	16	25,0%
Não programadas	497	498	<b>508</b>	10	2,0%

Eficácia do serviço	2018	2019	2020	Variação 2020/19	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	19	50	<b>27</b>	-23	-46,0%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	149	127	<b>152</b>	25	19,7%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	8	11	<b>6</b>	-5	-45,5%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	7	4	<b>3</b>	-1	-25,0%
Nº de pontos de entrega afetados (>4h)	41	22	<b>32</b>	10	45,5%

## Outros Serviços Prestados

### Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix:



O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995. Desde então que a EPAL tem vindo a desenvolver a aplicação e a comercializá-la a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Ao longo dos anos tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

No final de 2020 o AQUAmatrix regista uma quota de mercado nacional de 40%, com cerca de 2 milhões de clientes finais, tendo apresentado um crescimento de cerca de 2% face ao ano anterior.

Este ano registam-se as implementações efetuadas na Águas do Alto do Minho, em 4 municípios do Tejo Ambiente, nas Águas e Energia da Ilha do Maio (Cabo Verde), em 7 municípios das Águas do Interior Norte e no Município do Cunene (Angola), estando

atualmente presentes em 42 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 92 municípios em Portugal e 10 municípios em Países de Língua Oficial Portuguesa.

### Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency):



O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água. Encontra-se vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC). A aplicação WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais

diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Durante o ano de 2020 a EPAL deu continuidade à prestação de serviços WONE para entidades públicas e privadas proprietárias de redes de abastecimento de água. Foram efetuadas prestações de serviços de sectorização, monitorização e deteção de fugas para 20 entidades.

60% do serviço prestado respeita a serviços de deteção de fugas, e os restantes 40% a serviços de disponibilização de licenças de acesso ao software WONE, o que traduz a maturidade do serviço e a robustez na continuidade do negócio. Nos trabalhos de deteção de fugas, onde foi possível quantificar o volume de água recuperado pela reparação das fugas detetadas foi poupado o equivalente a 143 mil m<sup>3</sup> de água/ano. Nos restantes trabalhos, e embora tenham sido detetadas fugas de água nas redes intervencionadas, não foi possível quantificar o volume de água potencialmente recuperado, quer por não existir medição de caudais ou porque as fugas/ avarias não foram atempadamente reparadas.

De referir que no final de 2019, para além da EPAL e da AdVT, existiam mais 13 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água.

### Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:



O waterbeep® é um serviço através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

O waterbeep® apresenta-se em quatro modalidades, com diferentes níveis de detalhe de informação, podendo os clientes optar pela que melhor se adequa às suas necessidades.

As modalidades waterbeep® plus, pro e premium permitem a emissão de alertas, sendo os mesmos enviados aos clientes aderentes sempre que se verifiquem desvios significativos do padrão habitual de consumo de água, ou situações de consumos contínuos durante um período alargado de tempo, que poderão ser indicadores de roturas ou dispositivos abertos/avariados

Lançado em 2013, este serviço inovador e pioneiro em Portugal, conta já com cerca de 20 mil adesões (4.333 adesões em 2020), das quais 90,1% waterbeep home, 8,3% waterbeep plus, 1,4% waterbeep pro e 0,2% waterbeep premium.

Em 2020 iniciou-se a implementação do waterbeep nos SMAS de Torres Vedras e nas Águas de Santo André.

Billmeter®

# billmeter

O Billmeter é um sistema através do qual as entidades gestoras poderão gerir o parque de contadores. Este serviço poderá ser de extrema relevância, uma vez que reforça a capacidade das entidades no que refere às perdas aparentes, sendo uma ferramenta essencial na gestão do parque de contadores, bem como na priorização do investimento a afetar a este tema.

Billmeter® é uma aplicação informática pioneira que se assume como um reforço tecnológico no combate às perdas aparentes. Esta metodologia de controlo ativo das perdas por erros de medição contribui para a gestão otimizada do Parque de Contadores, aumentando a eficiência e a rentabilidade do investimento.

Permite avaliar estatisticamente o desempenho individual de cada contador, recomendando a periodicidade ótima para a sua substituição.

Disponibiliza informação integrada e segmentada para diagnóstico do desempenho e da rentabilidade do Parque de Contadores.

Ao considerar variáveis como padrões de consumo, evolução dos erros de medição, custos associados ao contador e tarifário, classifica, estatisticamente, os contadores pelo potencial de recuperação de água não faturada, prevendo o tempo ótimo de serviço no final do qual, para que este potencial seja maximizado, se recomenda a substituição.

O Gestor poderá simular cenários com base nos erros de medição e padrões de consumo, já definidos na Biblioteca do Billmeter® ou a partir de Bibliotecas customizadas.

## Garrafa Siza Lisbon Soul by EPAL:

Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira é mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Fruto de uma parceria entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e a AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, a Garrafa Siza destina-se à divulgação junto do Turismo da cidade de Lisboa, hoje um dos destinos mais apetecíveis e onde a água da rede pública alcança níveis de qualidade exemplares, cumprindo as mais exigentes normas de qualidade nacionais e internacionais.

Esta peça caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico único da capital, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos – O Castelo de São Jorge - posicionando-a como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade a qual reza que havia no extremo ocidental da Europa, um lugar chamado Ofiusa – a Terra das Serpentes - governado por uma Rainha, meio mulher, meio cobra, escoltada por um exército de serpentes que envenenava quem ousasse disputar-lhe o trono.

A garrafa de assinatura de Álvaro Siza exclusiva da EPAL continuou a sua comercialização nos Núcleos do Museu da Água, Lojas EPAL e plataforma online Planetiers.

## Fill Forever

A “Fill Forever” é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultra leve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

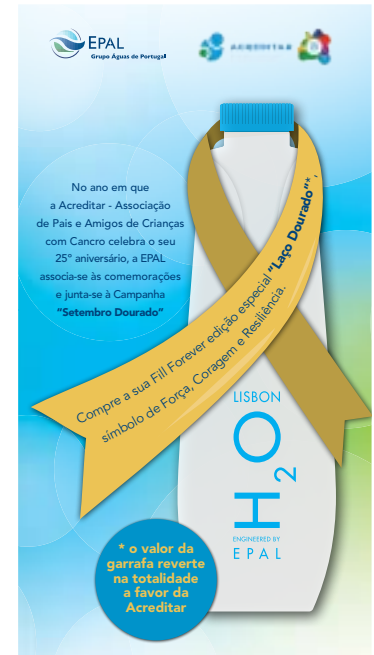


Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público fill forever em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. “Leve no preço. Leve no ambiente”.

Para além de ser um produto disponível para venda, é manifestamente um dos veículos de comunicação do esforço que a EPAL tem vindo a fazer, na sensibilização do consumo da água da rede pública.

O forte impacto junto da comunidade tem feito desta garrafa reutilizável um instrumento primordial para conferir sustentabilidade a ações e eventos, para além de promover a qualidade e excelência da água que produz, junto da comunidade internacional, como são testemunho as parcerias e patrocínios com Goalball Clubs World Cup, a Moda Lisboa, a Zomato, os Médicos do Mundo, o Museu da Marinha e a União Zoófila.

Este ano foi lançada a edição especial “Laço Dourado”, cujas vendas reverteram na totalidade para a Acreditar - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro.



## Lisbon Tap Water Bottle:



A Lisbon Tap Water é uma garrafa da EPAL de design moderno, sóbria e fácil de manusear que vai conquistar qualquer ambiente em que esteja presente.

De vidro subtil e absolutamente cristalino, apresenta-se em sintonia com a vida da capital em permanente dinamismo e à procura de soluções de sustentabilidade.

Pensada para espaços onde são realizadas Conferências e Seminários, pretende apoiar as Entidades que recebem diariamente participantes dos mais diversos países de mundo para eventos profissionais, académicos, culturais e lúdicos.

Por este motivo, a Lisbon Tap Water apresenta um rótulo bilingue, de afirmação universal de um hábito sustentável.

Com tampa hermética, capacidade de 1 litro, reflete uma escolha amiga do ambiente, convidando ao consumo de água da torneira, em qualquer local, um bem de excelência que cumpre os mais rigorosos padrões de qualidade nacionais e internacionais. No ano de 2020 a Lisbon Tap Water continuou a cumprir o seu propósito evidenciando o interesse do público por opções de sustentabilidade, e onde empresas e particulares puderam adquiri-la nos Núcleos do Museu da Água e nas Lojas EPAL.

## Garrafa de barro COOL

COOL - Água “Naturalmente Fresca” é a nova garrafa da EPAL feita em barro, com manufatura e materiais 100% portugueses, que se apresenta em 3 versões exclusivas: barro vermelho com serigrafia em preto, barro vermelho com serigrafia em azul, e barro negro. Totalmente feita à mão, em olaria de roda, esta garrafa tem a qualidade única de conseguir refrescar a sua água da torneira, de forma ecológica, natural, e com consumo zero de energia.

As garrafas aliam um design contemporâneo, com materiais e técnicas ancestrais de produção, proporcionando uma solução ecológica de tradição milenar que permite conservar a água sempre fresca. A tampa da COOL é manufaturada em cortiça, conferindo-lhe ainda maior personalidade, e homenageando a tradição e a cortiça portuguesa, promovendo a utilização de recursos renováveis locais.





As versões em Barro Vermelho apresentam na sua base uma serigrafia (a preto ou a azul) do Aqueduto das Águas Livres, símbolo maior da história do abastecimento de água em Portugal.

A versão em Barro Negro tem na sua génese um processo de fabrico artesanal reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, e como única energia despendida a proveniente das mãos do seu criador.

Esta peça que, em 2020 contou ainda com uma edição especial dedicada a Lisboa Capital Verde Europeia, continua disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água, Lojas EPAL e plataforma online Planetiers.

### Jarro Gota

O jarro Gota é o resultado da parceria entre a EPAL e a Bordallo Pinheiro que une as duas emblemáticas e centenárias empresas na mesa dos portugueses há mais de um século. Com o mote “Se queres água toma”, inspirado em Raphael Bordallo Pinheiro, autor da representação popular do Zé Povinho, que veio a tornar-se num símbolo do povo português.

O jarro em forma de gota e com relevos de água na sua superfície que, além de remeter para o imaginário das formas de gotas de água, inspira-se também no universo da Bordallo Pinheiro nas cores e nos relevos que tanto caracterizam a sua marca identitária.

Tratando-se de um jarro de mesa, com a diversidade e riqueza de todos estes pormenores estéticos, fica implícita a ideia de que a água da EPAL está presente em todos os momentos da vida e da família.

A água da torneira, a opção mais sustentável e amiga do ambiente, e o jarro Gota, peça exclusiva que acolhe a água, juntas celebram o Ambiente, a cerâmica portuguesa, a produção nacional de qualidade, e o convívio tão característico e portuguêsas.



essencial das mesas das famílias

Esta peça foi apresentada no Dia Nacional da Água, e está, disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.



## Chávenas de café “Bicas com História”



Uma coleção de 4 chávenas de café que representam os 4 núcleos do Museu da Água e coloca as duas bebidas mais consumidas no mundo, água e café, em destaque e o convida a conhecer a história e o património da Água.

A coleção de chávenas de café, resulta de uma parceria entre a EPAL e a Vista Alegre, duas marcas intimamente associadas à História e à vida cultural portuguesas.

As duas empresas nascidas no século XIX e habituadas a serem parte integrante da mesa dos portugueses, a EPAL com a melhor água e a Vista Alegre com as mais bonitas porcelanas, juntaram-se para lhe servirem café num conjunto de 4 diferentes chávenas, onde se encontram representados os 4 núcleos do Museu da Água da EPAL: Aqueduto das Águas Livres; Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos; Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras e Reservatório da Patriarcal.

Esta peça foi lançada no final do mês de novembro de 2020, e está, disponível para venda nos Núcleos do Museu da Água e Lojas EPAL.

## Academia das Águas Livres:



A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL 2013, na sequência de uma lacuna em Portugal ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor.

A oferta formativa disponibilizada inclui três cursos acreditados pela Ordem dos Engenheiros, no âmbito do Sistema de Acreditação da Formação Contínua para Engenheiro, e também um curso reconhecido pela RELACRE.

A AAL oferece ainda, formação superior avançada, tendo em setembro de 2020, iniciado a 5ª edição da Pós-Graduação em Tecnologias e Gestão da Água, resultado de uma parceria estabelecida com a Nova SBE e a FCT. Em novembro de 2020, teve início a 2ª edição do Programa Avançado Energias Renováveis no Setor da Água, numa parceria estabelecida com a Lisboa e-Nova, a ADENE, a AdP-Energias, a FCT, o INEGI, o INESTEC, o IST, a Nova SBE, a TÜV e o LNEG.

Em 2020, fortemente penalizada pelas restrições da pandemia, que implicou a suspensão das atividades por 6 meses, realizaram-se 38 ações de formação, abrangendo quase 500 formandos, num total de cerca de 28 mil horas de formação.

## Laboratórios de ensaio e amostragem:

Os Laboratórios de ensaio da EPAL, localizados em Lisboa (Laboratório de Lisboa) e na ETA de Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, “a qualidade da água captada, desinfetada e distribuída”.

A Unidade de Apoio Técnico assegura a prestação de serviços de amostragem e de monitorização da qualidade das águas em água para consumo humano, águas de piscinas, águas de processo e águas naturais.

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 e possui o Certificado de Acreditação nº L0242, ao qual estão associados dois Anexos Técnicos, o L0242-1 relativo à área de amostragem, ao Laboratório de Lisboa e o L0242-2 relativo ao Laboratório de Vale da Pedra.

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

No ano 2020, no âmbito de prestações de serviços a clientes externos, foram colhidas/rececionadas 1.710 amostras de água para análise, correspondentes a 8.055 determinações de parâmetros.

### myAQUA:



O myAQUA® é uma aplicação desenvolvida pela EPAL para smartphones que permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados de contrato, comunicar leituras de acordo com as suas preferências, consultar contas da água, e muito mais. Permite, também, aceder a mais do que um contrato, podendo consultar e gerir a informação relativa a vários locais de consumo de forma simples, cómoda e com único código de acesso.

Em 2020, e considerando as necessidades de confinamento, a EPAL implementou diversas campanhas de promoção dos canais digitais ao dispor do cliente, entre os quais o myAQUA que permite tratar de vários assuntos sem ter que sair de casa. Estas campanhas concentraram a divulgação nos meios digitais: Site EPAL, e-newsletter, SMS, assinatura de email e Redes Sociais.

Este produto encontra-se em funcionamento em 24 entidades gestoras incluindo a EPAL, estando disponível para mais de 1,2 milhões de clientes finais. Em 2020 a app foi instalada em 27 mil equipamentos, dispondo atualmente de cerca de 138 mil utilizadores

### H2O Quality:

O H2O Quality é uma aplicação gratuita e pioneira no setor da água a nível mundial, que funciona por georreferenciação, e que permite a qualquer cidadão ou turista aceder aos resultados da qualidade da água relativos ao local onde se encontra, com informação atualizada diariamente, em português e em inglês.

A qualquer momento e onde quer que esteja, pode aceder ao H2O Quality e conhecer a qualidade da água que está a ser distribuída nesse local específico, com informação sobre os parâmetros, nomeadamente, cálcio, magnésio, cloro, cor, dureza, pH, entre outros, que poderá consultar em pormenor, visualizando os resultados e valores paramétricos. Caso pretenda saber a qualidade da água de um outro local em Lisboa, basta recorrer ao motor de pesquisa da aplicação e inserir a morada pretendida.

Com esta aplicação, pode ainda visualizar, no mapa, a localização de bebedouros perto do local onde se encontra, encher a sua garrafa reutilizável e levar consigo a água da torneira, a opção mais sustentável e mais amiga do ambiente.

Lançada em julho de 2019, a app H2O Quality, que desde logo despertou muito interesse, já foi descarregada até final do ano de 2020 por 10.225 utilizadores.



A comercialização desta aplicação arrancou em 2020 com a Águas de Santo André, sendo de referir que outras entidades gestoras, já clientes de outros produtos digitais da EPAL, têm manifestado bastante interesse na app H2O Quality.

### WattWater:



WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015.

O WattWater é um SaaS (Software as a Service) que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

### Manutenção de Contadores de Água e Medidores de Caudal:

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa.

Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Para além dos trabalhos de reparação, ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal prestados para a própria EPAL têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de idêntica natureza para outras entidades externas.

### Sistema de Inspeções

A EPAL desenvolveu um Sistema de Gestão das suas infraestruturas assente no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil ao longo do ciclo de vida (reservatórios, condutas, estações elevatórias,...), através da realização de Inspeções Sistemáticas e periódicas.

A atividade de Inspeções, encontra-se certificada, segundo o referencial normativo ISO9001:2008.

Os objetivos que se pretende atingir com esta atividade são:

- Assegurar a fiabilidade e segurança na Exploração dos Ativos
- Garantir Níveis de Serviço adequados aos Clientes
- Maximizar o ciclo de Vida dos Ativos
- Minimizar o custo de manutenção/investimento ao longo do ciclo de vida dos Ativo

### CAL - Chave Águas Livres:

A EPAL projetou uma chave multifunções, manual, que conjuga várias ferramentas de forma ergonómica e não aleatória em função da configuração dos órgãos e acessórios e da sua disposição no terreno. Por conseguinte, reduz a mão-de-obra, primando a mobilidade devido ao seu porte, em relação ao conjunto das ferramentas existentes e capacidade de maneabilidade nos mais variados trabalhos aquando da necessidade premente de executar várias manobras sequenciais.

Dada a universalidade da chave multifunções e a standardização dos órgãos e acessórios, esta poderá ser utilizada por um elevado número de entidades gestoras de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, assim como de equipas de combate a incêndios.

## INVESTIMENTOS, GESTÃO DE ATIVOS E MANUTENÇÃO

### Investimentos

O ano 2020, tendo sido um ano atípico fortemente marcado pelos efeitos da Pandemia Covid-19, caracterizou-se pela necessidade constante de reorganização dos processos internos, dos planos de trabalho e da gestão dos recursos humanos, por forma a assegurar as medidas de proteção e de segurança previstas no Plano de Contingência, elaborado e revisto em estreita articulação com as orientações emitidas pela Direção Geral de Saúde (DGS) e em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

As medidas introduzidas, nomeadamente, a prestação de teletrabalho em complemento com o acompanhamento presencial dos projetos e das empreitadas, bem como a rotatividade das equipas e a criação de suplência entre as mesmas, permitiram minimizar o risco de contágio e eventuais paragens da atividade relacionada com os investimentos da Empresa.

No entanto, parte significativa das empreitadas foi suspensa no final do 1.º trimestre de 2020 por um período mínimo de 30 dias, tendo sido progressiva e faseadamente retomados os trabalhos, ainda que de forma incipiente, dadas as restrições vigentes. Houve igualmente a necessidade de os próprios empreiteiros se ajustarem à nova realidade e introduzir novas regras e medidas de segurança, verificando-se em alguns casos a redução do número de trabalhadores devido à obrigatoriedade de confinamento e de casos de infeção.

No final do 2.º trimestre de 2020 a maioria das empreitadas encontrava-se ativa, mas com rendimentos bastante inferiores aos normais. Os concursos que se encontravam em curso tiveram um protelamento médio superior a 1,5 meses, tendo sido solicitadas pelos interessados prorrogações do prazo de entrega das propostas por dificuldades diversas, incluindo na obtenção de cotações do mercado.

A suspensão de algumas das atividades de projeto e o protelamento das datas de entrega de propostas tiveram impacto na execução do ano 2020 e terão impacto na execução dos anos subsequentes, particularmente no período de 2021/2022, que se traduzirão numa redução da execução face ao inicialmente previsto.

Apesar disso, a área que acompanha e controla a execução dos investimentos procedeu a inúmeras e múltiplas atividades, que permitiram proceder ao lançamento de cerca de 21 concursos, com um valor global de cerca de 31,8 milhões de euros, tendo ainda assistido em virtude das condições atípicas do mercado ao facto de não terem sido apresentadas proposta para 9 concursos lançados, no valor total de 20,7 milhões de euros, o que conduzirá ao atraso da execução do plano de investimentos previsto. Foram ainda adjudicadas 11 empreitadas, num total de 19,6 milhões de euros, e ainda consignadas 7 empreitadas (5,8 milhões de euros). Por fim, foram feitas 10 receções provisórias, com um valor global de 5,7 milhões de euros.

Em 2020, o investimento global efetuado ascendeu a 9,6 milhões de euros, e a sua execução manteve-se sobretudo, à semelhança de anos anteriores, ao nível da construção e reabilitação de infraestruturas.

O quadro seguinte sintetiza os investimentos do último triénio:

Valores em EUR	2018	2019	2020
<b>Garantia da Capacidade</b>	<b>364.716</b>	<b>693.549</b>	<b>343.871</b>
Ampliação da rede de Distribuição	339.253	351.524	342.699
Rede de Adução	-	329.812	-
Outros	25.463	12.213	1.171
<b>Garantia da Fiabilidade e Segurança</b>	<b>5.965.326</b>	<b>5.498.953</b>	<b>4.905.470</b>
Renovação da rede de Adução	3.573.999	1.466.151	486.710
Duplicação Castelo de Bode	-	-	208.658
Renovação da rede de Distribuição	1.207.447	2.074.425	2.324.155
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	325.762	550.002	565.893
Contadores	526.137	357.244	507.048
Equipamentos eléctricos, mecânicos e instrumentação	138.132	570.967	547.106
Monitorização e controlo	56.977	282.512	10.783
Outros	136.873	197.651	255.118
<b>Garantia da Qualidade</b>	<b>2.159.841</b>	<b>765.961</b>	<b>1.380.191</b>
Laboratórios	15.814	403.226	790.196
Reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra	2.071.687	217.463	58.104
Outros	72.340	145.271	531.890
<b>Sustentabilidade e Inovação</b>	<b>546.733</b>	<b>1.262.614</b>	<b>511.756</b>
Sistema de Gestão de Lamas	363.927	1.031.982	128.207
Eficiência Energética	156.559	224.051	346.541
Outros	26.247	6.581	37.008
<b>Tecnologias de Informação e Comunicação</b>	<b>1.335.439</b>	<b>1.856.554</b>	<b>1.219.018</b>
Infraestruturas e Telegestão	556.528	311.404	301.218
Hardware e Software	476.183	560.762	304.452
Aquamatrix	239.698	922.087	319.301
Outros	63.030	62.301	294.047
<b>Outros Investimentos</b>	<b>2.036.858</b>	<b>2.147.073</b>	<b>1.281.606</b>
Adaptação de Instalações	1.455.349	1.640.977	784.012
Outros	581.509	506.096	497.594
<b>TOTAL</b>	<b>12.408.914</b>	<b>12.224.703</b>	<b>9.641.912</b>

Os principais investimentos concluídos e com entrada em exploração em 2020 foram:

- Adutor Vila Franca de Xira Telheiras – intervenções nos troços 2 e 3 – 4,5 milhões de euros;
- Reabilitação da rede de distribuição – 1,6 milhões de euros;
- Remodelação da EE II dos Olivais – 1,0 milhões de euros;
- Condutores Telheiras Alfragide – 0,3 milhões de euros;
- Ampliação da rede de distribuição – 0,3 milhões de euros.

Os principais investimentos adjudicados durante o ano de 2020 foram os seguintes:

- Empreitada de Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase I - Troço Brogueira/Sobral – 6,7 milhões de euros
- Empreitada de Conceção Construção de Mini Central Hidroelétrica - Asseiceira 0% - 4,9 milhões de euros
- Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV – 4,3 milhões de euros
- Empreitada Geral – Lisboa Renovação de Rede 2020-2021 – 2,1 milhões de euros

No ano 2020, a EPAL lançou diversos concursos destinados a assegurar a continuidade do serviço de abastecimento, o aumento da fiabilidade, o aumento da resiliência das infraestruturas existentes e o aumento da eficiência energética, bem como elaborou um importante conjunto de projetos, num valor global de cerca de 32 milhões de euros, destacando-se os seguintes:

- O desenvolvimento dos projetos para duplicação de quatro troços do Adutor de Castelo do Bode, a concretizar em terrenos da EPAL, e a Empreitada “Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase I - Troço Brogueira/Sobral” - 6,8 milhões de euros;
- Lançamento do concurso para a “Empreitada de Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta” - 7,5 milhões de euros;
- A adjudicação da “Empreitada para Reabilitação e Ampliação do Sistema de Alenquer IV” - 4,3 milhões de euros;
- Conclusão do Projeto para lançamento do concurso para a “Reformulação de soluções de abastecimento a Vila Franca de Xira e Loures” - 3,8 milhões de euros;
- A celebração do Contrato da “Empreitada de Conceção Construção da Mini Central Hidroelétrica - Asseiceira 0%” - 4,9 milhões de euros;
- A aprovação do lançamento da “Empreitada de Conceção Construção para Instalação de Infraestruturas de Telemetria e Criação do Centro de Controlo de Energia e de Emissões (CCEE), com serviços associados” - 3 milhões de euros;
- A aprovação do lançamento do concurso para a “ETA da Asseiceira 0% - Empreitada de Execução de Beneficiações na ETA da Asseiceira para redução do consumo de energia e produção de energia” - 3 milhões de euros.

Em 2019 foi concluída a empreitada inserida na candidatura ao POSEUR (POSEUR-03-2012-FC-000808), intitulada “Melhoria da Qualidade do Tratamento da ETA de Vale da Pedra”, estando o processo junto do POSEUR em fase de encerramento. O total do cofinanciamento final foi de 6,4 milhões de euros, tendo sido recebido até ao momento, o valor de 6,1 milhões de euros. O pagamento do valor remanescente (já validado e aprovado), no montante de 0,3 milhões de euros, ocorrerá com a validação do Relatório Final da Operação, que se perspetiva que ocorra no início de 2021.

## Gestão de Ativos

A Gestão de Ativos na EPAL tem como função assegurar uma gestão integrada dos ativos da empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

A atividade durante o ano de 2020, embora fortemente afetada pela pandemia, foi bastante diversificada, destacando-se sobretudo a transversalidade tida com as restantes áreas da empresa, através do apoio contínuo prestado.

No âmbito do **cadastro técnico e geográfico**, destacam-se o desenvolvimento e acompanhamento de campanhas de reinventariação de diversas instalações da empresa, operacionais e não operacionais, destacando-se as infraestruturas do Oeste e a contínua atualização das ferramentas de gestão de ativos, nomeadamente das ferramentas de suporte à manutenção.

Foi igualmente feito o acompanhamento no que concerne à implementação e desenvolvimento da metodologia BIM – vertente normalização de tipologia de ativos e parametrização/codificação prévia de localizações e posições funcionais, incluído num “projeto piloto”.

Em relação à **gestão de perdas**, o desempenho desta área ficou significativamente marcado pela pandemia do Covid-19, que resultou numa diminuição dos resultados obtidos em 2019, e que obrigou a alterar o modo de funcionamento das suas equipas técnicas

entre março e junho de 2020, tendo nesse período funcionado com apenas uma equipa interna. Nesse período foi suspensa, na totalidade, a atividade de deteção ativa de fugas, intervindo-se apenas nos casos em que o abastecimento de água aos clientes estava comprometido ou nos casos onde existiam infiltrações de água para propriedades de terceiros. Paralelamente, foi ainda assegurada a manutenção dos equipamentos de monitorização pois as avarias registadas colocavam em causa a vigilância permanente da rede, o que tinha impacto na gestão da rede de distribuição de Lisboa.

Procedeu-se durante o ano de 2020 à realização de diversos projetos e atividades, destacando-se:

- Desenvolvimento do modelo hidráulico da rede de distribuição de Lisboa, de modo a permitir a sua posterior utilização no Master Plan;
- Análises mensais das perdas através dos dados no WONE e dos volumes de entrada, saída e totais diários nas ZMT da rede de adução, incluindo o impacto do abaixamento dos consumos face o Covid-19, bem como do impacto do abaixamento dos consumos nas ZMC e conseqüente indicação de zonas a supervisionar de forma mais atenta pelas Operações face ao Covid-19;
- Colaboração com a AdP Internacional e o Banco Mundial no projeto 'Cities of the Future', face a projetos em Karachi, no Paquistão, Buenos Aires, na Argentina e Paraiba, no Brasil;
- Análise do eventual abastecimento do Entroncamento através do Médio Tejo Sul;
- Estudo de otimização e aumento de resiliência do sistema adutor da Póvoa através da sua interligação ao Sistema de Castelo de Bode, entre o Médio Tejo Sul e o Sistema da Póvoa, na zona de Ponte de Sôr. Análise da possibilidade de expansão do abastecimento até aos Sistemas Autónomos da Póvoa, Sistema da Apartadura e Sistema do Caia;
- Face às características e atual performance do parque de medidores de grande diâmetro nas redes "em alta" da EPAL, foi realizado um estudo com vista à definição de uma estratégia de substituição programada desses equipamentos;
- Desenvolvimento e implementação da fase de testes de uma versão de mobilidade para o WONE.

Regista-se ainda a conclusão de 71 intervenções de deteção de fugas, tendo sido analisados cerca de 761 km de rede de distribuição, assinaladas 332 roturas e reparadas 305 delas.

No que respeita à atividade do **laboratório e oficina de contadores**, e devido à situação pandémica, a Oficina e o Laboratório suspenderam a atividade entre 16 de março e 22 de maio, tendo retomado a mesma com a equipa operacional do laboratório organizada em "espelho" até 1 de setembro de 2020, e a equipa operacional da oficina em pleno. Foi dada continuidade à prestação de serviços de verificação e calibração de contadores a clientes externos, e procedeu-se à renovação da qualificação de Reparador Qualificado de contadores de água e de Organismo de Verificação Metrológica (OVM) de contadores de água. Registou-se igualmente a manutenção da acreditação do laboratório de ensaios e calibração de contadores de água e medidores de caudal eletromagnéticos.

As atividades no âmbito da **área de inspeções de construção civil** foram igualmente condicionadas pela Covid-19. Ainda assim registaram-se cerca de 55 inspeções solicitadas pelas áreas operacionais da empresa, e 22 monitorizações a estruturas edificadas, bem como variadas análises de monitorizações periódicas efetuadas com recurso a equipamento topográfico, para acompanhamento de deslocamentos e assentamentos.

No que concerne à **gestão de energia (área de equipamentos elétricos e eletromecânicos)**, procedeu-se ao acompanhamento do projeto corporativo Solar III, que é o plano corporativo do Grupo AdP de redução de energia reativa e potência contratada, ao acompanhamento das intervenções previstas no SGCIE, e ao apoio na implementação do Sistema de Gestão de Energia ISO 50001 assegurando a extensão do sistema a diversas infraestruturas de captação de água, tratamento e elevação de água.

Foi ainda feita a monitorização da implementação do Plano corporativo de Eficiência e Produção de Energia – PEPE, bem como da implementação do Plano corporativo de Eficiência e Produção de Energia. Realizaram-se igualmente as Auditorias Energéticas previstas, e submetidos os respetivos Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREn) para as infraestruturas SGCIE (acima de 500 Tep), e foi feito o acompanhamento dos processos de auditorias energéticas no âmbito dos SCE – Sistema de Certificação Energética de Edifícios, tendo sido renovado o certificado para o Laboratório. Destaca-se por fim o arranque do processo de realização de auditorias energéticas legais no âmbito do Decreto-Lei 68-A/2015, para instalações elétricas abaixo de 500 Tep.



No âmbito de gestão de informação e estudos, destacam-se as seguintes atividades:

- Coordenação da definição dos termos de referência conducentes à revisão do Plano Diretor e Plano Geral da Rede de Lisboa;
- Coordenação do GT Tejo XXI para análise do estado de conservação do Aqueduto Tejo e definição da sua futura funcionalidade;
- Coordenação do Estudo elaborado pela CTA do Projeto de Duplicação do Adutor do Bode, para a definição da estratégia a adotar nas interligações entre as linhas 1 e 2 do Adutor do Bode;
- Acompanhamento da prestação de serviços do LNEC para a realização de Ensaio de Stress Hídrico das origens da EPAL e AdVT;
- Apoio de coordenação ao Estudo de Viabilidade da Interligação do Médio Tejo Sul (EPAL) ao Subsistema da Póvoa (AdVT);
- Preparação dos Termos de Referência para o lançamento do Estudo de verificação da adequabilidade dos atuais sistemas de segurança hidráulica dos reservatórios do Sistema de Abastecimento da EPAL;
- Apoio na sistematização e definição da melhor solução a adotar na otimização de investimentos no Sistema de Abastecimento ao Município do Entroncamento (EPAL e AdVT).

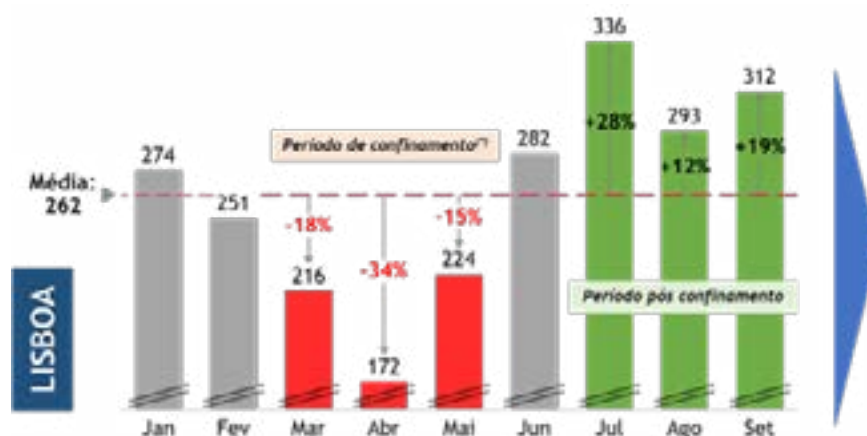
## Manutenção de ativos

A atividade de manutenção na EPAL é essencial para manter a segurança e a fiabilidade dos equipamentos instalados, de modo a garantir uma produtividade contínua, assegurando assim a competitividade da empresa nos serviços que presta.

O ano de 2020 foi fortemente marcado pela pandemia de Covid-19, com repercussões no desenvolvimento da atividade de manutenção. O primeiro impacto foi sentido, desde logo, no período de estado de emergência e confinamento decretado em março de 2020, nomeadamente em questões de ordem logística colocadas ao normal funcionamento das equipas, como a partilha de equipamento informático e de comunicação das equipas operacionais, a deslocação em viaturas comuns, as condições de alimentação das equipas de piquete 24h/24h e o reforço da distribuição de equipamento de limpeza e desinfeção. Apesar dos constrangimentos foi ultrapassada essa fase, satisfazendo todas as solicitações e intervenções que foram necessárias, sem afetar o normal funcionamento das Operações da empresa.

Houve contudo durante o período de confinamento uma redução das intervenções, consequência da diminuição das comunicações de avarias externas e internas (p.e., a equipa de deteção de fugas suspendeu nesse período a atividade corrente). Assim, e durante esse período, foram realizados trabalhos com impacto significativo na circulação rodoviária, nomeadamente, no centro de Lisboa.

Na cidade de Lisboa, importa contudo ressaltar que a redução das intervenções verificada durante o período do confinamento foi compensada nos meses imediatamente seguintes, conforme representado de seguida, onde se verifica que, em termos globais, o número de roturas esteve em linha com os anos anteriores, destacando-se contudo um aumento das roturas em condutas DN $\geq$ 800, em betão armado.



\* O número de roturas em condutas DN $\geq$ 800, em betão armado, em Lisboa, em 2020, foi superior ao de 2019.

Outro impacto verificado foi que em determinados períodos do ano, a redução do número de equipas no terreno, impediu a realização de algumas tarefas de manutenção preventiva, dedicando-se quase em exclusividade, para além das manobras na rede, à execução de manutenção curativa.

Apesar dos constrangimentos, realizou-se 68% do plano de vigilância da Rede, 77% do plano de vigilância de adutores, e foram cumpridos cerca de 60% dos planos de manutenção preventiva, apesar da interrupção entre março e o final de maio, devido à situação pandémica, e de salientar que o acompanhamento das obras de terceiros com interferência na rede de distribuição nunca sofreu interrupções, tendo sido realizadas 232 reuniões de concessionárias.

Foi ainda concluído o ano com o cumprimento integral dos investimentos previstos de ampliação e reabilitação da rede de distribuição da cidade de Lisboa, sendo que durante 2020 foram executados 525 novos ramaís para dar resposta a pedidos de novos edifícios em Lisboa, e efetuada a ampliação e reabilitação de 3.307 metros de condutas (+179% face aos 1182 metros executados em 2019), salienta-se a reabilitação de um troço da conduta junto ao Mosteiro dos Jerónimos, durante o primeiro período de confinamento.

Foram desenvolvidas ainda durante o ano de 2020 diversas ações operacionais, salientando-se na rede de transporte, diversas intervenções que permitiram o normal serviço de abastecimento de água da empresa, nas instalações operacionais foram asseguradas todas as intervenções necessárias (quer de manutenção preventiva quer de manutenção curativa) para o pleno funcionamento das mesmas, e ao nível das áreas e manutenção elétrica, mecânica, eletromecânica e torneria, desenvolveram-se durante o ano de 2020, para além de todos os trabalhos necessários para o correto funcionamento dos equipamentos, ao apoio e acompanhamento de diversas inspeções.

## SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA

Por forma a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus Stakeholders, e no sentido de promover e implementar melhorias na EPAL e na AdVT, ao longo de 2020, a Direção de Sustentabilidade Empresarial, contribuiu, no âmbito da sua missão, com diversas atividades organizadas isoladamente ou em estreita colaboração com outras direções e/ou com entidades externas, de que são exemplo:

### Pandemia por COVID-19

No ano 2020 reinventámos o trabalho para evitar a disseminação do vírus SARS-CoV-2. Para tal, as ações tomadas tiveram em linha de conta a segurança e saúde dos trabalhadores/as, respetivas famílias e parceiros. Para prevenção e mitigação da Covid-19 no trabalho, a reavaliação dos riscos profissionais, em função do contexto de pandemia, tornou-se preponderante e prioritária.

Algumas das principais ações desenvolvidas foram as seguintes:

- Acionamento do Gabinete de Gestão da Crise, estrutura organizativa para a gestão da pandemia e operacionalização das medidas definidas;
- Identificação dos perigos e avaliação dos riscos no âmbito da SST, tendo como foco a potencial disseminação do vírus SARS-Cov-2 e da doença Covid-19, nas instalações da empresa e face às atividades desenvolvidas;
- Alteração dos regimes de trabalho, tendo sido adotado o regime de trabalho remoto “teletrabalho” e o desfasamento dos horários de entrada e de saída dos trabalhadores/as, sempre que as funções e atividades o permitiam;
- Para assegurar a realização das atividades técnicas e operacionais, procedeu-se à reorganização das equipas de trabalho, com vista a garantir o adequado distanciamento físico;
- Distribuição de equipamentos de proteção individual a todos os trabalhadores/as para sua proteção e redução do risco de disseminação e contágio pelo vírus SARS-Cov-2;
- Reestruturação dos espaços e locais de trabalho para promover o distanciamento físico entre os trabalhadores/as, como alteração da configuração das salas e redução da respetiva ocupação, em simultâneo, colocação de barreiras físicas (separadores acrílicos) entre os postos de trabalho, marcadores de chão para sinalizar o distanciamento mínimo e os circuitos de circulação;

- Reforço dos planos de limpeza e higienização dos espaços para reduzir o risco de contaminação nos locais de trabalho;
- Promoção de diversas ações de formação e comunicação, por meios digitais e físicos, junto dos trabalhadores/as, bem como de fornecedores, para transmitir as regras e medidas a adotar para minimizar os riscos e maximizar a segurança de todos;
- Divulgação interna, incluindo na EPAL OnPocket, das orientações da Direção Geral de Saúde e da legislação publicada sobre a gestão da pandemia aplicável à EPAL/AdVT.

Complementarmente, obtivemos o selo COVID SAFE para os núcleos museológicos (Aqueduto das Águas Livres, Museu da Água, Reservatório da Mãe d'Água) e Loja situada no edifício da sede da EPAL, atribuída pela entidade certificadora APCER, no seguimento da verificação COVID SAFE efetuada por Verificadores da APCER, que avaliaram a implementação dos procedimentos e práticas adotadas pela EPAL.

## No âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE):

Mantivemos a certificação do sistema de gestão integrado Qualidade, Ambiente e Segurança, de âmbito total e o Sistema de Gestão de Gestão de Ativos, de âmbito parcial à EPAL. No caso do sistema de gestão da Segurança foi alcançada a transição para um novo referencial, a norma NP ISO 45001:2019. Foi ainda estendida à Frota e à captação da ETA da Póvoa o Sistema de Gestão da Energia, de acordo com a norma ISO 50001.

Na sequência da adesão ao Pacto para a Conciliação no âmbito do Programa 3 em Linha, foi ainda certificado o sistema de gestão da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, com base na NP 4552:2016.

Durante o ano de 2020 foram realizadas diversas Campanhas Internas, destacando-se as seguintes:

- Juntos pelo Ambiente – “os 8 R da Economia Circular. A dica desta semana é ...”
- Juntos somos mais descarbonizados, em parceria com a Direção de Compras e Logística

Descarbonizar a mobilidade, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo, através do seu reforço e da descarbonização das frotas, apoiando soluções inovadoras e inteligentes de mobilidade multimodal, ativa, partilhada e sustentável, bem como a mobilidade elétrica e outras tecnologias de zero emissões

- No sentido de manter ativa a Política de Gestão da Prevenção da Segurança, realizaram-se atividades diversas, realçando-se:
- Desenvolvimento das Matrizes MIPAR relativas ao cenário de Pandemia COVID-19;
- Definição do posicionamento da empresa no cumprimento dos requisitos associados ao Regulamentos REACH - registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos e BPR - disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas;
- Aquisição de equipamentos de segurança, com foco nos equipamentos para proteção no âmbito da Pandemia;
- Relativamente ao tema Campos Eletromagnéticos e para cumprimento da legislação, em vigor, relativa à exposição humana a campos elétricos e campos magnéticos, demos início às medições nas infraestruturas mais relevantes e que representassem o universo da EPAL e AdVT;
- Foram realizados exercícios de simulacro, no cumprimento do respetivo plano, tendo sido testados cenários de emergência associados a incêndio, evacuação, sismo, emergência médica, derrame de produtos químicos e de resíduos, entre outros, com o intuito de testar os procedimentos de emergência e sensibilizar e informar os trabalhadores para atuações corretas e adequadas a cada ocorrência, alguns com participação de entidades externas;
- Elaboração e revisão das Medidas de Autoproteção referentes a diversas infraestruturas;
- Sistema de Gestão SST | Parceiros – Fornecedores, a norma NP ISO 45001:2019 estabelece, de acordo com o contexto da organização, a necessidade de controlar os riscos decorrentes das atividades que envolvam, igualmente, os trabalhadores

externos, com influência e impacto na continuidade do negócio e desempenho da SST. Um dos fatores-chave é o incentivo à comunicação externa, onde, o envolvimento dos fornecedores se revela fundamental, e implica uma comunicação bidirecional, envolvendo diálogo e intercâmbio;

- Em parceria com a Sociedade Ponto Verde foram distribuídos contentores para separação de resíduos de embalagem e plástico, papel e vidro, fomentando assim as boas práticas da separação de resíduos junto dos nossos trabalhadores/as. A sustentabilidade é assim a palavra de ordem na gestão dos recursos existentes, garantindo a poupança de matérias-primas virgens e limitação da deposição em aterro.

Numa perspetiva de auscultação e dar resposta às necessidades e expectativas das partes interessadas, de acordo com a respetiva importância e criticidade, promoveu-se em 2020:

- A realização, no âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Conciliação (SGC) entre a vida Profissional, Pessoal e Familiar e em colaboração com a Direção de Recursos Humanos, da auscultação através de aplicação de questionário, aos trabalhadores/as e às respetivas famílias, bem como às Hierarquias;
- A auscultação às restantes partes Interessadas significativas no âmbito do SGC. Por forma a aumentar a participação dos/as trabalhadores/as nos processos de melhoria do SRE foi divulgado o Portal Ideias em Rede onde podem ser colocadas sugestões de melhoria dos diversos sistemas de gestão;
- Tendo em conta que a Igualdade de Género e a não discriminação constituem direitos humanos fundamentais e que a igualdade de oportunidades, o reconhecimento e a valorização de homens e de mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro, a EPAL/AdVT tem vindo a dedicar atenção a esta temática, sendo que desenvolveu um Plano para a Igualdade de Género 2021, que, de acordo com a legislação, em vigor, está disponível no site de ambas as organizações.

No âmbito da temática Igualdade de Género e no que se refere ao ano de 2020, a EPAL renovou o seu compromisso com o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade e o protocolo de cooperação com a PWN (Professional Women Network - Lisbon).

Esta parceria possibilitou a várias trabalhadoras da EPAL usufruir dos excelentes programas, concretamente:

- Programa YOUTH, inovador e desenhado para capacitar uma nova geração de líderes, uma vez que se destina a jovens mulheres entre os 25 e os 35 anos, com um mínimo de 2 anos de experiência profissional (1 trabalhadora frequentou o programa);
- Programa de Liderança – Nível I – HOPE Brain, mind, body – neurosciences in action, destinado a profissionais com um mínimo de três anos de experiência e pretende trabalhar a visão estratégica de líderes em pipeline e cocriando uma rede multigeracional e intersectorial, (13 trabalhadoras assistiram ao programa);
- Participação na 9ª Conferência Anual da PWN – A Purpose Lab, com disponibilização dos lugares adquiridos pela EPAL para as trabalhadoras que pretendessem assistir.

## No âmbito da Gestão do Risco e Proteção:

No âmbito da Gestão do Risco e Proteção foi assegurada a proteção das instalações, o acompanhamento e controlo das prestações de serviço especializadas (Vigilância, CCTV e SADIR, SADI e SAEI, Extintores, Controlo Acessos e Barreiras, Chaves, Implementação de Chaves Mecatrónicas), na preparação dos processos de contratação pública (vigilância e serviços de prestação especializada em segurança para EPAL e AdVT).

Procedeu-se ainda ao acompanhamento de projetos diversos para reforço de medidas de proteção:

- A convite da Guarda Nacional Republicana (GNR), a EPAL realizou um módulo de formação no âmbito do 1º Curso de Segurança e Proteção de Infraestruturas (CSPI), curso organizado pela Guarda Nacional Republicana para Oficiais (Março de 2020 na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira);

- A pedido da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a EPAL participou na revisão do Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil – REVISÃO 2020;
- A EPAL esteve representada no exercício Table Top - As Interdependências Setoriais na Resiliência das Entidades e Operadores que prestam Serviços Essenciais para a Sociedade - promovido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no âmbito da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes– GT4 – (novembro de 2020);
- A EPAL tem em curso um projeto para Reforço da Segurança Física e Eletrónica das infraestruturas da EPAL e AdVT.

No âmbito da Gestão de Riscos Empresariais foi desenvolvido o Manual de Controlo Interno da EPAL e AdVT, que adapta os elementos desenvolvidos pelo Grupo AdP ao universo da atividade da empresa. Este Manual pretende facilitar a monitorização e melhoria do ambiente de Controlo Interno, tornando as áreas mais conscientes da sua relevância para a organização. Este objetivo é conseguido através da divulgação da importância da cultura de risco, e da comunicação da responsabilidade de cada trabalhador e de cada trabalhadora no cumprimento das normas e regras estabelecidas. Para além disso sistematiza a metodologia do modelo de Controlo Interno adotado, a gestão e a mitigação dos riscos, promovendo a salvaguarda dos recursos, a identificação de oportunidades de melhoria e a identificação de irregularidades nas atividades da empresa.

## - Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores/as dessa empresa foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT.

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das oito empresas agregadas.

No final de 2020 a EPAL tinha 1.025 trabalhadores/as, dos quais 374 afetos à gestão delegada da AdVT.

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
<b>N.º de trabalhadores a 31 de dezembro</b>	<b>1.030</b>	<b>1.030</b>	<b>1.025</b>	-5	-0,5%
EPAL	656	656	651	-5	-0,5%
Gestão delegada AdVT	374	374	374	0	0%

A movimentação de pessoal ao longo do último triénio foi a seguinte:

	2018	2019	2020
Entradas	66	49	31
Saídas	43	49	36
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>(5)</b>

Em 2020 as saídas ocorridas (36) foram superiores às entradas (31).

## CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O universo de 1.025 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2020, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.025 colaboradores, 753 são do sexo masculino (73%) e 272 do sexo feminino (27%).

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Homens	756	752	753	+1	0,1%
Mulheres	274	278	272	(6)	-2,2%

À semelhança dos últimos dois anos, continua a verificar-se a inexistência de trabalhadores/as com contratos a termo.

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Efetivos	1.030	1.030	1.025	0	0%
A termo	0	0	0	0	-

A idade média dos/as trabalhadores/as da EPAL manteve-se nos 47 anos.

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Idade média	47	47	47	-	0%
<b>Trab. Por estrutura etária</b>	<b>1.030</b>	<b>1.030</b>	<b>1.025</b>	<b>-5</b>	<b>0,5%</b>
idade - <25	2	5	5	0	0,0%
idade – 25-34	85	82	72	-10	-12,2%
idade – 35-44	417	402	375	-27	-6,7%
idade – 45-54	240	260	287	27	10,4%
idade - >55	286	281	286	5	1,8%

A antiguidade média é de 17 anos.

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Antiguidade média	17	17	17	-	0%
Trab. por Antiguidade	1.030	1.030	1.025	-5	-0,5%
antiguidade - <2	88	101	84	-17	16,8%
antiguidade - 2-5	44	62	98	36	58,1%
antiguidade - 6-10	168	118	76	-42	-35,6%
antiguidade - 11-20	442	440	427	-13	-3,0%
antiguidade - >20	288	309	340	31	10,0%

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
<b>Trab. por nível profissional</b>	<b>1.030</b>	<b>1.030</b>	<b>1.025</b>	<b>-5</b>	<b>-0,5%</b>
Quadros superiores	195	193	161	-32	-16,6%
Quadros médios	187	184	230	46	25,0%
Encarregados/mestres	24	21	21	0	0,0%
Altamente qualificados	112	110	141	31	28,2%
Qualificados	438	429	342	-87	-20,3%
Semi qualificados	41	60	130	70	116,7%
Não qualificados	32	32	0	-32	-100,0%
Praticantes/aprendizes	1	1	0	-1	-100,0%

Cerca de 39% dos trabalhadores/as (396) detêm qualificações ao nível do ensino superior.

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Trab. por nível habilitações	1.030	1.030	1.025	-5	-0,5%
Ensino Básico	279	268	252	-16	-6,0%
Ensino Secundário	357	369	377	8	2,2%
Ensino Superior	394	393	396	3	0,8%

No ano de 2020 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 14.657 horas de formação, tendo abrangido 925 participantes.

Formação	2018	2019	2020
N.º de horas de formação	22.048	27.289	14.657
N.º. Participantes	733	761	925

A Taxa de absentismo em 2020 foi de 4,49%, correspondente a 83.264 horas de ausência, sendo que cerca de 55% das horas foram remuneradas pela empresa.



Absentismo	2018	2019	2020
Taxa de absentismo	3,91%	4,59%	4,49%
Horas de Absentismo	71.421	85.295	83.264

Em 2020 ocorreram 34 acidentes de trabalho, dos quais 15 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2018	2019	2020
Total de acidentes de trabalho	85	55	34
Acidentes de trabalho com baixa	30	32	15

Os indicadores de segurança foram os seguintes:

Índices de acidentes de trabalho	2018	2019	2020
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	28,41	28,65	19,12
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	16,48	17,98	8,44

TF=NA/HTx106 | Tf=NAita/HTx106 NA – Número de acidentes NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta  
HT – Número de horas trabalhadas

## - Financeira

(os valores são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

Os resultados do ano de 2020 da EPAL foram significativamente afetados pelos efeitos decorrentes do surto pandémico que assolou Portugal e o resto do mundo, tendo efeitos bastante perniciosos na atividade económica ao nível global. As medidas de contenção da crise de saúde pública por parte das entidades governamentais mundiais e a atitude de precaução de todos os agentes económicos, determinaram um forte condicionamento da atividade económica, e que na esfera da atividade da empresa se fez sobretudo sentir na redução abrupta da atividade relacionada com o comércio e indústria da cidade de Lisboa.

A EPAL implementou diversas medidas para garantir a eficaz gestão da situação de pandemia, destacando-se o imediato acionamento do Gabinete de Gestão da Crise, estrutura organizativa para a gestão da pandemia e operacionalização das medidas definidas. As atividades efetuadas pela empresa encontram-se descritas no capítulo da Sustentabilidade da Empresa e Segurança, sendo que estas implicaram alguns gastos acrescidos, num total de 1,0 milhão de euros, e que resultaram sobretudo da necessidade de dotar os trabalhadores de meios para trabalho remoto, dos gastos acrescidos com as alterações de regime de trabalho, nomeadamente a constituição de equipas em espelho (destacando-se sobretudo as alterações efetuados nas equipas operacionais de operação e manutenção), a atribuição de subsídio de refeição (em virtude do encerramento dos refeitórios da empresa), e da dotação nas instalações e aos trabalhadores de meios e equipamentos de proteção que evitem a propagação do vírus. A desagregação por tipologia de despesas foi a seguinte:

- FSE – 389 mil euros
- Gastos com pessoal – 619 mil euros

Não se pode contudo deixar de salientar que a empresa deixou de incorrer em 2020, por diminuição do nível de atividade em resultado da pandemia, em algumas despesas que têm a ver sobretudo com o período de confinamento, sendo essencialmente relacionadas com a frota automóvel (p.e, portagens e combustível, pois as rendas de AOV mantiveram-se), deslocações e alojamento nas viagens previstas sobretudo ao estrangeiro, e os subcontratos relacionados com os processos da área comercial. Adicionalmente existiram alguns projetos que a empresa pretendia iniciar em 2020 que houve a necessidade de adiar para o ano de 2021.

Ao nível da perda de receitas, quer na venda de água quer na prestação de serviços, registou-se um valor de 9,4 milhões euros, e que teve por base o seguinte racional:

- Ao nível da venda de água, e atendendo a que a atividade da empresa é um “negócio estabilizado”, para efeitos de quantificação da perda de negócio na Venda de água em resultado da pandemia, tomou-se como referencial o caudal vendido nos segmentos de comércio/indústria e instituições, no ano de 2019, e aplicou-se à diferença de caudal vendido em 2020, face ao verificado em 2019, a tarifa em vigor em 2020, tendo-se obtido um montante global de cerca de 8,9 milhões de euros.
- Ao nível das Prestações de Serviços verificou-se uma quebra de rendimentos bastante acentuada, a qual está relacionada por um lado com a redução da atividade económica decorrente da pandemia e que teve um impacto relevante nos processos de abastecimento (com uma redução na ordem dos 20%), e por outro com a redução de novos contratos e com a suspensão dos fechos por falta de pagamento (redução das receitas de aberturas e fechos na ordem dos 50%). A perda de rendimento verificada assim nas prestações de serviços para o ano de 2020 é de cerca de 0,5 milhões de euros.

Sob estas condicionantes, ainda assim a EPAL teve um desempenho económico extremamente positivo, tendo registado um resultado líquido bastante apreciável de 47,0 milhões de euros, embora inferior em cerca de 10,5% ao do ano de 2019 que, recorda-se, foi o ano em que se atingiram os melhores resultados da longa história da empresa.

## Principais Indicadores:

	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Volume de negócios (milhões EUR)	158,2	167,0	161,2	-5,8	-3,4%
Volume de água vendida (milhões m <sup>3</sup> )	195,4	200,0	197,7	-2,3	-1,2%
Resultado líquido (milhões EUR)	49,1	52,5	47,0	-5,5	-10,5%
EBITDA (milhões EUR)	95,4	102,8	94,0	-8,8	-8,6%
Endividamento bancário (milhões EUR)	117,6	101,7	89,1	-12,5	-12,3%
Endividamento líquido (milhões EUR)	24,9	-2,0	-16,1	-14,1	722,9%
Net Debt to EBITDA (n.º)	0,3	0,0	-0,2	-0,2	800,4%
Ativo total (milhões EUR)	853,7	853,1	839,8	-13,3	-1,6%
Capital próprio (milhões EUR)	621,3	634,9	640,1	5,2	0,8%
Passivo total (milhões EUR)	232,4	218,2	199,7	-18,5	-8,5%

## Resultado Líquido:

O resultado líquido de 2020 ascendeu a 47,0 milhões de euros, registando uma diminuição de 5,8 milhões de euros face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de -10,5%.

Esta variação do resultado decorre essencialmente da conjugação verificada entre a diminuição do volume de negócios na atividade da Baixa, fortemente afetada pelo segmento do comércio e indústria, e ainda, apesar da contenção de gastos que se tem vindo a verificar nos últimos anos, pelo aumento de alguma tipologia de gastos, como a energia elétrica, os custos com a manutenção das infraestruturas da empresa, e naturalmente todos os que a empresa incorreu para mitigar os efeitos do Covid-19.

(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Rendimentos totais	165,1	174,1	167,5	-6,6	-3,8%
Gastos totais	96,2	98,9	101,9	3,0	3,0%
IRC/ID	19,8	22,7	18,7	-4,0	-17,7%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>49,1</b>	<b>52,5</b>	<b>47,0</b>	<b>-5,5</b>	<b>-10,5%</b>

## Rendimentos Totais:

Os rendimentos totais foram de 167,5 milhões de euros, representando uma diminuição de 3,8% face ao período homólogo (-6,6 milhões de euros), mas ainda assim superior em cerca de 1,4% ao registado em 2018.

(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Volume de negócios	158,2	167,0	161,2	-5,8	-3,4%
Subsídios ao investimento	1,5	1,5	1,5	0,0	-0,6%
Reversão de Provisões e ajustamentos	0,6	0,3	0,2	-0,2	-50,7%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	4,1	4,5	4,3	-0,3	-6,1%
Juros e rendimentos similares	0,8	0,7	0,4	-0,3	-47,0%
<b>Rendimentos totais</b>	<b>165,1</b>	<b>174,1</b>	<b>167,5</b>	<b>-6,6</b>	<b>-3,8%</b>

O volume de negócios apresenta uma redução de cerca 5,8 milhões de euros (-3,4%) face ao ano anterior. Apesar do aumento verificado de cerca de 2,1 milhões de euros (+3%) nos clientes municipais e multimunicipais, verificou-se uma forte redução nos valores faturados aos clientes diretos de cerca de 8,1 milhões de euros (-14%), sendo que 98% desta variação é imputada ao segmento Comércio/Indústria, em consequência do encerramento e/ou suspensão de inúmeros estabelecimentos comerciais na cidade de Lisboa.

Os rendimentos com subsídios ao investimento mantiveram o respetivo valor face ao registado nos anos anteriores, e a rubrica de reversões de provisões apresenta uma variação negativa, apesar de não ser materialmente relevante.

A diminuição nos outros rendimentos e ganhos operacionais resulta sobretudo da redução verificada em quase todos serviços associados à atividade principal da empresa, devido aos impactos da pandemia Covid-19, e também nos restantes serviços complementares da EPAL como são o caso do menor número de ações de formação profissional organizadas pela Academia das Águas Livres, e da diminuição abrupta das visitas aos espaços museológicos da EPAL.

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta uma diminuição de 47,2% face ao ano de 2019, em resultado da menor necessidade de financiamento do Grupo AdP. Recordar-se que se encontra instituída uma política de tesouraria no Grupo Águas de Portugal, onde os excedentes financeiros das empresas são aplicadas junto da holding que, por sua vez, financia as empresas do Grupo em condições mais favoráveis que as obtidas junto da banca comercial.

## Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 161,2 milhões de euros, representando uma diminuição de 5,8 milhões de euros face ao período homólogo (-3,4%).

(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Vendas	156,7	165,3	160,0	-5,3	-3,2%
Prestações de Serviços	1,6	1,7	1,2	-0,5	-28,0%
<b>Volume de negócios</b>	<b>158,2</b>	<b>167,0</b>	<b>161,2</b>	<b>-5,8</b>	<b>-3,4%</b>

Concorreu para a diminuição do **volume de negócios** a rubrica de Venda de Água (apesar do aumento do valor da quota de serviço em cerca de 0,8 milhões de euros) que reduz globalmente 3,2% (-5,3 milhões de euros), fortemente influenciado pela diminuição da procura nos clientes diretos, sobretudo no segmento Comércio/Indústria, e as Prestações de serviços que registam igualmente uma descida de 28,0% (-0,5 milhões de euros), igualmente devido à pandemia Covid-19.

(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Vendas (milhões EUR)	156,7	165,3	160,0	-5,3	-3,2%
Procura (milhões m <sup>3</sup> )	195,4	200,0	197,7	-2,3	-1,2%

Na venda de água (componente volumétrica) verifica-se uma diminuição de 8,1 milhões de euros nos Clientes Diretos e um aumento de 2,1 milhões de euros nos Clientes Municipais e Multimunicipais. A água vendida em 2020 foi de 197,7 milhões de m<sup>3</sup>, sendo que 151,5 milhões de m<sup>3</sup> foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 46,1 milhões de m<sup>3</sup> aos utilizadores finais (clientes diretos). Verifica-se assim um incremento de 2,8 milhões de m<sup>3</sup> (+1,9%) nos clientes municipais e multimunicipais e um decréscimo de 5,1 milhões de m<sup>3</sup> (-10,0%) nos clientes diretos.

A Quota de serviço apresenta um incremento de 0,8 milhões de euros, resultante do efeito da atualização tarifária, e do facto da diminuição do n.º de clientes (redução de 1.010 clientes no total, onde o segmento do comércio e indústria diminuiu 2.001 clientes (-4,1%) face a 2019), não ter sido suficiente para afetar determinadamente esse valor, visto que a redução foi-se verificando ao longo do ano, com especial incidência no último trimestre do ano. No final do ano a empresa tinha 357.660 clientes diretos na cidade de Lisboa.

Nas prestações de serviços verifica-se uma diminuição de rendimentos de 0,5 milhões de euros face ao ano anterior, com destaque para as variações negativas registadas nos processos de abastecimento e ramais, e de abertura e fecho de água, devido à degradação da atividade económica já referida.

## Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 101,9 milhões de euros, verificando-se um aumento de cerca de 3,0 milhões de euros comparativamente com o ano anterior, o que representa uma variação de 3,0%.

(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Custo mercadorias vendidas e mat.consumidas	1,8	1,8	1,9	0,2	9,4%
Fornecimento e serviços externos	32,3	32,9	34,5	1,6	5,0%
Gastos com o pessoal	25,6	25,4	25,5	0,1	0,5%
Depreciações e perdas de imparidade em ativos	25,5	26,9	27,4	0,5	1,8%
Perdas por imparidade	1,2	1,2	1,6	0,4	32,9%
Provisões	0,0	0,3	0,2	-0,2	-55,6%
Impostos e taxas	3,6	3,8	4,0	0,1	3,4%
Outros gastos operacionais	4,4	5,1	5,5	0,4	7,3%
Juros e gastos similares	1,7	1,5	1,3	-0,2	-10,5%
<b>Gastos totais</b>	<b>96,2</b>	<b>98,9</b>	<b>101,9</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0%</b>

A evolução dos gastos totais resultam em parte dos gastos acrescidos que a empresa incorreu para fazer face aos constrangimentos decorrentes da pandemia Covid-19, como foram os casos dos inerentes à reorganização das equipas de trabalho da empresa, nomeadamente a necessidade de constituição de equipas em espelho nas áreas operacionais, e dos acréscimos efetuados de serviços e materiais de segurança e higiene, fundamentais para que a EPAL ultrapassasse com sucesso o primeiro período de confinamento que o País assistiu no início do surgimento dos primeiros casos de infeções da Covid-19.

Houve ainda um aumento em rubricas específicas de fornecimentos e serviços externos, como é o caso da energia elétrica e manutenção, em virtude do esforço que a empresa tem vindo a realizar para reforçar os níveis de conservação dos seus ativos). Em resultado do aumento verificado nos incumprimentos dos clientes, houve ainda necessidade de reforçar as imparidades de dívidas a receber e, finalmente, o aumento em outros gastos operacionais advém essencialmente da componente de tarifária acrescida faturada pela AdVT, a qual tem contudo uma correspondência direta no volume de negócios da empresa.

No que respeita especificamente a cada uma das rubricas:

Regista-se na rubrica de **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** um aumento de cerca de 9,4% do valor face ao ano anterior. Um dos efeitos sentidos em 2020 no aumento dos gastos com reagentes nos processos de tratamento tem a ver com os impactos associados à situação excecional e de emergência que Portugal está a viver devido à pandemia. Assim, e na sequência das orientações emitidas pela ERSAR logo em março de 2020, no sentido de assegurar e reforçar o controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia Covid-19, foi necessário incrementar de reagentes para reforçar a barreira sanitária ao longo dos vários processos de tratamento.

Ao nível dos **fornecimentos e serviços externos** regista-se um aumento de cerca de 1,6 milhões de euros, resultante essencialmente do incremento na atividade de manutenção das infraestruturas operacionais (+0,8 milhões de euros face a 2019), no consumo de energia elétrica (+0,6 milhões de euros) e nas atividades de vigilância e segurança, estas em grande parte devido à readequação da atividade nas instalações devido à Pandemia (+0,2 milhões de euros).

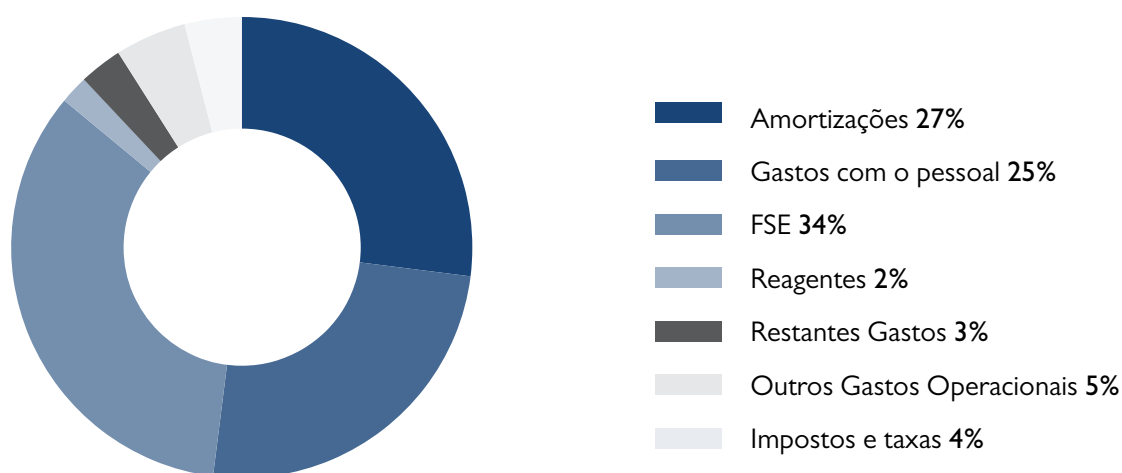
A rubrica de **gastos com o pessoal** regista uma variação de 0,5% (+0,1 milhões de euros). O valor registado foi na íntegra influenciado pelos gastos incorridos para fazer face aos constrangimentos da pandemia, sobretudo pelas alterações introduzidas no regime de trabalho, nomeadamente a constituição de equipas em espelho nas áreas operacionais. Sem esses gastos adicionais imputáveis à Covid-19 a variação seria inferior à do período homólogo em -0,2%.

As **imparidades de clientes** regista um aumento face a 2019 de 32,9% (+0,4 milhões de euros), em resultado do aumento nos incumprimentos dos clientes diretos, havendo assim a necessidade, premente, de reforçar esta rubrica, apesar do incremento significativo de novos acordos de pagamento feitos com os clientes que não estão a liquidar atempadamente as suas faturas.

A rubrica de **outros gastos operacionais**, aumentou em cerca de 0,4 milhões de euros, essencialmente devido à variação da componente tarifária acrescida que é atribuída à AdVT (+0,6 milhões de euros face a 2019), conforme decorre do disposto no Decreto-Lei n.º 34/2017.

No que respeita à rubrica de **gastos financeiros**, em resultado da diminuição das taxas médias de juros de financiamentos e, aliado à redução do endividamento da Empresa, constata-se uma redução de 10,5% face ao ano anterior (cerca de 0,2 milhões de euros).

## Estrutura de Gastos



As rubricas de gastos mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam cerca de 34% dos gastos totais da Empresa, as rubricas de Depreciações, com um peso de 27%, e Gastos com o Pessoal, com um peso nos gastos totais de 25%. Globalmente mantém-se sensivelmente a mesma proporção de distribuição face aos anos anteriores.

## Margem Operacional

O EBITDA alcançou um valor de 94,0 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 8,6% face ao verificado no ano anterior. Verifica-se pois um decréscimo de 8,8 milhões de euros do cash flow operacional face a 2019, apresentando um valor similar ao registado em 2018.

(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Volume de negócios	158,2	167,0	161,2	-5,8	-3,4%
Outros rendimentos operacionais	6,1	6,4	5,9	-0,5	-7,1%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>164,4</b>	<b>173,3</b>	<b>167,1</b>	<b>-6,2</b>	<b>-3,6%</b>
Custo das vendas	1,8	1,8	1,9	0,2	9,4%
Fornecimentos e serviços externos	32,3	32,9	34,5	1,6	5,0%
Gastos com o pessoal	25,6	25,4	25,5	0,1	0,5%
Perdas de imparidade	1,2	1,2	1,6	0,4	32,9%
Outros gastos operacionais	8,0	9,0	9,5	0,5	5,6%
Provisões	0,0	0,3	0,2	-0,2	-55,6%
<b>Gastos Operacionais (excluindo depreciações)</b>	<b>68,9</b>	<b>70,5</b>	<b>73,2</b>	<b>2,6</b>	<b>3,7%</b>
<b>Cash flow operacional (EBITDA)</b>	<b>95,4</b>	<b>102,8</b>	<b>94,0</b>	<b>-8,8</b>	<b>-8,6%</b>

A margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios) apresentou um valor de 58%, em linha com o verificado nos períodos homólogos, apesar da redução de 5,3% face a 2019.

(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
EBITDA	95,4	102,8	94,0	-8,8	-8,6%
Volume de negócios	158,2	167,0	161,2	-5,8	-3,4%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>0,60</b>	<b>0,62</b>	<b>0,58</b>	<b>0,03</b>	<b>-5,3%</b>

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

## Resultados Financeiros

A EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria. Contrariando a tendência de melhoria dos resultados financeiros que se assistiram nos anos anteriores, registou-se um agravamento de cerca de 0,2 milhões de euros face a 2019 (-25,0%), devido à menor necessidade do Grupo AdP para a utilização dos excedentes de tesouraria que a EPAL dispõe.

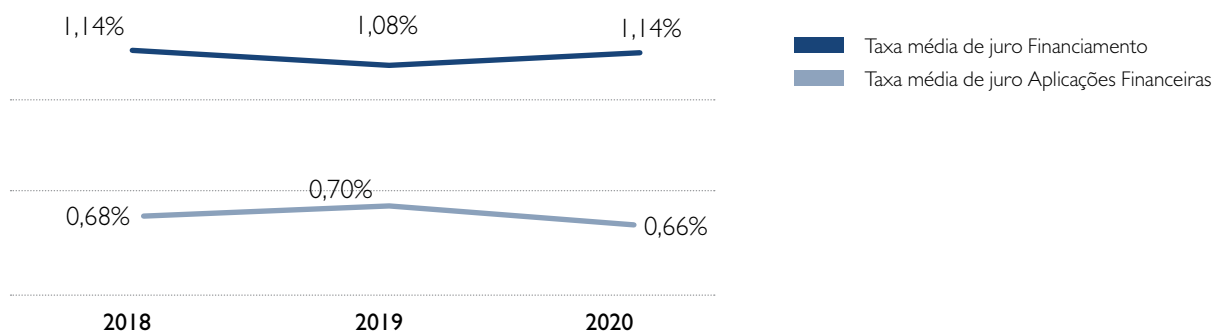
(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Rendimentos e ganhos financeiros	0,8	0,7	0,4	-0,3	-47,0%
Gastos e perdas financeiros	1,7	1,5	1,3	-0,2	-10,5%
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-0,9</b>	<b>-0,8</b>	<b>-1,0</b>	<b>0,2</b>	<b>-25,0%</b>

Verificou-se uma redução dos gastos financeiros (0,2 milhões de euros) e uma diminuição dos rendimentos financeiros (0,3 milhões de euros).

Os rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito a juros decorrentes de excedentes financeiros aplicados no Grupo

AdP, em resultado da política de tesouraria do Grupo, e ascenderam a 0,4 milhões de euros, e cuja diminuição face ao período homólogo resultou da menor necessidade de financiamento das empresas do Grupo.

Os gastos financeiros ascenderam a 1,3 milhões de euros, menos 10,5% do que o verificado no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivos custos com as garantias prestadas pelo Estado Português associadas. A redução verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo da diminuição da taxa média de juros dos financiamentos existentes da EPAL (exclusivamente BEI), aliada a uma criteriosa gestão da sua tesouraria.



Conforme se pode verificar no gráfico anterior, atendendo às atuais condições de mercado, o custo médio de financiamento (expurgando os incorridos com o custo das garantias prestadas) da EPAL continuou a situar-se em níveis bastante atrativos em 2020, atingindo o valor médio de 1,14%, para uma distribuição de capital de cerca de 56% à taxa fixa e de 44% à taxa variável. A ligeira subida verificada deveu-se ao aumento do peso do financiamento à taxa fixa no valor total.

A empresa não recorre a qualquer novo financiamento desde 2010, tendo efetuado em 2020 reembolsos de capital no valor de cerca de 12,5 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização contratualizado.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final do ano, o endividamento da Empresa era de 89,1 milhões de euros, o que corresponde na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes até aos 10 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 10,3 milhões de euros.

A dívida financeira líquida (que considera o apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA) tem vindo a diminuir significativamente, apresentando em 2020 um valor negativo de 16,1 milhões de euros.

(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Net Debt - Endividamento líquido	24,9	-2,0	-16,1	-18,0	-922,9%
Net Debt to EBITDA	0,3	0,0	-0,2	-0,2	-800,4%

Constata-se assim uma relevante melhoria dos valores do indicador “Net Debt to EBITDA”, que reforça a manutenção de uma forte robustez financeira, evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

No final de 2020 o rácio “Net Debt to EBITDA” era de -0,2, o que significa que o atual cash flow gerado pela empresa faz face à totalidade do seu endividamento.

## Posição Financeira

No final de 2020, o ativo da EPAL ascendia a 839,8 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 640,1 e 199,7 milhões de euros, respetivamente.



(milhões EUR)	2018	2019	2020	Variação 2020/2019	
Ativo não corrente	715,0	703,3	687,4	-16,3	-2%
Ativo corrente	138,7	149,8	152,4	3,0	2%
<b>Total do ativo</b>	<b>853,7</b>	<b>853,1</b>	<b>839,8</b>	<b>-13,3</b>	<b>-2%</b>
Capital próprio	621,3	634,9	640,1	5,2	1%
Passivo não corrente	170,7	157,3	144,6	-12,7	-8%
Passivo corrente	61,8	60,9	55,1	-5,8	-10%
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<b>853,7</b>	<b>853,1</b>	<b>839,8</b>	<b>-13,3</b>	<b>-2%</b>

A EPAL terminou o ano de 2020 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 76,2% e um fundo de maneo positivo de 97,7 milhões de euros. O valor do Net Debt/EBITDA alcançado em 2020 confirma a plena sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

(milhões EUR)	2018	2019	2020
Autonomia Financeira	72,8%	74,4%	76,2%
Net Debt/EBITDA	0,3	0,0	-0,2
Fundo de maneo (milhões EUR)	77,0	88,4	97,2
Solvabilidade	2,67	2,91	3,21

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total

NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA

Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente

Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

## Endividamento de Médio e Longo Prazo

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascidia a 78,9 milhões de euros no final de 2020, menos 10,3 milhões de euros que o valor registado em 2019, evolução justificada pela ausência de recurso a novo endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010, ressalvando-se que desde 2010 a EPAL não recorre a qualquer novo financiamento bancário.

## Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes não correntes, bem como de outros devedores, no final de cada um dos anos apresentados, assistindo-se a um aumento face ao período homólogo.

### Evolução das dívidas totais

(milhões EUR)	2018	2019	2020
Clientes Diretos	18,5	19,5	21,6
Clientes Municipais e Multimunicipais	5,5	5,5	6,7
Prestação de Serviços	0,6	0,6	0,4
	<b>24,6</b>	<b>25,6</b>	<b>28,8</b>

**Nota:** Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

## Evolução das dívidas vencidas

(milhões EUR)	0-30 dias	31-60 dias	61-180 dias	181-365 dias	>365 dias	Taxas CML	Total
Clientes Diretos	2,1	1,0	1,3	1,0	14,6	(12,7)	7,1
Clientes Municipais e Multimunicipais	0,3	0,3	0,5	0,4	0,4	0,0	1,8
Prestação de Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3
	<b>2,4</b>	<b>1,3</b>	<b>1,8</b>	<b>1,4</b>	<b>15,1</b>	<b>(12,7)</b>	<b>9,2</b>

**Nota:** o valor das dívidas não vencidas é de 15,7 milhões de euros

As imparidades de clientes registaram um aumento face a 2019 de 0,4 milhões de euros, em resultado do aumento nos incumprimentos dos clientes diretos, havendo assim a necessidade de reforçar esta rubrica, apesar do incremento significativo de novos acordos de pagamento feitos com os clientes que não se encontram a liquidar atempadamente as suas faturas. Como consequência os indicadores foram assim penalizados face ao ano anterior, mantendo-se contudo em níveis bastante apreciáveis.

(milhões EUR)	2018	2019	2020
Imparidades do Ano	1,2	1,2	1,6
Faturação dos Clientes Abrangidos	78,3	82,8	76,3
Faturação Total dos Clientes	178,0	176,3	182,3
Imparidade / Faturação dos Clientes Abrangidos (%)	1,6%	1,5%	2,1%
Imparidade / Faturação Total dos Clientes (%)	0,7%	0,7%	0,9%

O prazo médio de recebimentos dos clientes em 2020 (expurgando as estimativas de vendas por faturar e as imparidades de dívidas a receber) foi de 56 dias, registando assim um aumento de 5 dias face ao valor alcançado no ano anterior, resultante sobretudo do aumento da dívida dos clientes diretos, em grande parte devido aos impactos económicos que a pandemia está a provocar.

A EPAL tem tentado apoiar os seus clientes para fazer face a este período, disponibilizando facilidades na celebração de acordos de pagamento.

## Fundo de Pensões

O valor dos ativos do Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 33,3 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 118,6%, utilizando uma taxa de desconto de 0,0%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 28,1 milhões de euros.

O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 15,6 milhões de euros no final de 2020, tendo sido feitas no ano contribuições pela empresa de cerca de 0,4 milhões de euros.

Importa salientar ainda que as responsabilidades com pré-reformados foram extintas em 2020, atendendo que os últimos trabalhadores que se encontravam na situação de pré-reformas passaram à situação de reformados.

A evolução das responsabilidades do Fundo de Pensões da EPAL é o seguinte (em milhares de euros):

(milhões EUR)	2018	2019	2020
Responsabilidades no fim do período	28.648	28.932	28.111
Valor dos ativos no fim do período	33.050	33.977	33.346
<b>Excesso de cobertura plano de benefícios definidos</b>	<b>4.402</b>	<b>5.045</b>	<b>5.235</b>
<b>Responsabilidades pré-reformados</b>	<b>275</b>	<b>115</b>	<b>0</b>

Apesar do impacto da Pandemia na economia mundial, e dos fortes impactos sentidos no final do 1.º trimestre que fizeram que o fundo de pensões da EPAL tivesse provisoriamente uma rentabilidade negativa muito significativa, a recuperação até ao final do ano foi bastante positiva, levando a que os valores alcançados fossem positivos, levando a que a carteira de benefício definido atingisse uma rentabilidade final de 5,1%.

A política restritiva prudente que a EPAL assume na gestão da carteira preserva sobretudo a estabilidade em contraponto ao risco, pois tem como finalidade pagar as responsabilidades do Fundo de Pensões, sem necessidade de proceder a entregas por parte da empresa (no caso do Benefício Definido), e de igual forma assegurar que as rentabilidades da Contribuição Definida sejam as maiores possíveis para benefício dos respetivos trabalhadores.

## - Investigação e Desenvolvimento / Inovação

A EPAL integrou ativamente os projetos desenvolvidos, mantendo a sua própria identidade inovadora, de desenvolvimento, coordenação e promoção de projetos de Inovação e Desenvolvimento (I&D) com entidades externas.

Os projetos desenvolvidos centraram-se em três pilares fundamentais, focados na resolução de desafios diretos do negócio e escaláveis pela sua natureza:

- Circularidade de materiais
- Organização e processos
- Eficiência energética e promoção de energias renováveis

No domínio da **circularidade de materiais**, o elemento mais relevante no presente ano foi a instrução do pedido de desclassificação de lamas de ETA da categoria de resíduo, passando a poder ser comercializado como matéria-prima na indústria cerâmica, e como reagente no tratamento de águas residuais. Esta desclassificação resulta do culminar de um projeto de 4 anos com a NOVA FCT e Centro de Tecnologias da Cerâmica e do Vidro (CTCV). Aguarda-se ainda a aprovação da autorização de comercialização destes materiais para aplicação em pavimentos betuminosos e na pré-fabricação ligeira de betão, com projetos e estudos complementares que serão concluídos em 2021.

Entre outros trabalhos de destaque realizados no ano de 2020 salienta-se os projetos realizados com a NOVA FCT demonstrando novas oportunidades de criação de valor destes materiais na absorção de sulfatos, estabilização de lamas de ETAR e remoção de emergentes. Estas novas potenciais aplicações no tratamento de águas residuais, a par das já conhecidas (coagulação, floculação, remoção de fósforo e condicionamento de lamas de ETAR), serão determinantes na afirmação da proposta de valor para este mercado.

Concretizada a desclassificação de resíduos de lamas de ETA, passando a materiais comercializáveis, o ano de 2021 será um ano de procura de oportunidade de mercado e clientes.

Foi ainda fortemente desenvolvido o estudo de viabilidade de aproveitamento do Aqueduto das Águas Livres e iniciado o do Alviela, para utilizações associadas a redundância de redes de abastecimento, rega, resiliência e amenização dos espaços urbanos.

No caso do projeto do Aqueduto das Águas Livres foi concluído o estudo prévio com apoio da Lisboa eNova.

No domínio da **organização e processos** destacam-se os projetos realizados pelo Laboratório da empresa e, em particular, os seguintes pela sua relevância:

- Monitorização de fármacos em águas residuais e lamas produzidas nas ETAR promovendo uma primeira avaliação de risco na área geográfica de atuação de AdVT. Os 24 compostos em estudo foram: acetaminofeno (analgésico), eritromicina, sulfadiazina, sulfametoxazole, sulfapiridina (antibióticos), diclofenac, ibuprofeno, naproxeno (anti-inflamatórios), atenolol, propranolol, metoprolol ( $\beta$ -bloqueadores), fluoxetina (anti-depressivo), carbamazepina (anti-convulsivante), ácido clofíbrico, bezafibrato (reguladores lipídicos), cortisona (corticosteroide), cafeína (estimulante do SNC), 17 $\alpha$ -etinilestradiol, estrona, estriol,  $\beta$ -estradiol, gestodeno, dietilestilbestrol e testosterona (hormonas).
- Valorização de lamas do tratamento de água na remoção de compostos orgânicos emergentes nas ETAR. Este projeto encontra-se a ser realizado no Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia

da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL), com ensaios analíticos para a quantificação de 3 hormonas, objeto do estudo, em amostras de água. As hormonas em estudo são: Estrona, 17 $\beta$ -estradiol (E2) e 17 $\alpha$ -etinilestradiol (EE2). O projeto obteve o reconhecimento em publicação científica internacional e abre uma potencial nova área de mercado para a valorização de lamas de ETAR no tratamento de águas residuais.

- Programa doutoral em Saúde Ambiental "Detecção e quantificação de enterovirus, vírus das hepatites A e E em águas de consumo e residuais". Em 2020 deu-se continuidade ao trabalho, com a implementação e validação dos métodos de pesquisa de vírus entéricos em águas residuais tratadas e não tratadas, com a conclusão das análises por RT-qPCR das amostras de água residual, e ainda foi realizado o tratamento dos dados obtidos e submetidos artigos científicos.

Salienta-se ainda um conjunto de projetos associados à implementação de novos métodos e ensaios laboratoriais, reforçando o papel do laboratório como um agente determinante na I&D da empresa e antecipando desafios de médio e longo prazo do controlo de qualidade de água. Salientam-se neste âmbito os seguintes projetos:

- Método de ensaio para análise de N-nitrosodimetilamina (NDMA) e Dimetilamina (DMA) por SPME-GC/MS, apoiando a monitorização de um projeto de utilização de um novo floculante Policloreto de dimetildialilamónio (poliDADMAC).
- Análise de novos fármacos (Claritromicina e Azitromicina) por SPE-LC-MS/MS em águas residuais. Apesar de atualmente ainda não existir legislação específica para a monitorização de fármacos, a sua ocorrência no meio ambiente (com os efeitos nocivos para a fauna e eventualmente para os seres humanos que daí advêm), bem como o crescente interesse na reutilização de águas residuais motivaram a monitorização de um conjunto selecionado de fármacos em águas residuais e nos meios recetores das respetivas ETAR.
- Revalidação do método de ensaio para análise de Desreguladores Endócrinos por SPE-LC-MS/MS (: Bisfenol, Estrona, Estradiol, Etinilestradiol, Progesterona, Octilfenol e Nonilfenol. Os desreguladores endócrinos são substâncias ou compostos exógenos, que possuem propriedades suscetíveis de conduzir à desregulação do sistema endócrino num organismo intacto, na sua descendência ou em (sub)populações. Muitos destes compostos químicos são poluentes orgânicos persistentes (POPs) devido à sua capacidade de bioacumulação nos tecidos gordos dos seres vivos e longa permanência no meio ambiente.
- Implementação e validação do método de determinação de Fósforo Total por espectrofotometria de absorção molecular. O Fósforo é um nutriente essencial para plantas e animais. Contudo, quando presente em grande quantidade na água pode causar a proliferação de algas. O Fósforo Total é um indicador importante da qualidade das águas superficiais.
- Método de determinação de Bromatos por cromatografia iónica em amostras de água de consumo humano e água naturais doces. Com o objetivo de dar cumprimento aos requisitos legais definidos no DL 306 de 2007 e DL 152 de 2017, foi implementado e validado um método de ensaio interno em cromatografia iónica. O presente método de ensaio permite também a análise de clorito e clorato e brometo e encontra-se apto para a análise em águas de consumo dos novos parâmetros definidos na legislação.
- Método de determinação de Azoto Amoniacal por cromatografia iónica em amostras de água de consumo humano e água naturais doces.
- Método de determinação de Estafilococos. O método utilizado está acreditado desde 2010 e segue a NP 4343. Trata-se de um método moroso, que exige diversos passos de confirmação e é pouco seletivo, O método agora estudado permite identificar Estafilococos em 48 horas, com vantagens em termos de tempo e com redução de custos de consumíveis.
- Método para análise de metais totais por ICP-MS e ICP-OES para amostras de águas naturais e de consumo humano. Esta acreditação permite ao Laboratório uma maior flexibilização e autonomia na gestão nos métodos de ensaio de metais por estas técnicas analíticas, redundância, melhorar o tempo de resposta e para alguns metais, atingir os limites de quantificação muito baixos e exigentes estabelecidos na legislação, e complementar os métodos já existentes para estes parâmetros.
- Método de ensaio para a determinação de oxidabilidade e carbono total (TOC) em águas de consumo e águas naturais, com base na norma ISO 8467:1993 e EN 8467:1993, respetivamente, para dar cumprimento a um novo requisito legal.
- Implementação e validação de um método de ensaio para a determinação de substâncias tensoativas aniónicas, em espectrometria molecular, com fluxo contínuo segmentado. Esta implementação permite ao Laboratório minimizar a ocupação

dos recursos humanos existentes, em tarefas unitárias que requerem significativas quantidades de tempo, minimizado também o risco de exposição a químicos perigosos.

Durante o ano de 2020 foram ainda desenvolvidos trabalhos prévios no âmbito do projeto de inovação de processos, na área das compras/logística e gestão da manutenção, na temática de Supply Chain, que permitirão desenvolver em 2021 o projeto.

Salienta-se ainda o projeto realizado com o IDEFE - Instituto Para o Desenvolvimento e Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais, no desenvolvimento de algoritmos de previsão de necessidades de água, alinhando necessidade de consumo de energia na elevação de água com produção de energia renovável.

Neste ano foram ainda desenvolvidos vários projetos piloto em BIM de modo a avaliar as oportunidades de melhoria oferecidas por estas ferramentas em projetos de engenharia e arquitetura. Outras iniciativas de I&D em sistemas de informação foram desenvolvidas em 2020, evidenciando o papel dos sistemas de informação na estratégia I&D da empresa.

Em termos de **eficiência energética e promoção de energia renováveis**, foram fortemente impulsionados vários projetos, em articulação com as diversas direções da empresa, preparando o lançamento de concurso, alguns deles já com abertura de propostas:

- Central Fotovoltaica da EE Telheiras
- Central Fotovoltaica do Parque das Nações
- Central Fotovoltaica da EE Amadora
- Central Fotovoltaica da EE Valada tejo e ETA de Vale da Pedra
- Central Fotovoltaica da EE dos Olivais
- Central Fotovoltaica da EE Vila Franca de Xira

Relativamente a energia hidroelétricas foi adjudicada a central mini hidroelétricas de Asseiceira, com uma potência de 1.4 MW, concluído o processo de concurso da Central de Várzea das Chaminés (1.7 MW) e o estudo da central mini hidroelétrica da EE de Amadora. Foi ainda possível concluir os estudos de localização de sites com potencial eólico junto à EE de Vila Franca de Xira e desenvolvimento das peças de concurso para o seu lançamento em 2021.

Foi lançado a concurso o Centro de Gestão de Energia e Emissões da EPAL, incluindo a execução da infraestrutura física de medição de variáveis nas instalações e ferramentas de BI suportadas nas plataformas corporativas da empresa como o Wattwater. Nesta primeira fase serão monitorizadas mais de 40 infraestruturas, relevantes pelo seu consumo de energia e capacidade de produção instalada, prevendo-se nestas a monitorização online de equipamentos, usos de energia, sistemas e recintos que representam cerca de 80% do consumo de energia e produção da empresa.

## - Eventos Posteriores ao Fecho

Até à data da elaboração do presente relatório não se registaram quaisquer eventos ou acontecimentos relevantes que afetem o conteúdo do descrito no Relatório e Contas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA.

## - Cumprimento das Orientações Legais

### 1) Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

a) Indicação dos objetivos de gestão definidos pelo acionista para 2020, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Os objetivos das empresas do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor; através de orientações

vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O Conselho de Administração da EPAL em funções foi eleito, para o mandato 2020-2022, a 24 de junho de 2020, em pleno contexto de Pandemia Covid-19.

Não foram, até à presente data, fixadas pela AdP SGPS, na qualidade de titular da função acionista da EPAL, as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022, por se considerar que as mesmas deverão decorrer das que vierem a ser fixadas ao Conselho de Administração da AdP, SGPS, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia Covid-19.

Sem prejuízo do exposto, o Conselho de Administração atuou em 2020 em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelo titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, designadamente e sem esgotar, através do desenvolvimento de contributos e medidas para a alavancagem da economia nacional no contexto particular e difícil de Pandemia, com enfoque na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica, na economia circular e solidariedade com os parceiros acionistas, assegurando igualmente o cumprimento da sua Missão, reforçado pelo despacho da Tutela setorial (Despacho n.º 3547-A/2020, de 23 de Março), através da prestação continua e ininterrupta de um serviço público essencial de excelência e salvaguarda da saúde pública da comunidade.

Manteve ainda como principais linhas orientadoras da sua atividade durante o ano de 2020:

- Ser socialmente responsável, prossequindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadores/as, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- Implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Implementar e manter sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

**b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2020, designadamente do investimento (por projetos) e do nível de endividamento.**

A empresa entregou o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2020 no dia 15 de outubro de 2019, tendo este merecido despacho de aprovação por parte do Secretário de Estado do Tesouro (SET), datado de 30 de dezembro de 2019.

Não obstante a aprovação do PAO para 2020, este mostrou-se desatualizado por alteração significativa dos pressupostos e consequentemente da sua atividade, decorrente da situação conjuntural causada pela pandemia de Covid-19. Assim, nos termos do

n.º I do Despacho n.º 398/2020 do SET, de 28 de julho, procedeu-se à elaboração de um PAO revisto para 2020, contemplando os efeitos da pandemia ao nível dos gastos e dos rendimentos, bem como do respetivo plano de investimentos.

Este PAO revisto para 2020 foi aprovado por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 31 de dezembro de 2020.

No que respeita ao cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2020, encontram-se indicadas no quadro do final do capítulo as respetivas execuções. Contudo, da análise dos resultados da execução do ano de 2020, designadamente para os investimentos e endividamento, verifica-se:

- a) Princípio Financeiros de Referência – a Empresa adotou e cumpriu os princípios de referência considerados no seu Plano de Atividades e Orçamento para 2020;
- b) Investimento - execução de 57,7% do plano de investimentos previsto no planeamento anual para o exercício de 2020. O plano de investimentos plurianual foi revisto em agosto de 2020, tendo sido incorporadas medidas para mitigar eventuais desvios na execução face aos valores planeados. No quadro seguinte apresenta-se a identificação dos valores previstos, executados e respetivos desvios, com as justificações aplicáveis.

Investimento/Projeto	PAO 2020	Executado 2020	Desvio	Observações
Investimento em curso a 31/12/2019	6.701	2.651	-4.050	Esta rubrica agrega diversos Investimentos, disseminando-se o desvio por esses mesmos Investimentos; com impacto relevante no desvio destaca-se o atraso na execução de alguns dos Investimentos do Projeto "Produção e Redução de Energia", em "Sistemas de Informação" e em "Expropriações".
Investimento iniciado em 2020, constante das fichas de acompanhamento dos RET	1.459	965	-494	Três das Empreitadas, previstas terem início em dezembro de 2020, com um valor previsto para 2020 de 650 mil euros, não foram iniciadas nesse período, justificando assim o desvio.
Investimento iniciado em 2020, materialmente relevantes	0	0	0	Não foram executados em 2020 Investimentos materialmente relevantes, conforme previsto no PAO.
Restante Investimento previsto	8.540	6.027	-2.514	Cerca de 50% do desvio decorre de uma menor "aquisição de bens" em resultado de atraso/maior demora nos processos de concurso e compra; o restante desvio, sobretudo de investimentos de substituição (1 milhão de euros), está disseminado por um número significativo de Investimentos que compõem esta rubrica.
<b>Investimentos constantes do PAO 2020</b>	<b>16.700</b>	<b>9.642</b>	<b>-7.058</b>	<b>Execução de 57,7%</b>
<b>Investimento realizado não constante do PAO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>Não foram executados em 2020 Investimentos não previstos no PAO.</b>

- c) Endividamento – cumprimento integral do previsto para o atingimento do endividamento bruto no final do exercício, não apresentando qualquer desvio. O nível de endividamento é calculado nos termos do disposto no artigo 159.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental para 2019:

Financiamento remunerado	2019	PAO 2020	2020
Endividamento financeiro bruto (€)	101,7	89,1	89,1
Endividamento (%) <sup>(1)</sup>	-5,0%	-5,0%	-5,9%

(1) calculado nos termos do artigo 159.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental para 2019



- d) Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios (GO/VN) - cumprimento integral face ao valor previsto no PAO revisto 2020, tendo sido expurgadas do apuramento do rácio as rubricas que contemplaram os efeitos da pandemia ao nível dos gastos e dos rendimentos, conforme previsto no plano de atividades e orçamento revisto para 2020 aprovado pelo SET.
- e) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel – cumprimento integral face ao valor previsto no PAO revisto para 2020, ressalvando contudo que a diminuição das deslocações face aos efeitos da pandemia geraram uma redução mais acentuada destas tipologias de gastos, pelo que num ano sem os efeitos pandémicos que se fazem sentir poderão originar um aumento dos gastos em apreço.
- f) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – cumprimento integral face ao valor previsto no PAO revisto para 2020.
- g) N.º de viaturas – cumprimento integral face ao valor previsto no PAO revisto para 2020.
- h) Gastos com Pessoal – cumprimento integral face ao valor previsto no PAO revisto para 2020, tendo sido expurgadas do apuramento do valor final as rubricas que contemplaram os efeitos da pandemia, conforme previsto no plano de atividades e orçamento revisto para 2020 aprovado pelo SET, bem como, e conforme decorre das disposições legais (alínea a) do n.º 3 do art.º 158º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho - DLEO 2019), foram expurgados os encargos decorrentes das indemnizações por rescisão e dos instrumentos de contratação coletiva de trabalho.
- i) Quadro de pessoal – No final de 2020 a empresa tinha 651 trabalhadores, que corresponde a uma diminuição do número de trabalhadores existentes no final de 2019 e que se encontravam previstos no PAO revisto para 2020 (656 trabalhadores).
- c) Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das administrações públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução dos orçamentos carregados no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável.

## 2) Gestão do risco financeiro

### **(Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.)**

A atividade da empresa está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS). Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos da empresa se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (atividade em baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (atividade em alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade da empresa são, primeiramente, utilizado para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada de tesouraria, e em relação ao restante, são aplicados junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes financeiros da EPAL é reduzido, se atendermos que é a entidade responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Apresenta-se a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como garantias) dos últimos 5 anos, constatando-se uma ligeira evolução positiva face ao valor verificado em 2019.

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros (€)	1.293.675	1.428.913	1.707.383	2.084.160	2.284.324
Taxa média financiamento (%)	1,36%	1,30%	1,36%	1,46%	1,42%

Para este resultado concorreu o aumento do peso do financiamento com taxa fixa no valor total do financiamento da empresa (atualmente em cerca de 56%), e em sentido contrário a redução do capital médio em dívida em cerca de 13,0%.

Os encargos financeiros no ano de 2020 diminuíram em cerca de 9,5%, sendo que comparando face ao ano de 2016, verifica-se uma redução dos encargos anuais em cerca de 57% (1 milhão de euros).

### 3) Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do art.º 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (lei do Orçamento de Estado para 2020), retificada pela Lei 27-A/2020, de 24 de julho, apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLE02019)

No ano de 2020 os financiamentos obtidos pela EPAL cingiam-se a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução de 12,5 milhões de euros (-12,3%), correspondente a amortizações de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores, não tendo recorrido no ano em apreço a qualquer novo investimento.

Variação do Endividamento (execução)	2020	2019
	Valores (€)	
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	89.138.319	101.666.506
Capital Social	150.000.000	150.000.000
Novos investimentos no ano 2020 (com expressão material)	-	-
<b>Variação do Endividamento</b>	<b>-5,0%</b>	

A empresa cumpre integralmente o disposto no n.º 1 do art.º 560.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, apresentando uma redução de 5,0% no seu endividamento, apurada nos seguintes termos:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{NovosInvestimentos}}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que :

FR - Financiamento Remunerado  
Capital - Capital Social ou Capital Estatutário realizado

### 4) Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores (RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

Verificou-se em 2020 uma diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores correntes em cerca de 3 dias, consubstanciando-se numa variação face a 2019 de -9,4%.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

Prazo médio de pagamentos	2020	2019	Variação 2020/2019	
			Valor	%
Prazo (dias)	29	32	-3	-9,4%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes:

Dívidas vencidas	Não vencido	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.º 1.º do DL 65-A/2011 (€)				
		Valor (€) 90-120 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	2.706.919	115.410	23.560	8.084	3.071	166.825
Aquisição de Investimentos	880.805	16.595	65.441	285.169	17.602	202.030
<b>Total</b>	<b>3.587.724</b>	<b>132.005</b>	<b>89.001</b>	<b>293.253</b>	<b>20.673</b>	<b>368.854</b>

## 5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas quando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2020 aquando da aprovação das contas do exercício de 2019.

Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

## 6) Determinações sobre remunerações

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março;
- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho;
- Ofício Circular n.º 3653, de 26 de setembro de 2019;
- Lei n.º 2/2020, de 31 de março;
- Despacho n.º 398/2020 SET, de 28 de julho de 2020.

As reduções remuneratórias são as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2020 – Ofício n.º 174/2021 de 12 de janeiro de 2021.

No Relatório do Governo Societário do exercício de 2020 encontra-se ainda complementada toda a informação relacionada com a determinação das remunerações.

### a) Órgãos Sociais

Foram aplicadas na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA todas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2020.

#### (1) Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de entre acionistas ou outras pessoas, por períodos de três anos, conforme previsto no artigo 9.º dos estatutos da sociedade. O mandato dos membros da mesa da Assembleia Geral é renovável, mantendo-se estes em efetividade de funções até à posse dos membros que os venham substituir.

Em 24 de junho de 2020, foi deliberado através de Deliberação Unânime por Escrito, proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato 2020-2022.

Até essa data mantiveram-se em funções os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos em 30 de junho de 2015, e abaixo identificados:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	AMEGA, representada por António Pombinho	650	0
2015-2017	Vice-Presidente	AdP SGPS SA	525	0
2015-2017	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	450	0
				<b>0</b>

Em 24 de junho de 2020 foram eleitos os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2020-2022:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020-2022	Presidente	AMEGA, representada por António Pombinho	650	0
2020-2022	Vice-Presidente	AdP SGPS SA	-	0
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	400	0
				<b>0</b>

#### (2) Conselho de Administração

Nos termos do n.º I do artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade, a administração é exercida por um Conselho de Administração, composto por um número de membros fixado pela Assembleia Geral que os elege, que deve situar-se entre um mínimo de três e um máximo de cinco membros.

Compete à Assembleia Geral eleger de entre os membros do Conselho de Administração o respetivo presidente, que dispõe de voto de qualidade. O presidente do Conselho de Administração pode designar, de entre os administradores eleitos, um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Em 24 de junho de 2020, foi deliberado através de Deliberação Unânime por Escrito, proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o mandato 2020-2022.

Até essa data mantiveram-se em funções os membros do Conselho de Administração eleitos em 22 de junho de 2016, e abaixo identificados:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ /Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	José Manuel Leitão Sardinha	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	3
2016-2018	Vogal	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	2
2016-2018	Vogal	Ana Sofia Pereira da Silveira	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	-	EPAL	1
2016-2018	Vogal	Barnabé Francisco Primo Pisco	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	EPAL	EPAL	1
2016-2018	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	SIMAS de Oeiras e Amadora	EPAL	1

Em 24 de junho de 2020 foram eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração, para o mandato 2020-2022:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/ /Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2020-2022	Presidente	José Manuel Leitão Sardinha	Deliberação Unânime por escrito	24 de junho de 2020	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	4
2020-2022	Vice-Presidente	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Deliberação Unânime por escrito	24 de junho de 2020	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	3
2020-2022	Vogal	Telma Susana Rodrigues Correia	Deliberação Unânime por escrito	24 de junho de 2020	Não	Câmara Municipal Amadora	EPAL	1
2020-2022	Vogal	Barnabé Francisco Primo Pisco	Deliberação Unânime por escrito	24 de junho de 2020	Não	EPAL	EPAL	2
2020-2022	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Deliberação Unânime por escrito	24 de junho de 2020	Não	SIMAS de Oeiras e Amadora	EPAL	2

**Observação:** A administradora Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado foi, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, em reunião de Conselho de Administração de 29 de junho de 2020, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração da EPAL, que substituirá o Presidente nas respetivas ausências ou impedimentos.

Apresenta-se o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo:

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Leitão Sardinha	AdP SGPS, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdP, Serviços Ambientais, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Professor convidado	Público
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Telma Susana Rodrigues Correia	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AdVT – Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Barnabé Francisco Primo Pisco	Não exerce cargos em acumulação	-	-

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração correspondente ao **mandato terminado em 23 de junho de 2020** foram as seguintes:

#### Estatuto remuneratório:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	A	5.722,75	2.289,10
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Ana Sofia Pereira da Silveira	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Barnabé Francisco Primo Pisco	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.578,20	1.831,28

#### Remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
José Manuel Leitão Sardinha	53.793,85	n.a.	53.793,85	2.689,70	51.104,15
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	43.035,08	n.a.	43.035,08	2.151,90	40.883,18
Ana Sofia Pereira da Silveira	38.923,33	n.a.	38.923,33	2.056,00	36.867,33
Barnabé Francisco Primo Pisco	43.035,08	n.a.	43.035,08	2.151,90	40.883,18
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	43.035,08	n.a.	43.035,08	2.151,90	40.883,18
			<b>221.822,42</b>	<b>11.201,40</b>	<b>210.621,02</b>

## Benefícios sociais dos membros do Conselho de Administração:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro Vida	Seguro Saúde	Outros			
	Diário	Encargo anual da entidade	Entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Comunicações	Viaturas	Gastos com Desloc.	Encargo anual da entidade
José Manuel Leitão Sardinha	7,14	828,24	Seg. Social	12.727,76	703,44	548,52	168,33	5.669,02	0,00	5.837,35
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	7,14	849,66	CGA/ADSE	9.187,14	562,43	690,52	171,78	4.031,11	0,00	4.202,89
Ana Sofia Pereira da Silveira	7,14	799,68	Seg. Social	9.717,11	562,43	426,00	186,89	4.104,81	3.232,52	7.524,22
Barnabé Francisco Primo Pisco	7,14	849,66	Seg. Social	10.166,82	0,00	215,52	189,11	5.206,12	0,00	5.395,23
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	7,14	842,52	Seg. Social	10.166,25	562,43	764,04	172,06	4.587,02	0,00	4.759,08
		<b>4.169,76</b>		<b>51.965,08</b>	<b>2.390,73</b>	<b>2.644,60</b>	<b>888,17</b>	<b>23.598,06</b>	<b>3.232,52</b>	<b>27.718,75</b>

## Encargos com viaturas dos membros do Conselho de Administração:

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor ref. da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor Ren. Mensal	Gasto Anual c/ Rendas	Prest. Cont. Remanesc.
José Manuel Leitão Sardinha	sim	sim	49.143,99	AOV	2018	2022	816,62	4.736,40	24
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	sim	sim	36.498,26	AOV	2018	2022	481,32	2.791,65	23
Ana Sofia Pereira da Silveira	sim	sim	36.498,26	AOV	2018	2022	481,32	2.791,65	23
Barnabé Francisco Primo Pisco	sim	sim	36.498,26	AOV	2018	2022	481,32	2.791,65	23
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	sim	sim	36.498,26	AOV	2018	2022	481,32	2.791,65	23

## Gastos anuais associados a deslocações em serviços:

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)	
				Identificar	Valor		
José Manuel Leitão Sardinha	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
Ana Sofia Pereira da Silveira	2.269,93	489,00	473,59	-	0,00	3.232,52	
Barnabé Francisco Primo Pisco	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	

As informações referentes às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração correspondente *ao mandato iniciado em 24 de junho de 2020* foram as seguintes:



## Estatuto remuneratório:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	A	5.722,75	2.289,10
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	A	5.150,47	2.060,19
Telma Susana Rodrigues Correia	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Barnabé Francisco Primo Pisco	Sim	A	4.578,20	1.831,28
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	A	4.578,20	1.831,28

## Remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração:

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)= 3)-(4)
José Manuel Leitão Sardinha	53.793,85	n.a.	53.793,85	2.689,70	51.104,15
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	48.574,74	n.a.	48.574,74	2.460,50	46.114,24
Telma Susana Rodrigues Correia	44.725,54	n.a.	44.725,54	2.161,60	42.563,94
Barnabé Francisco Primo Pisco	44.725,54	n.a.	44.725,54	2.161,60	42.563,94
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	44.725,54	n.a.	44.725,54	2.161,60	42.563,94
			<b>236.545,21</b>	<b>11.635,00</b>	<b>224.910,21</b>

## Benefícios sociais dos membros do Conselho de Administração:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social	Seguro Vida	Seguro Saúde	Outros				
	Diário	Encargo anual da entidade	Entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Comunicações	Viaturas	Gastos com Desloc.	Encargo anual da entidade
José Manuel Leitão Sardinha	7,14	863,94	Seg. Social	12.730,57	703,44	561,24	168,33	5.920,63	0,00	6.088,96
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	7,14	863,94	CGA/ADSE	10.219,68	632,74	561,24	170,88	4.441,48	0,00	4.612,36
Telma Susana Rodrigues Correia	7,14	806,82	CGA/ADSE	9.130,49	562,43	390,90	102,02	4.049,01	0,00	4.151,03
Barnabé Francisco Primo Pisco	7,14	842,52	Seg. Social	10.166,26	0,00	220,56	245,58	4.935,32	0,00	5.180,90
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	7,14	835,38	Seg. Social	10.165,69	562,43	781,80	173,72	4.328,66	0,00	4.502,38
		<b>4.212,60</b>		<b>52.412,69</b>	<b>2.461,04</b>	<b>2.515,74</b>	<b>860,53</b>	<b>23.675,12</b>	<b>0,00</b>	<b>24.535,65</b>

## Encargos com viaturas dos membros do Conselho de Administração:

Membro do Órgão de Administração	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano Termo	Valor da renda mensal	Gasto anual com rendas	Prestações contratuais remanescentes
José Manuel Leitão Sardinha	sim	sim	49.143,99	AOV	2018	2022	816,62	5.063,04	18
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	sim	sim	36.498,26	AOV	2018	2022	481,32	2.984,17	17
Telma Susana Rodrigues Correia	sim	sim	36.498,26	AOV	2018	2022	481,32	2.984,17	17
Barnabé Francisco Primo Pisco	sim	sim	36.498,26	AOV	2018	2022	481,32	2.984,17	17
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	sim	sim	36.498,26	AOV	2018	2022	481,32	2.984,17	17

## Gastos anuais associados a deslocações em serviço:

Membro do Órgão de Administração	Gastos anuais associados a deslocações em serviço (€)					
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Prestações contratuais remanescentes
				Identificar	valores	
José Manuel Leitão Sardinha	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Telma Susana Rodrigues Correia	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Barnabé Francisco Primo Pisco	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00

## (3) Órgãos de Fiscalização

## Conselho Fiscal

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas, conforme for decidido, nos termos da lei pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais efetivos, e um suplente, todos eleitos em Assembleia Geral, por períodos de três anos, podendo ser reeleito por uma ou mais vezes.

Em Assembleia Geral de acionistas de 5 de abril de 2019, foi nomeado o Conselho Fiscal para órgão de fiscalização da sociedade, para o mandato 2019-2021.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Mandatos
			Forma (1)	Data		
2019-2021	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.602,37	2
2019-2021	Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.201,78	2
2019-2021	Vogal	Eduardo José Santos Clemente	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	1.201,78	2
2019-2021	Vogal Suplente	Luís Miguel Barros Martins Damas	Assembleia Geral	5 de abril de 2019	-	3

As remunerações totais anuais dos membros do Conselho Fiscal foram as seguintes:

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	22.433,18	1121,40	21.311,78
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	16.824,92	841,40	15.983,52
Eduardo José Santos Clemente	16.824,92	841,40	15.983,52
			<b>53.278,82</b>

#### Revisor Oficial de Contas

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., foi nomeada como Revisor Oficial de Contas, por deliberação da Assembleia Geral de 5 de abril de 2019.

Assim, o Revisor Oficial de Contas para o exercício de 2020 é:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contrato		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda., representada por João Rui Fernandes Ramos	183	20161485	AG	5 de abril de 2019	Sim	1	2.º ano de exercício
2019-2021	ROC	João Rui Fernandes Ramos	1333	20160943	AG	5 de abril de 2019	Sim	1	2.º ano de exercício
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	5 de abril de 2019	Sim	1	2.º ano de exercício

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas foi a seguinte:

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.	13.183	0	13.183	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

## b) Auditor Externo

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA não dispôs durante o ano de 2020 de Auditor Externo, não se aplicando este ponto.

## 7) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- a) À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, que se encontram sintetizadas no quadro seguinte:

Mandato findo em 23/06/2020	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	80	168,33	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80	171,78	-
Ana Sofia Pereira da Silveira	80	186,89	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	80	189,11	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80	172,06	-
		<b>888,17</b>	

Mandato iniciado em 24/06/2020	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	80	168,33	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80	170,88	-
Telma Susana Rodrigues Correia	80	102,02	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	80	245,58	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80	173,72	-
		<b>860,53</b>	

- d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA (Mandato findo em 23/06/2020)	Plafond mensal combustível e portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
José Manuel Leitão Sardinha	572,28	590,6	312,28	902,88	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	457,82	677,3	545,62	1.222,92	-
Ana Sofia Pereira da Silveira	457,82	427,68	277,91	705,59	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	457,82	1.154,75	620,05	1.774,80	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	457,82	792,88	281,62	1.074,50	-
				<b>5.680,69</b>	

Membro do CA (Mandato iniciado em 24/06/2020)	Plafond mensal combustível e portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
José Manuel Leitão Sardinha	572,28	546,41	280,71	827,12	-
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	457,82	847,96	574,78	1.422,74	-
Telma Susana Rodrigues Correia	457,82	790,23	244,14	1.034,37	-
Barnabé Francisco Primo Pisco	457,82	1412,19	508,49	1.920,68	-
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	457,82	937,67	353,35	1.291,02	-
				<b>6.495,93</b>	

## 8) Despesas não documentadas ou confidenciais (aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP)

A empresa dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e ao artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

## 9) Relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres (n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março)

Dando cumprimento ao previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

Foi realizado durante o ano de 2020 o relatório relativo à temática da avaliação das diferenças salariais entre homens e mulheres.

## 10) Relatório anual sobre a Prevenção da Corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE)

A empresa adotou desde 2009 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet em <https://www.epal.pt/EPAL/docs/default-source/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/gestao-de-riscos-de-corrupcao/plano-contr-a-corrupcao.pdf?sfvrsn=20>.

O Plano tem como objetivo identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. Pretende ainda reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

Para dar cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL procede à avaliação anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

*“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.*

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório

anual foi publicitado no sítio de Internet da EPAL (cujo link para o sitio da internet se encontra no quadro final do presente capítulo) e remetido à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), por correio eletrónico, bem como disponibilizado na plataforma SIRIEF.

Registe-se ainda que em 2019, a empresa subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

A EPAL e o grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

## 11) Contratação pública

### a) Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2020

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas das empresas do Grupo, incluindo a EPAL, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2020, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi igualmente desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

#### b) Procedimentos instituídos para a contratação de bens e serviços

A empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2017, e mantido até à data, atentas que foram as recomendações do Tribunal de Contas constantes no Relatório de Auditoria 7/2017, e em alinhamento com as instruções emanadas pela AdP SGPS, SA, para todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

#### c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

Não foram celebrados em 2020 contratos de valor superior a 5 milhões de euros, pelo que não houve quaisquer contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas.

### 12) Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014, na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente: Papel e economato, Vigilância e segurança, Combustíveis rodoviários, Veículos automóveis e motociclos, Licenciamento de software e serviços conexos, e Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

### 13) Medidas de redução de gastos operacionais (previstas no artigo 158.º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho)

A EPAL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando o indicador no quadro no início deste capítulo respeitante ao cumprimento das orientações legais.

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os anteriores períodos homólogos e comparáveis:

PRC	2020 Exec.	2020 PAO	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019	
						Var. %
(0) EBITDA	93.961.894	89.550.454	102.810.606	93.985.371	-8.848.712	-8,6%
(1) CMVMC	1.925.969	1.965.046	1.760.556	1.770.564	165.414	9,4%
(2) FSE	34.487.313	33.790.164	33.670.376	32.290.499	816.937	2,4%
(3) Gastos com o pessoal	25.485.944	26.698.189	25.361.415	25.618.500	124.529	0,5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-188.006	-900.000	-621.709	-1.023.903	433.702	-69,8%
(3.ii) Valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	-
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT	-1.602.113	-1.607.200	-1.426.331	-1.201.546	-175.782	12,3%



PRC	2020 Exec.	2020 PAO	2019 Exec.	2018 Exec.	2020/2019	
						Var. %
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional (3 - 3.i - 3.ii - 3.iii)	23.695.825	24.190.989	23.313.375	23.393.050	382.449	1,6%
(5) Impactos da pandemia Covid-19 nos gastos operacionais (a)	-1.007.473	-1.542.550	0	0	-1.007.473	-
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	59.101.634	58.403.649	60.792.346	59.679.562	-1.690.712	-2,8%
(7) Volume de negócios (VN) <sup>b)</sup>	161.197.713	159.126.414	166.950.987	158.220.748	-5.753.275	-3,4%
(7.i) Perda de receita decorrente da Pandemia por Covid-19	9.439.404	10.484.208	0	0	9.439.404	-
(8) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7 + 7i.)	170.637.117	169.610.622	166.950.987	158.220.748	3.686.129	2,2%
<b>(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)</b>	<b>34,64%</b>	<b>34,43%</b>	<b>36,41%</b>	<b>37,72%</b>	<b>-1,8 p.p.</b>	<b>-</b>
(i) Gastos com deslocações e alojamento (FSE)	52.197	85.000	76.936	127.969	-24.738	-32,2%
(ii) Gastos com ajudas de custo (gastos pessoal)	4.434	10.550	42.793	83.521	-38.359	-89,6%
(iii) Gastos associados à frota automóvel)	1.662.302	1.711.313	1.784.924	1.738.263	-122.622	-6,9%
<b>(10) Total = (i) + (ii) + (iii)</b>	<b>1.718.933</b>	<b>1.806.863</b>	<b>1.904.652</b>	<b>1.949.753</b>	<b>-185.719</b>	<b>-10%</b>
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	253.936	280.000	289.706	308.188	-35.770	-12,3%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	663	668	668	668	-5	-0,7%
N.º Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	20	20	20	20	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	631	636	636	636	-5	-0,8%
N.º Trabalhadores/N.º CD	32	32	32	32	0	-0,8%
N.º de viaturas	267	267	267	267	0	0,0%

a) os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia Covid-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados por medidas

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias, bem como dos impactos Covid-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados, estes últimos deverão ser devidamente justificados e discriminados

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

No que respeita às variações registadas entre os exercícios de 2020 e 2019, salienta-se:

- **(0) EBITDA** | diminuição de 8,6%, em resultado dos efeitos da pandemia Covid-19;
- **(9) Gastos Operacionais / Volume de Negócios** | Nos termos do n.º I do art.º 158º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), o valor dos gastos operacionais não poderá ser ajustado (não dedução dos gastos com indemnizações e os decorrentes do acordo coletivo de trabalho), conforme está indicado no quadro supra. Assim, o valor efetivos dos **gastos operacionais/volume de negócios** é de 35,68%, o que representa uma redução de 0,7 p.p. face a 2019 (cujo rácio ajustado é de 35,91%), salientando ainda os seguintes aspetos que se encontram representados no quadro:
  - Dedução nas rubricas de gastos operacionais dos gastos acrescidos incorridos com as medidas tomadas para fazer face à pandemia Covid-19, no total de 1.007.473 euros (detalhadas mais abaixo neste ponto)
  - Ajustamento na rubrica do volume de negócios da perda de devido à pandemia Covid-19, no total de 9.439.404 euros (detalhada mais abaixo neste ponto)
- **(Gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e encargos com a frota automóvel)** | redução global de 10% face ao valor registado em 2019;

- **(Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria)** | redução global de 12,3%, face ao valor registado em 2019;
- **(Recursos Humanos)** | diminuição de 5 trabalhadores na Empresa face a 2019, registando-se a manutenção do rácio de trabalhadores sobre os cargos dirigentes;
- **(Número de viaturas)** | manutenção do número de viaturas face ao verificado em 2019.

Para fazer face à pandemia Covid-19, a EPAL adotou um conjunto de medidas e efetuou diversas atividades que permitissem proteger os seus trabalhadores/as e, simultaneamente, garantir a continuidade das atividades críticas e o cumprimento da sua missão.

Seguindo as orientações de entidades oficiais nacionais e internacionais e da legislação aplicável, para determinar e adequar, sempre que necessário, as medidas a implementar, desenvolveu e implementou um Plano de Contingência, no qual foram definidas as medidas gerais e específicas a implementar, para minimizar os impactos da pandemia na organização, limitar a propagação da doença, garantir a segurança e saúde dos trabalhadores/as, assegurar o desempenho das atividades críticas e essenciais e o cumprimento da missão da Empresa

Assim, a EPAL implementou diversas medidas para garantir a eficaz gestão da situação de pandemia, concretamente:

- Acionamento do Gabinete de Gestão da Crise, estrutura organizativa para a gestão da pandemia e operacionalização das medidas definidas.
- Identificação dos perigos e avaliação dos riscos no âmbito da SST, tendo como foco a potencial disseminação do vírus SARS-Cov-2 e da doença COVID-19, nas instalações da empresa e face às atividades desenvolvidas. Elaboração de um guia de plano de contingência para a COVID-19 – Construção Civil, para distribuição junto dos empreiteiros de forma a promover a adequada implementação de planos de contingência nas obras em curso na EPAL/AdVT.
- Alteração dos regimes de trabalho, tendo sido adotado o regime de trabalho remoto "teletrabalho" e o desfasamento dos horários de entrada e de saída dos trabalhadores/as, sempre que as funções e atividades o permitiam.
- Para assegurar a realização das atividades técnicas e operacionais procedeu-se à reorganização das equipas de trabalho, com vista a garantir o adequado distanciamento físico;
- Distribuição de equipamentos de proteção individual a todos os trabalhadores/as para sua proteção e redução do risco de disseminação e contágio pelo vírus SARS-Cov-2.
- Reestruturação dos espaços e locais de trabalho para promover o distanciamento físico entre os trabalhadores/as, como alteração da configuração das salas e redução da respetiva ocupação, em simultâneo, colocação de barreiras físicas (separadores acrílicos) entre os postos de trabalho, marcadores de chão para sinalizar o distanciamento mínimo e os circuitos de circulação.
- Reforço dos planos de limpeza e higienização dos espaços para reduzir o risco de contaminação nos locais de trabalho.
- Disponibilização de equipamentos e ferramentas informáticas para permitir a realização das atividades em trabalho remoto e promover a realização de reuniões virtuais, bem como garantir a cibersegurança e a segurança da informação;
- Promoção de diversas ações de formação e comunicação, por meios digitais e físicos, junto dos trabalhadores/as, bem como de fornecedores para transmitir as regras e medidas a adotar por todos para minimizar os riscos e maximizar a segurança de todos.
- Divulgação interna, incluindo na EPAL OnPocket, das orientações da Direção Geral de Saúde e da legislação publicada sobre a gestão da pandemia aplicável à EPAL/AdVT.
- Promoção e divulgação da linha de apoio psicológico disponibilizada pela Águas de Portugal a todos os trabalhadores/as do Grupo, bem como aos membros do agregado familiar.
- Reforço dos stocks e reservas de produtos, materiais e equipamentos críticos para o desempenho das atividades da empresa e para a proteção das pessoas.

- Elaboração de documento informativo “Regras de Acesso e Permanência de Entidades Externas nas Infraestruturas da EPAL/ AdVT” para distribuição às entidades externas que prestam serviços na EPAL/AdVT ou que se desloquem às infraestruturas da empresa.
- Os espaços e as atividades relacionadas com o atendimento a clientes, visita dos núcleos museológicos, participação em ações de formação presencial na Academia das Águas Livres, refeitórios e bares foram alvo de medidas de prevenção e de organização dos espaços específicas, em alinhamento com o preconizado nas orientações das entidades oficiais e com a legislação emanada.
- Divulgação de informação sobre a gestão de pandemia na EPAL, através dos canais de contacto online disponíveis, nomeadamente informações sobre o funcionamento das lojas e dos núcleos museológicos, com recurso ao site da EPAL e das redes sociais.

Estas medidas implicaram gastos acrescidos, que totalizaram 1.007.473 euros, e resultaram essencialmente da necessidade de dotar os trabalhadores de meios para trabalho remoto, dos gastos acrescidos com as alterações de regime de trabalho, nomeadamente a constituição de equipas em espelho (destacando-se sobretudo as alterações efetuados nas equipas operacionais de operação e manutenção), a atribuição de subsídio de refeição (em virtude do encerramento dos refeitórios da empresa), e da dotação nas instalações e aos trabalhadores de meios e equipamentos de proteção que evitem a propagação do vírus. A desagregação por tipologia de despesas é a seguinte:

- FSE – 388.861 euros
- Gastos com pessoal – 618.612 euros

Não se pode contudo deixar de salientar que a empresa deixou de incorrer em 2020, por diminuição do nível de atividade em resultado da pandemia, com algumas despesas que têm a ver sobretudo com o período de confinamento, sendo essencialmente relacionados com a frota automóvel (p.e, portagens e combustível, pois as rendas de AOV mantiveram-se), as deslocações e alojamento nas viagens previstas sobretudo ao estrangeiro, e os subcontratos relacionados com os processos da área comercial. Adicionalmente existiram alguns projetos que a empresa pretendia iniciar em 2020 que houve a necessidade de adiar para o ano de 2021.

Ao nível da perda de receitas, quer na venda de água quer na prestação de serviços, apurou-se um valor de 9.439.404 euros, e que teve por base o seguinte racional:

- Ao nível da venda de água, e atendendo a que a atividade da empresa é um “negócio estabilizado”, para efeitos de quantificação da perda de negócio na Venda de água em resultado da pandemia, tomou-se como referencial o caudal vendido nos segmentos de comércio/indústria e instituições, no ano de 2019, e aplicou-se à diferença de caudal vendido em 2020, face ao verificado em 2019, a tarifa em vigor em 2020, tendo-se obtido um montante global de 8,9 milhões de euros.
- Ao nível das Prestações de Serviços verificou-se uma quebra de rendimentos bastante acentuada, a qual está relacionada por um lado com a redução da atividade económica decorrente da pandemia e que teve um impacto relevante nos processos de abastecimento (com uma redução na ordem dos 20%), e por outro com a redução de novos contratos e com a suspensão dos fechos por falta de pagamento (redução das receitas de aberturas e fechos na ordem dos 50%). A perda de rendimento verificada assim nas prestações de serviços para o ano de 2020 é de 0,5 milhões de euros.

#### **14) Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias (n.º 7 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho)**

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, o qual foi adotado pela EPAL, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;

3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:

- a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta;
- b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

### **15) Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do RJSPE e artigo 141.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho)**

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação. A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação

com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como transferiu a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

À data de 31 de dezembro de 2020, as disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP eram de 84.249.982 euros.

Ressalva-se contudo que alguns montantes indicados no quadro seguinte, respeitantes aos saldos finais em cada trimestre, poderão encontrar-se inflacionados por depósitos de valores efetuados pelos clientes no último dia útil de cada período que, pelo facto do IGCP não dispor de balcões de atendimento ao público, tiveram que ser depositados na banca comercial e, transferidos no dia útil seguinte, para a conta da EPAL junto do IGCP.

As disponibilidades e aplicações financeiras que se encontravam junto do IGCP, no final de cada trimestre de 2020, eram as seguintes:

IGCP (euros)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	€	€	€	€
Disponibilidades	40.405.360	52.460.711	83.650.919	9.249.982
Aplicações financeiras	0	0	0	75.000.000
<b>Total</b>	<b>40.405.360</b>	<b>52.460.711</b>	<b>83.650.919</b>	<b>84.249.982</b>

As disponibilidades que se encontravam junto da banca comercial, no final de cada trimestre de 2020, eram as seguintes:

Banca Comercial* (euros)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	€	€	€	€
Caixa Geral de Depósitos	513.493	48.366	60.857	27.297
Banco BPI <sup>(1)</sup>	2.037.047	51.214	59.273	64.344
BBVA	490.299	107.145	9.559	7.190
Banco Santander	75.100	106.695	101.657	96.103
Millennium bcp	46.528	18.230	20.172	26.930
Novo Banco	84.194	95.549	59.636	33.405
Bankinter	7.378	9.084	3.994	5.696
<b>Total</b>	<b>3.254.038</b>	<b>436.283</b>	<b>315.148</b>	<b>260.966</b>
Juros auferidos**	0,00	0,00	0,00	0,00

\* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias. \*\* - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC (1) O saldo do 1.º trimestre do Banco BPI contempla o recebimento de um cliente da EPAL no último dia útil do mês de março, tendo o valor sido transferido para a conta junto do IGCP no dia útil seguinte

## 16) Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivos resultados

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

## 17) Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto

De acordo com a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, no seu artigo 7.º, as entidades do setor público empresarial elaboram, anualmente, planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional,

devendo publicá-los no respetivo sítio na Internet. Nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da mesma Lei, foi publicado o Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina:

- os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial;
- os termos da articulação de competências entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; e
- a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos do disposto nos n. 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Neste contexto, a EPAL elaborou o Plano para a Igualdade de Género para 2021 de acordo com o «Guião para a implementação de planos de igualdade para as empresas», disponível no sítio na Internet da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e que contempla a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, estruturadas em 7 áreas agregadoras:

- Estratégia, Missão e Valores
- Igualdade no Acesso a Emprego
- Formação Inicial e Contínua
- Igualdade nas Condições de Trabalho
- Proteção na Parentalidade
- Conciliação entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional
- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

Tendo em conta que o processo de adequação do SIOE – Sistema de Informação da Organização do Estado ainda não permite o carregamento do Plano para a Igualdade, a EPAL remeteu, de acordo com as orientações das entidades envolvidas, o referido Plano, por correio eletrónico, à CITE e à CIG, no dia 25 de novembro de 2020, e procedeu à respetiva publicação, no seu sítio da internet, que poderá ser acedido através do seguinte endereço:

<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/igualdade-de-genero>.

## **18) Divulgação da demonstração não financeira prevista nos artigos 66.ºB do Código das Sociedades Comerciais**

A EPAL apresenta conjuntamente com o seu Relatório do Governo Societário para 2020 a demonstração não financeira relativa ao exercício de 2020, e que se encontra disponível para consulta no seu sítio da internet, que poderá ser acedido através do seguinte endereço:

<https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/publica%C3%A7%C3%B5es/relat%C3%B3rio-do-governo-societ%C3%A1rio>

## **19) Quadro com informação a constar no site do SEE**

Conforme orientações da DGTF a empresa não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

Cumprimento das Orientações Legais - 2019	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão					Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2020</b>					Comparação entre os valores reais de 2020 e as previsões constantes do PAO 2020
Princípios Financeiros de Referência	x			-	Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Investimento	x			57,7%	Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Endividamento	x			100%	Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	x			-0,23 p.p.	Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	x			-4,9%	Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	x			-9,3%	Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
N.º viaturas	x			0	Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Gastos com Pessoal	x			-1,1%	Ponto I do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>			x	-	
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	x			n.a.	Ponto 2 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	x			-5,0%	Varição do endividamento face a 2019
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	x			-3	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Atrasos nos Pagamentos (Arrears)</b>	x			771 781	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Recomendações do Acionista na aprovação de contas</b>			x	-	Não foram emitidas recomendações
<b>Remunerações:</b>					
• Não atribuição de prémios de gestão	x			n.a.	O estatuto remuneratório não prevê remunerações variáveis
• CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2020	x			22 836 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2020
• Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigentes em 2020	x			2 804 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2020 do Conselho Fiscal
• Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2020			x	-	-
<b>EGP - artigo 32º e 33.º do EGP</b>					
• Não utilização de cartões de crédito	x			n.a.	Os membros do CA não dispõem de cartões de crédito
• Não reembolso de despesas de representação pessoal	x			n.a.	A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal
• Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x			n.a.	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x			n.a.	Ponto 7 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP</b>					
• Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x			n.a.	A empresa não realizou qualquer despesa não documentado ou confidencial
<b>Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>					
• Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	x			n.a.	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Prevenção da Corrupção - n.º I do artigo 46º do RJSPE</b>					
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x			n.a.	<a href="http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas">http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas</a>
<b>Contratação Pública</b>					
• Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x			n.a.	Ponto II do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			x	-	Ponto II do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
• Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	-	Ponto II do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"



Cumprimento das Orientações Legais - 2019	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	NA		
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras</b>					
• xxxx	x			n.a.	Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	x			-0,7 p.p.	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias</b>	x			n.a.	Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>					
• Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			99,7%	% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31/ dez/2020
• Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x			261 mil EUR	Saldo a 31/dez/2020
• Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x			-	Ponto 15 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			x	n.a.	Ponto 16 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Elaboração do Plano para a Igualdade</b>	x			n.a.	Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"
<b>Apresentação da demonstração não financeira</b>	x			n.a.	Ponto 18 do capítulo "Cumprimento das Orientações Legais"

[página em branco]



# PERSPECTIVAS FUTURAS

// NÃO PARAMOS //

Num futuro ainda incerto com a evolução da situação pandémica que surgiu em 2020, a EPAL mantém-se empenhada em torno dos valores da eficiência, da produtividade, da inovação e desenvolvimento, e da qualidade, planeando de forma flexível, com elasticidade e agilidade para que, caso seja necessário, adotar novos rumos e orientações.

Para 2021 perspetiva-se a prossecução da aposta na consolidação e melhoria dos níveis de qualidade alcançados pela EPAL, espelhando o desempenho da estrutura da empresa, sem esquecer todos aqueles que, trabalhando em conjunto com a EPAL, contribuem de forma decisiva para o seu desenvolvimento.

Apesar de a pandemia ter obrigado a EPAL a adiar algumas iniciativas que tinha programada para o ano de 2020, as mesmas serão uma certeza num futuro próximo.

O Conselho de Administração demonstrou essa ambição quando reviu em setembro de 2020 a sua política de gestão, e definiu os 5 pilares do desenvolvimento estratégico que preconiza para a EPAL nos próximos anos:

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

Em cada um dos 5 pilares estão contempladas diversas atividades e objetivos, que fundamentalmente passam pela contínua procura pela renovação e melhoria dos seus ativos, a necessária garantia de pleno funcionamento das suas instalações, assegurando redundâncias e adequações dos sistemas às alterações climáticas que cada vez mais introduzem constrangimentos nos processos, a eficiência da operação, nomeadamente promovendo a neutralidade energética e aposta na economia circular; a digitalização plena da Empresa e

dos seus principais processos e, finalmente, a continuidade do apoio social, quer interno, quer externo.

Acreditamos que são estes os 5 principais pilares que farão a diferença no setor, pelo que a EPAL já começou o seu caminho.

Os investimentos mobilizadores no setor da água e os desafios e oportunidades da transição energética no Setor, a importância do conhecimento na mitigação e adaptação às alterações climáticas, o papel da inovação e desenvolvimento e da capacitação de quadros, são apostas decisivas da EPAL para o ano de 2021.

Recorda-se que a EPAL subscreveu, ainda em 2019, o Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 – Ação Climática Lisboa 2030, com uma agenda ambiciosa para a próxima década, sob o mote “ESCOLHE EVOLUIR: 2030 medidas para 2030”. Esta iniciativa tem como objetivo comprometer a empresa, nas diversas áreas da Mobilidade, Sensibilização Ambiental, Energia, entre outros, no caminho para uma cada vez maior sustentabilidade ambiental na cidade de Lisboa. A assinatura deste compromisso reforça o objetivo da EPAL no que concerne à redução dos impactes ambientais decorrentes da sua atividade.

A EPAL vai continuar a sua aposta na inovação e desenvolvimento procurando responder a oportunidades de internacionalização das suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu *know-how*.

Para 2021 perspetiva-se a prossecução da aposta na consolidação e melhoria dos níveis de qualidade alcançados pela EPAL, espelhando o desempenho da estrutura da empresa, sem esquecer todos aqueles que, trabalhando em conjunto com a EPAL, contribuem de forma decisiva para o seu desenvolvimento.

A conjuntura económica e financeira, nacional e internacional, ainda não se afigura completamente favorável, o que determina ainda mais o reforço do rigor e da partilha de responsabilidades, atentas as funções e competências das partes, determinando um ainda maior nível de cooperação entre a empresa e os stakeholders, com o destaque para a Tutela, as Entidades Reguladoras, o Acionista, os clientes e fornecedores e, sobretudo, os trabalhadores e seus órgãos representativos, o que é determinante para que a empresa continue a prestar um serviço de excelência e ser a referência no seu setor.

// NÃO PARAMOS //



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

// NÃO PARAMOS //

O Conselho de Administração encerra o ano de 2020 de uma empresa que cumpre os seus objetivos há mais de 150 anos, honrando os seus compromissos para com o seu acionista, para com a Tutela, para com a Entidade Reguladora e, também, para com os seus clientes.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento especial a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a EPAL continue a ser a empresa nacional de referência no setor em que opera, afirmando-se hoje com uma das principais referências internacionais.

Aos membros da Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade, interesse e dedicação com que desempenharam as suas funções.

Um profundo agradecimento às trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, pela dedicação e profissionalismo e, também pela reconhecida competência. Aos órgãos representativos dos trabalhadores agradeço a permanente atenção e contributos construtivos, dentro das suas competências.

Aos membros do Conselho de Administração, agradeço a permanente colaboração e apoio evidenciados nas suas atividades próprias e no acompanhamento da gestão da empresa.

À Tutela Governamental, pela acessibilidade dos contatos, interesse e empenho postos no acompanhamento das atividades da empresa e pelo clima de confiança mantido.

Ao acionista Águas de Portugal, que manteve o acompanhamento permanente e empenhado das atividades e evolução da empresa.

À ERSAR, enquanto Entidade Reguladora do setor, à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como os diversos organismos e serviços da Administração Pública, são igualmente credores de reconhecimento pelo interesse, disponibilidade e permanente apoio à EPAL e às suas atividades.

Um agradecimento aos fornecedores e prestadores de serviços da EPAL, pela qualidade das suas respostas às necessidades da empresa.

À Câmara Municipal de Lisboa, o reconhecimento da excelência da colaboração, permanente cooperação e entendimento.

Finalmente, agradeço aos nossos Clientes, os contributos e a permanente inspiração para prestarmos um serviço que, sendo de reconhecida excelência, não afasta a nossa ambição de o melhorarmos ainda mais, pois os nossos clientes assim o merecem.

// NÃO PARAMOS //



# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

// NÃO PARAMOS //

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2020, no montante de 46.972.205,83 euros (quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e dois mil, duzentos e cinco euros e oitenta e três cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 37.577.764,66 euros (trinta e sete milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 9.394.441,17 euros (nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um euros e dezassete cêntimos) para Resultados Transitados.



// NÃO PARAMOS //



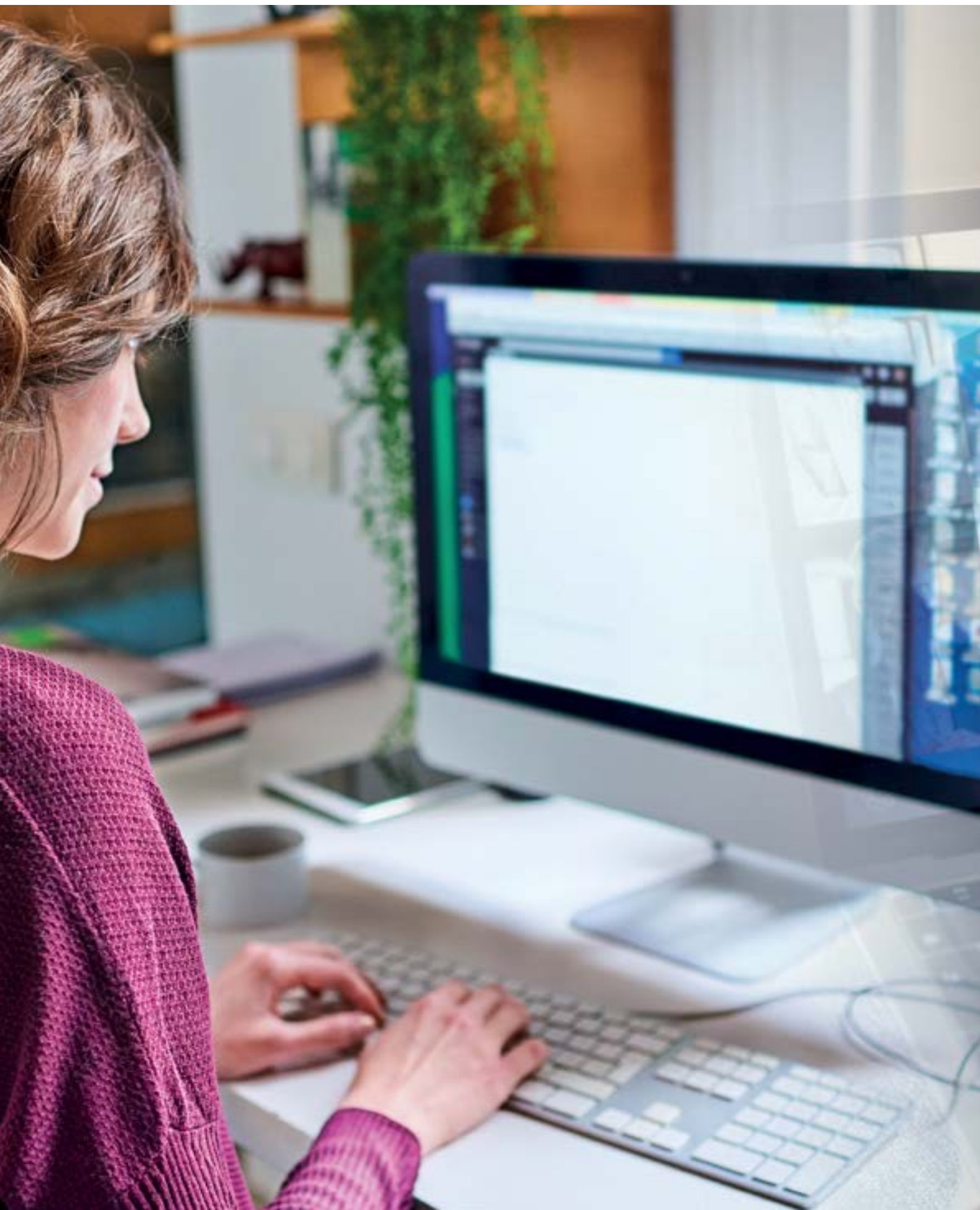
# ANEXO AO RELATÓRIO

// NÃO PARAMOS //

Em cumprimento com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2020, os membros do órgão de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações da sociedade, e não realizaram transações dos mesmos.

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000,00	100%	150.000.000,00

// NÃO PARAMOS //





# DEMONSTRAÇÕES

## FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2020

// NÃO PARAMOS //

PARA QUE A ÁGUA CHEGUE ÀS  
TORNEIRAS DE TODOS E PARA PROTEGER  
A SAÚDE PÚBLICA E O AMBIENTE





# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

// NÃO PARAMOS //

(os valores são apresentados em euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

# DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	NOTAS	31 DEZEMBRO 2020	31 DEZEMBRO 2020
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Ativos intangíveis	6	5 333 333	5 546 667
Ativos fixos tangíveis	7	652 460 107	669 161 338
Ativos sob direito de uso	8	2 185 752	1 712 456
Propriedades de investimento	9	13 241 854	13 320 907
Outros ativos financeiros	10	138 848	118 439
Impostos diferidos ativos	11	2 681 043	2 961 661
Clientes e outros ativos não correntes	12	11 384 258	10 454 684
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>687 425 196</b>	<b>703 276 151</b>
<b>ATIVOS CORRENTES</b>			
Inventários	13	2 878 733	2 589 369
Clientes	14	27 312 999	15 078 831
Estado e outros entes públicos	15	61 813	42 555
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	419 598	-
Outros ativos correntes	16	38 476 899	103 518 430
Caixa e seus equivalentes	17	83 217 975	28 620 597
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>152 368 017</b>	<b>149 849 782</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>839 793 213</b>	<b>853 125 933</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	18	150 000 000	150 000 000
Reservas e outros ajustamentos	19	52 167 314	52 167 314
Resultados transitados	20	390 958 744	380 282 024
Resultado líquido do exercício		46 972 206	52 483 454
<b>Total do capital próprio</b>		<b>640 098 264</b>	<b>634 932 791</b>
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Provisões	21	590 224	445 967
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	22	-	115 000
Empréstimos	23	78 852 054	89 138 319
Passivos da locação	8	746 259	1 020 265
Impostos diferidos passivos	11	33 265 946	34 827 932
Subsídios ao investimento	24	31 105 103	31 704 427
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>144 559 586</b>	<b>157 251 909</b>
<b>PASSIVOS CORRENTES</b>			
Empréstimos	23	10 286 265	12 528 187
Passivos da locação	8	1 097 743	720 448
Fornecedores	25	4 822 210	5 400 633
Outras passivos correntes	26	32 168 484	31 202 355
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	-	4 433 142
Estado e outros entes públicos	15	6 760 661	6 656 468
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>55 135 363</b>	<b>60 941 233</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>199 694 949</b>	<b>218 193 142</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>839 793 213</b>	<b>853 125 933</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (POR NATUREZAS)

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Rédito de contratos com clientes	28	161 197 713	166 950 987
Gasto das vendas/ variação de inventários	29	(1 925 969)	(1 760 556)
Fornecimentos e serviços externos	30	(34 487 313)	(32 852 320)
Gastos com pessoal	31	(25 485 944)	(25 361 415)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	32	(27 381 233)	(26 896 848)
Provisões e reversões do exercício	33	(148 160)	(291 556)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	34	(1 474 091)	(952 600)
Subsídios ao investimento	24	1 503 236	1 512 094
Outros gastos e perdas operacionais	35	(9 478 675)	(8 974 231)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	36	4 261 097	4 540 202
<b>Resultados operacionais</b>		<b>66 580 661</b>	<b>75 913 758</b>
Gastos financeiros	37	(1 342 601)	(1 500 605)
Rendimentos financeiros	38	391 950	739 995
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(950 651)</b>	<b>(760 610)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>65 630 011</b>	<b>75 153 148</b>
Imposto do exercício	39	(20 014 144)	(23 977 398)
Imposto diferido	39	1 356 339	1 307 703
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>46 972 206</b>	<b>52 483 454</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>18,2</b>	<b>1,57</b>	<b>1,75</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2020	2019
Resultado líquido do exercício		46 972 206	52 483 454
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	20	180 030	418 658
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>47 152 236</b>	<b>52 902 112</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do exercício de 2019		150 000 000	30 000 000	22 171 377	370 041 697	(4 064)	49 108 342	621 317 353
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	20	-	-	-	418 658	-	-	418 658
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	49 108 342	-	(49 108 342)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	419 568 697	(4 064)	-	621 736 011
Resultado líquido do exercício de 2019							52 483 454	52 483 454
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	20	-	-	-	(39 286 673)	-	-	(39 286 673)
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	(39 286 673)	-	52 483 454	(39 286 673)
Posição no fim do exercício de 2019		150 000 000	30 000 000	22 171 377	380 282 024	(4 064)	52 483 454	634 932 791
Posição no início do exercício de 2020		150 000 000	30 000 000	22 171 377	380 282 024	(4 064)	52 483 454	634 932 791
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	20	-	-	-	180 030	-	-	180 030
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado	20	-	-	-	52 483 454	-	(52 483 454)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	432 945 507	(4 064)	-	635 112 821
Resultado líquido do exercício de 2020							46 972 206	46 972 206
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	20	-	-	-	(41 986 763)	-	-	(41 986 763)
		-	-	-	(41 986 763)	-	-	(41 986 763)
Posição no fim do exercício de 2020		150 000 000	30 000 000	22 171 377	390 958 745	(4 064)	46 972 206	640 098 264

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em euros)

NOTAS	31 DEZEMBRO 2020	31 DEZEMBRO 2019	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes	183 384 531	198 498 589	
Pagamentos a fornecedores	(45 772 402)	(43 253 718)	
Pagamentos ao pessoal	(36 382 445)	(36 055 053)	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>101 229 684</b>	<b>119 189 818</b>	
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento	(24 783 167)	(23 235 102)	
Outros recebimentos / (pagamentos)	(11 235 755)	(17 649 329)	
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>	<b>65 210 761</b>	<b>78 305 387</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	(8 082 625)	(10 898 047)	
Activos intangíveis		(3 566)	
Investimentos financeiros		(75 000 000)	
Outros ativos	16 (22 000 000)	(30 082 625)	(85.901.613)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	501 289	481 463	
Outros ativos	16 75 000 000	82 000 000	
Subsídios ao investimento	24 631 016	99 943	
Juros e rendimentos similares	202 213	76 334 518	82 981 770
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>	<b>46 251 893</b>	<b>(2 919 843)</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	23 (12 528 184)	(15 908 835)	
Capital dos passivos de locação	8 (975 384)	(746 407)	
Juros e gastos similares	(1 374 946)	(1 479 527)	
Dividendos	20 (41 986 763)	(56 865 277)	(57 421 442)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>	<b>(56 865 277)</b>	<b>(57 421 442)</b>	
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>54 597 377</b>	<b>17 964 102</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>17 28 620 597</b>	<b>10 656 495</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>17 83 217 975</b>	<b>28 620 597</b>	

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

# Notas às Demonstrações Financeiras

## 1. Informação geral

### 1.1. Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”), com sede na Avenida da Liberdade n.º 24, em Lisboa, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

À data de 31 de dezembro de 2020, a empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

### 1.2. Atividade económica

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 34 municípios da Região da Grande Lisboa, num total de 35 municípios abrangidos.

Adicionalmente, a Empresa, enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão a liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015 e consequente alteração ao Decreto-Lei n.º 230/91, as tarifas da EPAL deixam de ser fixadas por Convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a EPAL, passando para a esfera da ERSAR. Para o período 2016-2020 as tarifas foram fixadas pelo mesmo Decreto-Lei, constando dos seus Anexos IV e V.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, o qual integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a Águas do Vale do Tejo a propriedade dos inerentes ativos.

### 1.3. Estratégia

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da EPAL, S.A.

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP). Os objetivos das empresas do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O Conselho de Administração da EPAL em funções foi eleito, para o mandato 2020-2022, a 24 de junho de 2020, em pleno contexto de Pandemia Covid-19.

Não foram, até à presente data, fixadas pela AdP SGPS, na qualidade de titular da função acionista da EPAL, as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022, por se considerar que as mesmas deverão decorrer das que vierem a ser fixadas ao Conselho de Administração da AdP, SGPS, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia Covid-19.

Sem prejuízo do exposto, o Conselho de Administração atuou em 2020 em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelo titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, designadamente e sem esgotar, através do desenvolvimento de contributos e medidas para a alavancagem da economia nacional no contexto particular e difícil de Pandemia, com enfoque na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica, na economia circular e solidariedade com os parceiros acionistas, assegurando igualmente o cumprimento da sua Missão, reforçado pelo despacho da Tutela setorial (Despacho n.º 3547-A/2020, de 23 de Março), através da prestação continua e ininterrupta de um serviço público essencial de excelência e salvaguarda da saúde pública da comunidade.

Manteve ainda como principais linhas orientadoras da sua atividade durante o ano de 2020:

- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação trabalhadores/as, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- Implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Implementar e manter sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

## 1.4. Missão e orientações futuras

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Pretende continuar a ser uma empresa de referência no setor da água e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água – e o ambiente.

## 1.5. Organização

O modelo de estruturação empresarial e organizativo adotado pela EPAL encontra-se definido através da gestão das suas atividades e a comunicação entre seus setores, visando atingir seus objetivos estratégicos.

A Empresa encontra-se estruturada pelo seu Conselho de Administração, o qual tem diretamente afetas áreas subordinadas operacionais e áreas de suporte, privilegiando sempre que necessário a especialização de funções, contribuindo assim para deter um maior conhecimento para o funcionamento da organização como um todo.

## 1.6. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 3 de março de 2021. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2. Políticas Contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2020.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

### 2.1. Bases de apresentação

#### 2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

#### 2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

##### 2.1.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentada nos comparativos.

##### 2.1.2.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

##### IFRS 3 (alteração) - 'Definição de negócio'

Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.



## IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração) - 'Reforma das taxas de juro de referência'

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

## IAS 1 e IAS 8 (alteração) - 'Definição de material'

Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

## Estrutura concetual - 'Alterações na referência a outras IFRS'

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

### 2.1.2.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2021 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

#### Já endossadas pela UE:

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
● IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
● IFRS 4 – Diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021

#### Ainda não endossadas pela EU:

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
● IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	● Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	● 1 de janeiro de 2023
● IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	● Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	● 1 de janeiro de 2022
● IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	● Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	● 1 de janeiro de 2022

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
● IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	● Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	● 1 de janeiro de 2022
● Melhorias 2018 – 2020	● Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	● 1 de janeiro de 2022
● IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	● Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência ("IBOR"), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	● 1 de janeiro de 2021
● IFRS 17 – Contratos de seguro	● Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	● 1 de janeiro de 2023
● IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	● Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	● 1 de janeiro de 2023

#### IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa após 31 de dezembro de 2020.

## 2.2. Conversão cambial

### 2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### 2.2.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

## 2.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciados em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado (deemed cost), que engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições legais, bem como os efeitos das reavaliações livres dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada, com referência à data de transição para os IFRS (1 de janeiro de 2009).

Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

CLASSE DE BENS	ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela EPAL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## 2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os gastos de investigação e os gastos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

A empresa inclui nesta rubrica o valor suportado com o direito de exclusividade de abastecimento na zona Oeste, que é amortizado pelo prazo correspondente a esse mesmo direito de exclusividade.

## 2.5. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento da Empresa provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo depreciado.

As propriedades de investimento adquiridas pela EPAL até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na nota 2.3).

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa detém avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu valor recuperável, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva. Se em períodos de relato subsequentes se verificar um aumento do valor recuperável face ao valor líquido contabilístico, as perdas por imparidade serão revertidas até ao limite de valor dos bens, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade.

## 2.6. Locações

As locações nas quais a EPAL é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo, as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira.

Na data de início da locação, a Empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A EPAL reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Empresa apenas tem locações enquanto locatário.

## Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

## Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a EPAL contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Empresa (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

## Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

### A) Contabilização nos locatários

#### Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a EPAL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

*Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)*

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

*Mensuração inicial do passivo da locação*

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

### Mensuração subsequente da locação

#### *Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso*

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	1 - 40
Equipamento de transporte	1 - 4
Outro equipamento	1 - 2

#### *Mensuração subsequente do passivo da locação*

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a EPAL mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir revisão de pressupostos na locação (ex: prazo, rendas):
  - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
  - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

### Expedientes práticos utilizados pela EPAL enquanto locatário

A EPAL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, desde a data de início do contrato, são excluídos do âmbito do IFRS 16;

- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a EPAL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

## 2.7. Instrumentos financeiros

### 2.7.1 Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
  - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
  - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
  - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

#### **Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros**

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

#### **Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)**

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a Empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.



As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

### Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a EPAL não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da EPAL, a Empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como rendimento ou gasto quando o instrumento for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Empresa recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

### Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A EPAL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

### Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a EPAL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor contabilístico dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a EPAL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

## 2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Outros passivos não correntes", "Fornecedores" e "Outros passivos correntes". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A EPAL apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

### Fornecedores e outras contas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a EPAL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### 2.7.3 Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
  - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
  - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
  - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
  - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

### 2.8. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

### 2.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

## 2.10. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Empresa são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

### Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações e amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.11. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.12. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo, quando declarados.

## 2.13. Subsídios do governo

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não corrente e são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação/amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

## 2.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### **Ativos e passivos contingentes**

Ativos contingentes são potenciais ativos da Empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

## **2.15. Benefícios pós-emprego**

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

### **Contribuição definida (CD)**

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

### **Planos de benefício definido (BD)**

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na Empresa e remuneração.

As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas semestralmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data da demonstração da posição financeira, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os gastos de serviços passados são reconhecidos, de imediato, como gasto em resultados (na data em ocorre a alteração ou na data de reestruturação, das duas a mais antiga).

As remensurações determinadas anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidas por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral. Também é reconhecido no capital próprio o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo líquido.

Em cada período a Empresa reconhece como um gasto na demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido do passivo líquido, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período, e (v) os gastos de serviços passados. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma prevista do sistema de benefícios acordado.

O plano de benefícios da EPAL confina no pagamento de um complemento à pensão de reforma (por velhice ou invalidez) atribuída pela Segurança Social, e ao pagamento de situações de pré-reforma. As responsabilidades com o complemento de reforma estão a ser financiadas através de fundo independente constituído e as responsabilidades com pré-reformas são suportadas diretamente pela EPAL, e gerido autonomamente por uma instituição financeira. Ou seja, concede um plano de complemento de reforma aos seus empregados, constituindo um plano de benefícios definidos, com fundo constituído autónomo. Em 22 de março de 2008, a Empresa alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

## 2.16. Imposto sobre o rendimento

A EPAL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A Empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.17. Rédito de contratos com clientes

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou

serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a EPAL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela EPAL, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

#### **Atividade regulada - Serviços em "alta" de abastecimento de água:**

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### **Atividade regulada – Serviços em "baixa" de abastecimento de água:**

A venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos volumes consumidos ( $m^3$ ), aos quais são aplicadas as respetivas tarifas. Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente. A Quota de serviço aplicada depende da tipologia de cliente e do diâmetro nominal do contador, sendo aplicado o valor fixo previsto no tarifário aprovado.

A EPAL presta ainda serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores. Nos serviços complementares é reconhecido o valor previsto contratualmente com o cliente, sendo o mesmo reconhecido no mês a que respeita a prestação do serviço.

## **2.18. Trabalhos para a própria entidade**

Trabalhos para a própria entidade, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

## **2.19. Gastos e perdas**

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## **2.20. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.



## 3. Políticas de gestão do risco financeiro

### 3.1. Fatores de risco

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 3.2. Risco de mercado

#### 3.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxa variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos a taxa variável.

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável aqueles empréstimos no exercício de 2020 tivesse sido 1% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2020:

	2020	TAXA MÉDIA +1%	TAXA MÉDIA -1%
Juros suportados à taxa variável	0	434.579	n.a.

#### 3.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Empresa em energia e combustíveis, representam aproximadamente 41% do total de fornecimentos e serviços externos da Empresa (14,1 milhões de euros, num total de 34,5 milhões de euros).

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, SA, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

### 3.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da EPAL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

2020			
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos	10.286.265	42.006.144	36.845.910
Fornecedores e outros passivos	36.990.694	-	-

Os empréstimos bancários dizem respeito única e exclusivamente a financiamentos contratados junto do BEI.

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo do capital.

	NOTAS	2020	2019
Total de financiamento obtido	23	89.138.319	101.666.506
Passivos da locação	8	1.844.002	1.740.713
Disponibilidades	17	(83.217.975)	(28.620.597)
Apoios de tesouraria ao acionista	16	(22.000.000)	(75.000.000)
<b>Dívida Líquida</b>		<b>(14.235.653)</b>	<b>(213.379)</b>
Capitais Próprios	18, 19 e 20	640.098.264	634.932.791
Subsídios ao investimento	24	31.105.103	31.704.427
<b>Capital e Subsídios</b>		<b>671.203.367</b>	<b>666.637.218</b>
<b>Dívida Líquida/Capital Total</b>		<b>(0,02)</b>	<b>(0,00)</b>

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2020, a estratégia da EPAL manteve-se na redução do seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma diminuição da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/disponibilidades) e um aumento do Capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da política de tesouraria do Grupo AdP. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto do IGCP.

### 3.4 Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

### 3.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

A composição da carteira de clientes da EPAL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais e (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

#### i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente no caso da EPAL que em regra não há valores desta natureza em débito. O Conselho de Administração da EPAL entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade.

#### ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, e dado que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

### 3.4.2 Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) em 31 de dezembro de 2020, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

<b>ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Depósitos à Ordem (nota 17)	8.186.715	3.592.597
Depósitos a Prazo (nota 17)	75.000.000	25.000.000
Outros Ativos Financeiros (nota 10)	138.848	118.439
	<b>83.325.562</b>	<b>28.711.037</b>

<b>RATING</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
A2 (Moody's)	96.103	-
A3 (Moody's)	12.204	333.123
B2 (Moody's)	46.263	-
Ba1 (Moody's)	55.285	-
Baa1 (Moody's)	77.908	35.863
Baa3 (Moody's)	83.037.800	28.310.243
Caa1 (Moody's)	-	31.807
	<b>83.325.562</b>	<b>28.711.037</b>

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro

Face a 2019, a EPAL considera que não houve aumento significativo do risco de crédito.

## 3.5 Risco de exploração

### 3.5.1 Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### 3.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

#### a) Vida Útil

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

#### b) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 4.3 Imparidade de contas a receber

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da EPAL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

### 4.4 Benefício pós-emprego

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na nota 22.

### 4.5 Estimativa de impostos e impostos diferidos

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A EPAL entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS9

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

## 2020

		ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL DA DEM. DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31.12.2020
Clientes e outros ativos (correntes e não correntes)	notas 12, 14 e 16	38.370.220		38.370.220
Investimentos financeiros	nota 10	138.848		138.848
Caixa e seus equivalentes	nota 17	83.217.975		83.217.975
<b>Total do ativo</b>		<b>121.727.043</b>	<b>-</b>	<b>121.727.043</b>
Empréstimos	nota 23		89.138.319	89.138.319
Fornecedores e outros passivos correntes	notas 25 e 26		30.385.790	30.385.790
<b>Total do passivo</b>		<b>-</b>	<b>119.524.108</b>	<b>119.524.108</b>

A rubrica de outros ativos não correntes não inclui os valores respeitantes a acréscimos e diferimentos, nem considera o valor do apoio de tesouraria concedido à AdP SGPS, SA.

A rubrica de fornecedores e outros passivos correntes não inclui os valores relativos a acréscimos e diferimentos.

## 6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apresentavam a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os seguintes valores:

	2020	2019
<b>Propriedade Industrial e outros direitos</b>	<b>6.401.391</b>	6.401.391
Valor bruto	(1.068.058)	(854.725)
Amortizações acumuladas	5.333.333	5.546.667

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex-Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros. Com a agregação da ex-Águas do Oeste na Águas do Vale do Tejo, a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045. As depreciações encontram-se a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

A Empresa não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

### 6.1 Movimentos do exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

<b>VALOR BRUTO</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>RECLASSIFICAÇÃO</b>	<b>DIMIN./ALIENAÇÕES E ABATES</b>	<b>31.12.2020</b>
Propriedade Industrial e outros direitos	6 401 391	-	-	-	-	6 401 391
	6 401 391	-	-	-	-	6 401 391
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>RECLASSIFICAÇÃO</b>	<b>DIMIN./ALIENAÇÕES E ABATES</b>	<b>31.12.2020</b>
Propriedade Industrial e outros direitos	(854 725)	(213 333)	-	-	-	(1 068 058)
	(854 725)	(213 333)	-	-	-	(1 068 058)
<b>Valor líquido</b>	<b>5 546 667</b>	<b>(213 333)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 333 333</b>

A movimentação em 2020, tal como em 2019, resume-se ao reconhecimento da depreciação anual

<b>VALOR BRUTO</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>RECLASSIFICAÇÃO</b>	<b>DIMIN./ALIENAÇÕES E ABATES</b>	<b>31.12.2019</b>
Propriedade Industrial e outros direitos	6 401 391	-	-	-	-	6 401 391
	6 401 391	-	-	-	-	6 401 391
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>RECLASSIFICAÇÃO</b>	<b>DIMIN./ALIENAÇÕES E ABATES</b>	<b>31.12.2019</b>
Propriedade Industrial e outros direitos	(641 391)	(213 333)	-	-	-	(854 725)
	(641 391)	(213 333)	-	-	-	(854 725)
<b>Valor líquido</b>	<b>5 760 000</b>	<b>(213 333)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 546 667</b>

## 7. Ativos fixos tangíveis

O valor líquido dos ativos fixos tangíveis por natureza, era a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 de:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Terrenos e Recursos Naturais	1 17 677 825	1 17 639 879
Edifícios e Outras construções	91 520 647	94 175 417
Equipamento Básico	430 802 707	441 533 441
Equipamento de Transporte	69 491	100 317
Equipamento Administrativo	3 532 596	3 853 712
Outros ativos fixos tangíveis	2 418 973	2 457 565
Ativos fixos tangíveis em curso	6 437 868	9 401 007
	<b>652 460 107</b>	<b>669 161 338</b>

Os ativos tangíveis ascendiam a 652,5 milhões de euros no final de 2020, menos 16,7 milhões de euros que em 2019.

## 7.1 Movimentos do exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:



VALOR BRUTO	31.12.2019	AUMENTOS	TRANSFERÊN- CIA	RECLASSI- FICAÇÃO	DIMIN./ALIENA- ÇÕES E ABATES	31.12.2020
Terrenos e Recursos Naturais	1 17 639 879	-	37 946	-	-	1 17 677 825
Edifícios e Outras construções	216 684 791	4 806	1 621 394	83 548	-	218 394 538
Equipamento Básico	1 070 453 578	1 394 119	7 887 361	-	(609 131)	1 079 125 926
Equipamento de Transporte	1 276 190	7 239	1 537	-	-	1 284 966
Equipamento Administrativo	27 332 556	342 512	801 757	-	(7 861)	28 468 965
Outros ativos fixos tangíveis	25 707 624	324 171	182 312	-	(219 134)	25 994 973
Ativos fixos tangíveis em curso	9 401 007	7 569 167	(10 532 306)	-	-	6 437 868
	1 468 495 623	9 642 015	-	83 548	(836 126)	1 477 385 060

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2019	AUMENTOS	TRANSFERÊN- CIA	RECLASSI- FICAÇÃO	DIMIN./ALIENA- ÇÕES E ABATES	31.12.2020
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(122 509 373)	(4 364 517)	-	-	-	(126 873 891)
Equipamento Básico	(628 920 136)	(19 928 666)	-	(83 548)	609 131	(648 323 218)
Equipamento de Transporte	(1 175 873)	(39 602)	-	-	-	(1 215 475)
Equipamento Administrativo	(23 478 844)	(1 465 022)	-	-	7 498	(24 936 368)
Outros ativos fixos tangíveis	(23 250 059)	(545 075)	-	-	219 134	(23 576 000)
	(799 334 285)	(26 342 883)	-	(83 548)	835 763	(824 924 953)
Valor líquido	669 161 338	(16 700 869)	-	-	(362)	652 460 107

## 2019:

VALOR BRUTO	31.12.2018	AUMENTOS	TRANSFERÊN- CIA	RECLASSI- FICAÇÃO	DIMIN./ALIENA- ÇÕES E ABATES	31.12.2019
Terrenos e Recursos Naturais	1 17 616 035	-	23 844	-	-	1 17 639 879
Edifícios e Outras construções	213 987 655	22 328	2 723 122	-	(48 314)	216 684 791
Equipamento Básico	1 065 293 982	1 095 631	4 197 304	-	(133 339)	1 070 453 578
Equipamento de Transporte	1 216 487	74 476	-	-	(14 773)	1 276 190
Equipamento Administrativo	25 225 740	706 337	1 400 489	-	(10)	27 332 556
Outros ativos fixos tangíveis	25 302 664	292 791	112 169	-	-	25 707 624
Ativos fixos tangíveis em curso	7 824 794	10 033 140	(8 456 927)	-	-	9 401 007
	1 456 467 356	12 224 703	-	-	(196 436)	1 468 495 623

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2018	AUMENTOS	TRANSFERÊN- CIA	RECLASSI- FICAÇÃO	DIMIN./ALIENA- ÇÕES E ABATES	31.12.2019
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e Outras construções	(118 168 991)	(4 388 696)	-	-	48 314	(122 509 373)
Equipamento Básico	(609 253 390)	(19 800 085)	-	-	133 339	(628 920 136)
Equipamento de Transporte	(1 137 932)	(52 714)	-	-	14 773	(1 175 873)
Equipamento Administrativo	(22 420 350)	(1 058 504)	-	-	10	(23 478 844)
Outros ativos fixos tangíveis	(22 720 260)	(529 799)	-	-	-	(23 250 059)
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
	(773 700 924)	(25 829 797)	-	-	196 436	(799 334 285)
Valor líquido	682 766 433	(13 605 095)	-	-	-	669 161 338

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Equipamento básico” incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 2,9 milhões de euros (3,0 milhões de euros em 2019).

As aquisições ocorridas no exercício de 2020 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 9.642.015 euros e respeitam essencialmente a:

- Obras de reabilitação do Adutor Vila Franca Xira-Ralis;
- ETA Vale da Pedra - Parque armazenamento lamas desidratadas;
- Reabilitação das condutas da rede de distribuição;
- Requalificação do Edifício Social do Recinto dos Olivais.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2020, registou um decréscimo de 2,9 milhões de euros, com um incremento de 7,6 milhões de euros (correspondente às aquisições do ano) e uma redução no montante de 10,5 milhões de euros, que corresponde essencialmente à conclusão de:

- Adutor Vila Franca de Xira Telheiras – intervenções nos troços 2 e 3 – 4,5 milhões de euros;
- Reabilitação da rede de distribuição – 1,6 milhões de euros;
- Remodelação da EE II dos Olivais – 1,0 milhões de euros;
- Condutores Telheiras Alfragide – 0,3 milhões de euros;
- Ampliação da rede de distribuição – 0,3 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 6.437.868 euros, respeita essencialmente às intervenções de reabilitação da rede de distribuição (1,1 milhões de euros) e às intervenções na 1ª linha da bateria de filtração da ETA da Asseiceira (0,5 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Os seguros contratados estabelecem, todavia, limites globais de indemnizações, por sinistro, de 175 milhões de euros, com reposição automática na anuidade, para danos materiais cobertos pela apólice multirriscos do Grupo AdP e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e agregado (anual).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas, apresentadas na nota 2.3. As depreciações do exercício de 2020, no montante de 26.342.883 euros (25.829.797 euros em 2019), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (nota 32).

Em 2020 foram capitalizados gastos com pessoal (1,3 milhões de euros) e fornecimentos externos (0,2 milhões de euros) no valor global de 1,5 milhões de euros (notas 30 e 31).

## 8. Locações

### 8.1 Ativos sob direito de uso

ATIVOS SOB DIREITO DE USO	01/01/2019				31/12/2020			
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	AUMENTOS DO EXERCÍCIO NO VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO (NOTA 32)	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Ativos sob direito de uso classificados como locações operacionais (IAS17) até 2018								
Edifícios e outras construções	0	0	0		0	0	0	0
Equipamento de transporte	2 487 120	(774 665)	1 712 456	6 937	(712 288)	2 494 057	(1 486 952)	1 007 105
Licenças	0	0	0	1 212 323	(33 676)	1 212 323	(33 676)	1 178 648
<b>Total</b>	<b>2 487 120</b>	<b>(774 665)</b>	<b>1 712 456</b>		<b>(745 963)</b>	<b>3 706 380</b>	<b>(1 520 628)</b>	<b>2 185 752</b>

### 8.2 Passivos da locação

CAPITAL EM DÍVIDA	31/12/2020	31/12/2019
Não corrente	746 259	1 020 265
Corrente	1 097 743	720 448
	<b>1 844 002</b>	<b>1 740 713</b>

CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVO SOB DIREITO DE USO	31/12/2020	31/12/2019
Edifícios e outras construções	0	0
Equipamento de transporte	1 038 757	1 740 713
Licenças informáticas	805 246	0
	<b>1 844 002</b>	<b>1 740 713</b>

FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 ano	1 128 923	771 429
De 1 a 5 anos	753 017	1 050 200
Mais de 5 anos	0	0
	<b>1 881 940</b>	<b>1 821 630</b>

JUROS	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 ano	31 180	50 981
De 1 a 5 anos	6 758	29 936
Mais de 5 anos	0	0
	<b>37 938</b>	<b>80 917</b>

VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 ano	1 097 743	720 448
De 1 a 5 anos	746 259	1 020 264
Mais de 5 anos	0	0
	<b>1 844 002</b>	<b>1 740 713</b>

### 8.3 Pagamentos da locação

Os pagamentos totais com a locação em 2020 ascenderam a 1,2 milhões de euros. As despesas contabilizadas como despesa em resultados são relativas a itens de valor reduzido ou prazo inferior a 12 meses.

<b>TOTAL DE PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO</b>	<b>31/12/2020</b>
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	794 618
Contabilizadas como despesa em resultados	403 825
	<b>1 198 443</b>

## 9. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e imóveis detidos pela Empresa que não estão afetos à sua atividade operacional.

Os valores a 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Valor bruto		
Terrenos e Rec. Naturais	12.883.738	12.883.738
Edifícios e Outras Construções	2.454.269	2.537.817
Depreciações acumuladas	(2.096.152)	(2.100.647)
	<b>13.241.854</b>	<b>13.320.907</b>

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

O justo valor das propriedades de investimento é pelo menos equivalente ao seu valor contabilístico, tendo sido determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor, tal como referido na nota 2.5.

A 31 de dezembro de 2020 o justo valor das propriedades de investimento era pelo menos igual ao seu valor contabilístico, sendo que relativamente à mais relevante, e que representa 97% do valor líquido contabilístico, o valor reconhecido nas demonstrações financeiras está mais que garantido, ao abrigo do Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a avaliação efetuada por entidade independente em dezembro de 2020 apresenta um valor de 20,1 milhões de euros.

Quanto às restantes, apenas duas apresentam valor líquido contabilístico. Dessas, o imóvel que representa a quase totalidade do valor remanescente total (cerca de 2,5%), foi avaliado já em janeiro de 2021 por uma entidade independente, sendo o valor dessa avaliação de 3,9 milhões de euros, o qual assegura plenamente o valor registado nas demonstrações financeiras

É entendimento da Administração da Empresa que o justo valor determinado em 2020 é adequado e reflete as atuais condições de mercado.

## 9.1 Movimentos do exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

VALOR BRUTO	31.12.2019	AUMENTOS	TRANSFERÊN- CIA	RECLASSIFICA- ÇÃO	DIMIN./ALIENAÇÕES E ABATES	31.12.2020
Edifícios e Outras Construções	2 537 817	-	-	(83 548)	-	2 454 269
Terrenos e Rec. Naturais	12 883 738					12 883 738
	<b>15 421 554</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(83 548)</b>	<b>-</b>	<b>15 338 006</b>

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2018	AUMENTOS	TRANSFERÊN- CIA	RECLASSIFICA- ÇÃO	DIMIN./ALIENAÇÕES E ABATES	31.12.2019
Edifícios e Outras Construções	(2 100 647)	(79 053)	-	83 548	-	(2 096 152)
Terrenos e Rec. Naturais	-	-	-	-	-	-
	<b>(2 100 647)</b>	<b>(79 053)</b>	<b>-</b>	<b>83 548</b>	<b>-</b>	<b>(2 096 152)</b>
Valor líquido	<b>13 320 907</b>	<b>(79 053)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13 241 854</b>

## 10. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
<b>Não correntes:</b>		
Títulos e outras aplicações financeiras	138.848	118.439
	<b>138.848</b>	<b>118.439</b>

Relativamente ao montante registado na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras”, que ascendia a 138.848 euros, corresponde sobretudo a valores cativos à ordem dos tribunais (97.801 euros).

## 11. Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 era de:

	2020	2019
Imposto diferido ativo	2.681.043	2.961.661
	<b>2.681.043</b>	<b>2.961.661</b>
Imposto diferido passivo	33.265.946	34.827.932
	<b>33.265.946</b>	<b>34.827.932</b>
	<b>(30.584.902)</b>	<b>(31.866.271)</b>

O detalhe por rubrica a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de:

	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	
	2020	2019	2020	2019
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1 889 292	1 626 254		
Provisões	51 820	50 390		
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	455 673	455 673		
Efeito de desconto da dívida da AdVT (Ex-AdO)	284 258	325 882		
Outros		503 462		
Reavaliações legais			4 355 001	4 728 799
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis			13 574 373	14 317 863
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos			13 759 074	13 780 240
Mais valias reinvestidas			38 407	39 841
Responsabilidades por benefícios de reforma			1 539 090	1 449 420
Outros				511 769
	<b>2 681 043</b>	<b>2 961 661</b>	<b>33 265 946</b>	<b>34 827 932</b>

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Proposta de Orçamento do Estado para 2020 e que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa final média de 29,4%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi como se segue:

	2020		2019	
	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
<b>Saldo inicial</b>	2 961 660	34 827 932	2 354 624	35 354 257
<b>Efeito em resultados:</b>				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	263 039		97 285	
Provisões	1 430		50 390	
Efeito de desconto da dívida da AdVT (Ex-AdO)	(41 624)		(44 101)	
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais		(373 797)		(375 216)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis		(743 490)		(772 944)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos		(21 165)		(124 582)
Mais valias reinvestidas		(1 434)		(1 434)
Responsabilidades por benefícios de reforma		14 700		61 740
Outros	(503 462)	(511 770)	503 462	511 769
	(280 617)	(1 636 956)	607 036	(700 667)
<b>Efeito em resultados transitados:</b>				
Responsabilidades por benefícios de reforma		74 970		174 342
		74 970		174 342
<b>Saldo final</b>	<b>2 681 043</b>	<b>33 265 946</b>	<b>2 961 660</b>	<b>34 827 932</b>

Conforme indicado na nota 2.16. e na nota 4.5. a empresa regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

## 12. Clientes e outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Clientes e outros ativos não correntes" apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Outros devedores	5.050.166	5.409.684
Valor ilíquido outros devedores	7.026.488	6.514.228
Desconto financeiro da dívida	(962.971)	(1.104.544)
Clientes – acordos MLP	85.741	-
Ativos com planos de benefício definido (nota 22)	5.235.000	5.045.000
	<b>11.384.258</b>	<b>10.454.684</b>

Os ativos com planos de benefício definido, no valor de 5.235.000 euros (5.045.000 euros em 2019) referem-se ao excesso de cobertura do plano de pensões, conforme divulgado na nota 22.

O montante considerado em outros devedores não correntes respeita à dívida de alienação de imobilizado à Águas de Oeste efetuada em 2006 (atualmente Águas do Vale do Tejo), com um plano de pagamentos previsto contratualmente e que se prolonga até 2033. Encontra-se considerado em 2020 o valor da dívida bruta, que ascende a 6,0 milhões de euros, o valor da respetiva atualização (1,0 milhões de euros) e o correspondente efeito do desconto financeiro da dívida, no montante de 1,0 milhões de euros.

Em 2020 foram considerados em outros rendimentos financeiros 142 mil euros relativos à atualização financeira da dívida da ex-AdO (atual Águas do Vale do Tejo) (nota 38).

## 13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2020	2019
Mercadorias	2.725.136	2.447.217
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	153.597	142.152
	<b>2.878.733</b>	<b>2.589.369</b>

### Perdas por imparidade

Procedeu-se durante o ano de 2020 a uma inventariação externa dos bens e artigos existentes nos armazéns da Empresa, não tendo havido a necessidade de proceder a registos de perdas por imparidades, pelo que não existe qualquer saldo em perdas por imparidade acumuladas de inventários, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



## 14. Clientes – correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Clientes” da Empresa apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Clientes	38.780.625	25.072.366
Clientes conta corrente	28.321.638	25.072.366
Estimativa de vendas	10.458.987	-
Perdas por imparidade de clientes	(11.467.626)	(9.993.535)
	(11.467.626)	(9.993.535)
	<b>27.312.999</b>	<b>15.078.831</b>

O saldo corrente de clientes (líquido de imparidades) era, em 31 de dezembro de 2020, de 27.312.999 euros.

Na demonstração da posição financeira em 2020 foi registado na rubrica de Clientes os montantes de acréscimos de rendimentos associados ao abastecimento de água, no montante de 10.458.987 de euros, que em 2019 eram registados na rubrica de Outros ativos correntes (cujo valor registado nesse ano era de 10.976.632 de euros).

Esta reclassificação resulta do facto de se considerar que o acréscimo de rendimentos e a conta a receber por rédito de contratos com clientes devem ser registados na mesma rubrica, sendo que face aos valores considerados, esta alteração não distorce a leitura da demonstração da posição financeira,

Em 2019, o valor correspondente aos acréscimos de rendimentos eram de 10.976.632 euros. O quadro seguinte apresenta a comparação entre os dois anos, caso esta reclassificação tivesse ocorrido anteriormente:

	2020	2019
Faturas emitidas em dívida	28.321.638	25.072.366
Estimativa de vendas	10.458.987	10.976.632
Total de Clientes	38.780.625	36.048.998
Perdas por imparidade de clientes	(11.467.626)	(9.993.535)
	<b>27.312.999</b>	<b>26.055.463</b>

A desagregação do saldo de clientes por tipo de cliente é a seguinte:

	2020	2019
Clientes Diretos	27 202 330	19 531 644
Clientes Municipais e Multimunicipais	11 578 295	5 540 722
	<b>38 780 625</b>	<b>25 072 366</b>

Considerando o valor de acréscimos de rendimentos no saldo de clientes de 2019, verifica-se que a dívida de clientes municipais se mantém estável enquanto a de clientes diretos regista um acréscimo de 2,7 milhões de euros.

### 14.1 Perdas por imparidade de clientes

O movimento das imparidades do ano foi a seguinte:

	2020				SALDO FINAL
	SALDO INICIAL	RECLASSIFICAÇÕES	AUMENTOS (NOTA 34)	REVERSÕES (NOTA 34)	
Imparidades	(9.993.535)	-	(1.630.096)	156.005	(11.467.626)
	<b>(9.993.535)</b>	<b>-</b>	<b>(1.630.096)</b>	<b>156.005</b>	<b>(11.467.626)</b>

	2019				SALDO FINAL
	SALDO INICIAL	RECLASSIFICAÇÕES	AUMENTOS (NOTA 34)	REVERSÕES (NOTA 34)	
Imparidades	(9.040.935)	-	(1.226.691)	274.091	(9.993.535)
	<b>(9.040.935)</b>	<b>-</b>	<b>(1.226.691)</b>	<b>274.091</b>	<b>(9.993.535)</b>

## 15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2020		2019	
	ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	381 090	-	421 957
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	20 598	-	516 019
Contribuições para a Segurança Social	-	670 418	-	669 358
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	-	1 461	-	1 159
Taxa de Recursos Hídricos	-	5 687 095	-	5 047 975
Outros Impostos	61 813	-	42 555	-
	<b>61 813</b>	<b>6 760 661</b>	<b>42 555</b>	<b>6 656 468</b>

O valor da Taxa de Recursos Hídricos, respeitante aos montantes faturados aos clientes da EPAL, será, de acordo com o previsto na Lei, liquidado à Agência Portuguesa do Ambiente no início de 2021.

## 16. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Outros ativos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	35.759	17.046
Pessoal	48.297	48.733
Taxas CML	13.044.983	12.705.023
Apoio Tesouraria Acionista	22.000.000	75.000.000
Gastos a reconhecer	482.961	942.813
Acréscimos rendimentos (vendas)	-	10.976.632
Outras contas a receber	3.258.347	4.221.631
	<b>38.870.346</b>	<b>104.527.071</b>
Perdas por imparidade acumuladas	(393.447)	(393.447)
	<b>38.476.899</b>	<b>103.518.430</b>

O apoio de tesouraria à AdP SGPS a 31 de dezembro de 2020 era de 22 milhões de euros (75 milhões de euros em 2019).

O acréscimo de venda de água em 2020 foi considerado na rubrica de clientes, de modo a que o acréscimo de rendimentos considerado e a conta a receber por rédito de contratos com clientes sejam registados na mesma rubrica da demonstração da posição financeira (nota 14).

Em outras contas a receber encontram-se registados sobretudo valores respeitantes a rendimentos suplementares (Aquamatrix, Formação, etc.), bem como a parcela de curto prazo da dívida de alienação de imobilizado à antiga Águas de Oeste (atualmente Águas do Vale do Tejo) – 0,6 milhões de euros.

As taxas da CML correspondem aos valores faturados a clientes diretos e que constituem receita da CML (saneamento, adicional e resíduos).

## 17. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam descobertos bancários.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2020 e 2019 detalham-se conforme se segue:

	2020	2019
Numerário	31.260	28.000
Depósitos à ordem	8.186.715	3.592.597
Depósitos a prazo	75.000.000	25.000.000
	83.217.975	28.620.597
Descobertos bancários	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>83.217.975</b>	<b>28.620.597</b>

O valor de 75,0 milhões de euros respeitam a depósitos a prazo constituídos junto do IGCP, e cujo vencimento ocorre no início de janeiro de 2021.

## 18. Capital social

O capital da Empresa, no montante de 150.000.000 euros, é composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

### 18.1 Acionistas

O capital social é detido na totalidade pela AdP, SGPS, SA.

ACIONISTAS	CAPITAL SUBSCRITO			
	TOTAL DE AÇÕES SUBSCRITAS	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	% TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	CAPITAL SOCIAL REALIZADO
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000	100%	150.000.000

## 18.2 Resultado líquido por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi determinado conforme segue:

	2020	2019
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	46.972.206	52.483.454
Número de ações		
Número médio de ações	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	1,57	1,75

## 19. Reservas e outros ajustamentos

A rubrica de reservas e outros ajustamentos, a 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentava a seguinte desagregação:

	2020	2019
Reserva legal	30.000.000	30.000.000
Outras reservas	22.171.377	22.171.377
Outras variações no capital próprio	(4.064)	(4.064)
	<b>52.167.314</b>	<b>52.167.314</b>

### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída.

### Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

## 20. Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados, a 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentava o seguinte saldo:

	2020	2019
Resultados transitados	390.958.744	380.282.024

A movimentação ocorrida nesta rubrica nos exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
<b>Saldo Final</b>	<b>380.282.024</b>	<b>370.041.697</b>
Aplicação do resultado líquido	52.483.454	49.108.342
Dividendos pagos	(41.986.763)	(39.286.673)
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	180.030	418.658
<b>Saldo Final</b>	<b>390.958.744</b>	<b>380.282.024</b>

## Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 atribuídos ao acionista ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de março de 2020, a 41.986.763 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2020.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor indicado em remensurações do Fundo de Pensões resulta das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, das alterações de pressupostos atuariais, e o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo líquido (notas 11 e 22).

## 21. Provisões

	2020	2019
Provisões:		
Processos judiciais em curso	414.474	271.178
Outras provisões - judiciais	175.750	174.789
	<b>590.224</b>	<b>445.967</b>

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é detalhada conforme se segue:

<b>2020</b>					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	271 178	146 047	(2 750)		414 474
Outras provisões - judiciais	174 789	4 863	-	(3 902)	175 750
	<b>445 967</b>	<b>150 910</b>	<b>(2 750)</b>	<b>(3 902)</b>	<b>590 224</b>

<b>2019</b>					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	154 183	168 195	(48 035)	(3 165)	271 178
Outras provisões - judiciais	8 868	171 396		(5 475)	174 789
	<b>163 051</b>	<b>339 591</b>	<b>(48 035)</b>	<b>(8 640)</b>	<b>445 967</b>

O valor relativo a outras provisões está relacionado com montantes para fazer face a eventual contencioso laboral que possa ser imputado à EPAL de acordo com a informação e melhor estimativa que nesta data se encontra disponível, nomeadamente a contingência de eventuais reposições salariais decorrentes de promoções.

No exercício de 2020 foi feito um reforço nas provisões para processos judiciais, na sequência de um litígio de ocupação de terrenos.

## 22. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

### Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2020 e 2019, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Contribuições da Empresa	414.273	428.711
Contribuições dos colaboradores	24.455	20.927
	<b>438.728</b>	<b>449.638</b>

O gasto total reconhecido, com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ascendeu a 414.273 euros (428.711 euros em 2019) – nota 31.

## Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2020 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2020	2019
Taxa de desconto	0,00%	0,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,00%
Idade normal de reforma	66 e 5 meses	66 e 5 meses

A “duration” do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 8 anos.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2020	2019
Custo dos serviços correntes	22.500	31.000
Juro líquido	(25.000)	(58.837)
<b>Total de gastos (nota 31)</b>	<b>(2.500)</b>	<b>(27.837)</b>

Com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	28.111.000	28.932.000
Justo valor dos ativos do fundo	33.346.000	33.977.000
<b>Ativo com planos de benefícios definidos (nota 12)</b>	<b>5.235.000</b>	<b>5.045.000</b>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	-	115.000
<b>Passivo com planos de benefícios definidos</b>	<b>-</b>	<b>115.000</b>

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões, deixando de existir provisão específica para fazer face às pré-reformas, por já não haver beneficiários em 31 de dezembro de 2020, e que eram registadas no passivo (cujo valor ascendia a 115.000 euros a 31 de dezembro de 2019).

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são descritos conforme se segue (valores arredondados aos milhares de euros):



	PASSIVO DO PLANO	JUSTO VALOR DOS ATIVOS DO PLANO	TOTAL
<b>A 1 de janeiro 2020</b>	29.047.000	(33.977.000)	(4.930.000)
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	22.500		22.500
Juro líquido	139.000	(164.000)	(25.000)
Benefícios pagos/previstos	(2.329.000)	2.211.000	(118.000)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	51.000		51.000
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	1.180.500		1.180.500
(ganhos)/ perdas de rendimento		(1.416.000)	(1.416.000)
<b>A 31 de dezembro 2020</b>	<b>28.111.000</b>	<b>(33.346.000)</b>	<b>(5.235.000)</b>

As Remensurações do ano apresentam um valor ilíquido de 255 mil euros que, deduzindo o efeito de imposto diferido de 75 mil euros (nota 11), resulta no valor líquido de 180 mil euros (conforme demonstração do rendimento integral).

No que respeita aos benefícios pagos, os complementos de pensão de reforma são pagos diretamente pelo Fundo de Pensões (2.329 milhares de euros).

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	IMPACTO NA RESPONSABILIDADE POR BENEFÍCIO DEFINIDO	
	2020	2019
Instrumentos de capital próprio	11.060.754	12.412.454
Instrumentos de dívida	20.995.170	19.567.076
Outros	1.290.076	1.997.470
	<b>33.346.000</b>	<b>33.977.000</b>

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

Pressuposto	IMPACTO NA RESPONSABILIDADE POR BENEFÍCIO DEFINIDO	
	ALTERAÇÃO NOS PRESSUPOSTOS	RESPONSABILIDADE POR BENEFÍCIO DEFINIDO
Taxa de desconto	+0,28%	Diminuição de 2,4%

Um incremento de 0,28% na taxa de desconto diminuiria as responsabilidades em 2,4%, (+671 mil euros).

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

#### Política de Investimentos do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que a alteração dos pressupostos atrás enunciados assim o justifique.

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM's) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;
- Por princípio, o fundo efetua a cobertura do risco cambial inerente às ações expressas em divisas que não o euro, pelo que não deverá existir risco cambial relevante nessas aplicações;
- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com *rating*. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um *rating* mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com *rating* de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com *ratings* 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com *rating* inferior a BBB, exceto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de *high yield*, podendo o seu peso ir até aos 7.5% do valor patrimonial. As obrigações de dívida portuguesa (privada e pública) serão classificadas na classe de taxa fixa Euro e não estão sujeitas à notação mínima BBB, podendo representar no máximo 15% da componente obrigacionista;
- Sempre que ocorra o *downgrade* de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de *rating* definidos, e querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "Government" das obrigações não deverá representar menos de 40% da classe obrigacionista. Por "Government" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, agency e quasi-government. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e *high yield* (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 5%;

- Ativos expressos em moedas não-euro não poderão exceder o limite máximo de 25%;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de duration da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos.

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- Num mercado regulamentado; ou
- Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (*Value at Risk*).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rentabilidade da carteira e do benchmark deverá ser uma aproximação da '*Time Weighted Rate of Return*'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o benchmark, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

## 23. Empréstimos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como segue:

	2020	2019
Empréstimos bancários - BEI	78.852.054	89.138.319
Não corrente	10.286.265	12.528.187
Corrente	<b>89.138.319</b>	<b>101.666.506</b>

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 56% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 44% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data. De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa. Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (nota 41).

A EPAL não dispõe de qualquer linha de crédito ou outras para além da mencionada.

### 23.1. Empréstimos por maturidade

	2020	2019
Não corrente		
Empréstimos bancários - BEI	78.852.054	89.138.319
Corrente		
Empréstimos bancários - BEI	10.286.265	12.528.187
	<b>89.138.319</b>	<b>101.666.506</b>

	2020	2019
Maturidade:		
até 1 ano	10.286.265	12.528.187
1 a 2 anos	10.369.829	10.286.265
2 a 3 anos	10.455.900	10.369.829
3 a 4 anos	10.544.552	10.455.900
4 a 5 anos	10.635.863	10.544.552
superior a 5 anos	36.845.910	47.481.773
	<b>89.138.319</b>	<b>101.666.506</b>

### 23.2. Empréstimos por tipo de taxa

	2020	2019
<b>Taxa juro variável</b>		
até 1 ano	5.111.111	6.043.540
1 a 2 anos	5.111.111	5.111.111
2 a 3 anos	5.111.111	5.111.111
superior a 3 anos	24.305.555	29.416.666
	<b>39.638.889</b>	<b>45.682.428</b>
<b>Taxa juro fixa</b>		
até 1 ano	5.175.154	6.484.647
1 a 2 anos	5.258.718	5.175.154
2 a 3 anos	5.344.789	5.258.718
superior a 3 anos	33.720.770	39.065.559
	<b>49.499.430</b>	<b>55.984.078</b>
	<b>89.138.319</b>	<b>101.666.506</b>

Os movimentos ocorridos nas contas de empréstimos em 2020 foram os seguintes:

	VAL. CONTAB.	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	VAL. CONTAB.
	<b>31.12.2019</b>			<b>31.12.2020</b>
Empréstimos Bancários BEI	101.666.506	-	12.528.187	89.138.319
	<b>101.666.506</b>	<b>-</b>	<b>12.528.187</b>	<b>89.138.319</b>

## 24. Subsídios ao investimento

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

SUBSÍDIO	MONTANTE TOTAL	MONTANTE RECEBIDO	RÉDITO DO EXERCÍCIO	RÉDITO ACUMULADO	RÉDITO POR RECONHECER EM 2020	RÉDITO POR RECONHECER EM 2019
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216 801	216 801	4 927	162 601	54 200	59 127
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5 684 192	5 684 192	106 961	4 293 704	1 390 488	1 497 448
COMPART. OURÉM	550 553	550 553	10 360	415 874	134 679	145 039
COMPART. T.NOVAS	435 315	435 315	8 191	328 827	106 488	114 680
COMPART. TOMAR	497 804	497 804	9 367	376 029	121 775	131 142
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3 027 720	3 027 720	56 973	2 287 068	740 652	797 625
COMPART. ENTRONCAMENTO	4 959	4 959	93	3 746	1 213	1 306
COMPART. V.N.BARQUINHA	72 726	72 726	1 444	51 071	21 655	23 099
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11 125 239	11 125 239	220 848	7 812 513	3 312 726	3 533 575
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7 635 576	7 635 576	63 630	6 808 388	827 188	890 818
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9 405 370	9 405 370	188 107	4 890 793	4 514 577	4 702 685
COMPART RESERV PATRIARCAL	74 820	74 820	384	64 076	10 744	11 127
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22 472 817	22 472 817	449 456	11 236 408	11 236 408	11 685 865
SANTA MARGARIDA	274 339	274 339	5 487	137 169	137 170	142 656
MINDE/MIRA D'AIRE/BATALHA/LEIRIA	4 472 789	4 472 789	107 191	2 757 732	1 715 057	1 822 248
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87 104	87 104	1 729	61 167	25 937	27 666
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139 941	139 941	3 354	86 282	53 659	57 013
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139 941	139 941	3 354	86 282	53 659	57 013
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66 118	66 118	1 585	40 766	25 352	26 937
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66 118	66 118	1 585	40 766	25 352	26 937
PROJECTO SPRINT	21 604	21 604	-	-	21 604	21 604
EDP	373 874	373 874	23 367	199 637	174 236	197 603
MINISTÉRIO DA SAUDE	375 061	375 061	7 584	61 302	313 759	321 343
FUNDO AMBIENTAL	427	427	-	-	427	427
POSEUR - VALE DA PEDRA	5 743 217	5 962 342	227 259	640 464	5 102 753	5 409 445
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - SEDE	186 599	24 396	-	-	186 599	-
POSEUR - EFIC. ENERGÉTICA - P. NAÇÕES	796 746	-	-	-	796 746	-
	<b>73 947 770</b>	<b>73 207 946</b>	<b>1 503 236</b>	<b>42 842 667</b>	<b>31 105 103</b>	<b>31 704 427</b>

Foram reconhecidos durante o ano de 2020 dois novos subsídios do POSEUR, aprovados no âmbito de intervenções para reforço da eficiência energética.

No ano de 2020 os recebimentos de subsídios corresponderam a valores do saldo final do POSEUR referente ao subsídio ao investimento para a reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra e à primeira tranche do projeto de eficiência energética da Sede, no montante global de 631 mil euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes registados como rendimento do exercício foram os seguintes:

	2020	2019
Subsídios ao investimento	1.503.236	1.512.094
	<b>1.503.236</b>	<b>1.512.094</b>

## 25. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Fornecedores gerais	3.354.568	3.578.731
Fornecedores de investimentos	1.467.642	1.821.902
	<b>4.822.210</b>	<b>5.400.633</b>

A evolução positiva do prazo médio de pagamentos originou a redução do valor das rubricas de Fornecedores em 2020, face ao período homólogo, com maior expressão na conta de fornecedores de investimentos.

## 26. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Outros passivos correntes" apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Acréscimo gastos pessoal	3.477.432	3.332.222
Credores por acréscimo de gastos	3.127.472	2.635.483
Taxas CML	19.421.628	20.387.274
Componente tarifária acrescida	4.857.377	3.927.226
Outros credores	1.284.575	920.151
	<b>32.168.484</b>	<b>31.202.355</b>

Em 2020 a rubrica de Outros passivos correntes é constituída essencialmente por:

- 19,4 milhões de euros referentes às taxas a cobrar pela EPAL por conta da Câmara Municipal de Lisboa;
- O valor da componente tarifária acrescida que é devida à Águas do Vale do Tejo, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, onde se estipula que o valor efetivamente cobrado deverá ser entregue no mês seguinte ao final de cada trimestre, no montante de 4,9 milhões de euros.
- Na conta de credores por acréscimos de gastos destacam-se sobretudo as rubricas de eletricidade e seguros.

## 27. Imposto sobre o rendimento

A 31 de dezembro de 2020 o valor existente na conta de imposto sobre o rendimento corresponde ao valor de IRC a recuperar.

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto sobre o rendimento - ativo	419.598	-
	<b>419.598</b>	<b>-</b>

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto sobre o rendimento - passivo	-	4.433.142
	<b>-</b>	<b>4.433.142</b>

A reconciliação do imposto é apresentada no quadro seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
Estimativa de Imposto (nota 39)	20.408.191	23.395.840
Retenções na fonte	(83.797)	(151.372)
Pagamentos adicionais por conta	(5.127.465)	(4.546.749)
Pagamentos por conta	(15.616.527)	(14.264.577)
<b>Imposto a pagar/recuperar</b>	<b>(419.598)</b>	<b>4.433.142</b>

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

## 28. Rédito de contratos com clientes

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
Venda de água e quota de serviço	159.973.409	165.250.279
Prestação de serviços	1.224.304	1.700.708
<b>Rédito de contratos com clientes</b>	<b>161.197.713</b>	<b>166.950.987</b>

Os rendimentos de venda de água e quota de serviço ascenderam em 2020 a 161.197.713 euros, em resultado dos cerca de 197,7 milhões de m<sup>3</sup> vendidos (200,0 milhões de m<sup>3</sup> em 2019).

No final de 2020 a Empresa fornecia água a 35 municípios, incluindo Lisboa, onde efetua o abastecimento domiciliário a cerca de 358 mil clientes diretos.

As prestações de serviços ascenderam em 2020 a 1.224.304 euros (1.700.708 euros em 2019). A redução verificada deveu-se à quebra da atividade económica na cidade de Lisboa em 2020, devido à pandemia.



## 29. Custo das vendas

A rubrica de “Custo das vendas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.925.969	1.760.556
	<b>1.925.969</b>	<b>1.760.556</b>

A rubrica de custo das vendas inclui sobretudo os reagentes e produtos similares necessários e essenciais para garantir o processo de tratamento, assegurando a qualidade da água para consumo humano. O aumento verificado em 2020 deveu-se por um lado ao reforço do controlo da qualidade da água, em cenário de pandemia Covid-19, sendo necessário incrementar os consumos de alguns reagentes para reforçar a barreira sanitária ao longo dos processos de tratamento e, complementarmente, devido às alterações climáticas, foi ainda necessário utilizar quantidades superiores de reagentes, por efeito da degradação da qualidade da água bruta devido ao clima mais quente que se fez sentir em 2020.

	MATÉRIAS SUBSIDIÁRIAS	TOTAL A 31.12.2020
Inventário Inicial	142.152	142.152
Compras	1.937.415	1.937.415
Inventário final	153.597	153.597
<b>CMVMC</b>	<b>1.925.969</b>	<b>1.925.969</b>

## 30. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” (FSE) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Eletricidade	13.719.532	13.095.218
Conservação e reparação	8.069.545	7.290.946
Trabalhos especializados	4.361.180	4.473.502
Comunicação	1.159.406	1.179.337
Vigilância e segurança	944.912	785.021
Publicidade e propaganda	467.157	747.031
Subcontratos	517.354	646.885
Limpeza, higiene e conforto	543.342	521.651
Combustíveis	406.852	502.147
Seguros	359.413	419.206
Rendas e alugueres	403.825	253.789
Outros forn. serv. externos	3.750.750	3.296.699
	<b>34.703.267</b>	<b>33.211.432</b>
FSE capitalizados (nota 7)	(215.955)	(359.112)
	<b>34.487.313</b>	<b>32.852.320</b>

Em termos de FSE, em 2020, destaca-se:

- A eletricidade com 13,7 milhões de euros, apresenta um aumento face ao gasto incorrido no ano anterior, devido não só à variação do preço global da energia, mas também ao facto de as instalações operacionais terem um aumento do seu consumo específico por via da maior exigência do processo de captação e elevação da água;
- A Conservação e Reparação no montante global de 8,1 milhões de euros, apresenta um aumento de 0,8 milhões de euros face a 2019, em resultado da política prosseguida pela Empresa no sentido de assegurar as boas condições de funcionamento dos seus ativos;
- O aumento verificado em 2020 na rubrica de rendas e alugueres decorre da utilização do expediente prático previsto na IFRS16 (nota 8), nomeadamente a sua exclusão do âmbito da norma quando os contratos de locação têm um término contratual até 12 meses, o que implica o aumento desta rubrica.

Os impactos nesta rubrica decorrentes da pandemia são apresentados na nota 43.

### 31. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	509.050	504.649
Remunerações do pessoal	26.700.375	26.039.084
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (nota 22)	414.273	428.711
Benefício definido e pré-reformas (nota 22)	(2.500)	(27.837)
Indemnizações	192.068	656.709
Encargos sobre remunerações	6.218.968	6.047.765
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	364.014	419.293
Gastos de ação social	1.843.935	1.788.716
Formação	196.139	199.117
Outros	332.888	145.424
Capitalização de gastos (nota 7)	(1.344.032)	(1.255.708)
Redébitos à AdVT (nota 40)	(9.939.235)	(9.584.506)
	<b>25.485.944</b>	<b>25.361.415</b>

Em consequência da gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo, foram incorporados na Empresa os trabalhadores/as provenientes das empresas agregadas nessa empresa. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas do Vale do Tejo, não afetando, em termos económicos, a EPAL. Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, expurgando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2020, de 651 trabalhadores/as, número inferior ao registado em 2019 (656 trabalhadores/as).

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais está divulgada no Relatório do Governo Societário.

### 31.1 Remunerações dos órgãos sociais

	2020	2019
Conselho de administração	442.588	424.807
Conselho Fiscal	53.279	57.716
Revisor Oficial de Contas	13.184	22.126
	<b>509.051</b>	<b>504.649</b>

### 31.2 Número médio de colaboradores

	2020	2019
Órgãos sociais	12	12
Colaboradores	1.028	1.017

## 32. Depreciações

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é conforme se segue:

	2020	2019
Propriedades de investimento (nota 9)	79.053	79.053
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	26.342.883	25.829.797
Ativos fixos intangíveis (nota 6)	213.333	213.333
Ativos sob direito de uso (nota 8)	745.963	774.665
	<b>27.381.233</b>	<b>26.896.848</b>

Os gastos com depreciação e amortização totalizaram 27.381.233 euros em 2020, dos quais 26.342.883 euros relativos a ativos fixos tangíveis, 213.333 euros a ativos fixos intangíveis, 79.053 euros a propriedades de investimento e 745.963 a ativos sob direito de uso (IFRS 16).

## 33. Provisões e reversões do exercício

A composição da rubrica de "Provisões e reversões do exercício" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é conforme se segue:

	2020	2019
Provisões - processos judiciais (nota 21)	146.047	168.195
Provisões – outras (nota 21)	4.863	171.396
	<b>150.910</b>	<b>339.591</b>
Reversão de provisões - processos judiciais (nota 21)	(2.750)	(48.035)
Reversão de provisões - outras (nota 21)	-	-
	<b>(2.750)</b>	<b>(48.035)</b>
	<b>148.160</b>	<b>291.556</b>

### 34. Perdas por imparidade e reversões do exercício

A composição da rubrica de “Perdas por imparidade e reversões do exercício” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é conforme se segue:

	2020	2019
Provisões - processos judiciais (nota 21)	1.630.096	1.226.691
	1.630.096	1.226.691
Reversão de provisões - outras(nota 21)	(156.005)	(274.091)
	(2.750)	(274.091)
	<b>1.474.091</b>	<b>952.600</b>

O valor líquido das perdas por imparidade de clientes (perdas por imparidade constituída deduzidas de reversões) em 2020 foi de 1.474.091 euros (952.600 euros em 2019) (ver nota 14.1).

### 35. Outros gastos e perdas operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é conforme se segue:

	2020	2019
Impostos e taxas	3.954.770	3.829.962
Componente tarifária acrescida	4.226.515	3.666.155
Encargos com cobranças	743.511	774.048
Indemnizações por roturas	172.100	180.473
Donativos	242.010	204.922
Quotizações	47.397	37.726
Outros	92.372	280.945
	<b>9.478.675</b>	<b>8.974.231</b>

A rubrica de Impostos e taxas inclui essencialmente os valores relativos à Taxa de Subsolo (2.566 mil euros) e às taxas devidas à ERSAR – taxa de Regulação e taxa de Controlo da Qualidade da água (997 mil euros).

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à AdVT. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a AdVT fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0777 euros/m<sup>3</sup> (0,0615 euros/m<sup>3</sup> em 2019), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas – 4.226.515 euros em 2020.

### 36. Outros rendimentos e ganhos operacionais

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é conforme se segue:

	2020	2019
Rendimentos suplementares	4.010.007	4.163.433
Rendimentos e ganhos em invest.não financeiros	71.599	78.827
Outros	179.491	297.942
	<b>4.261.097</b>	<b>4.540.202</b>

Na rubrica "Rendimentos Suplementares" que, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, ascende a 4.010.007 euros e 4.163.433 euros, respetivamente, estão incluídos os rendimentos referentes às outras atividades da Empresa, nomeadamente produtos e serviços tais como o Aquamatrix, Wone, Academia das Águas Livres, análises laboratoriais, atividade museológica, entre outros; e a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1.208.926 euros em 2020 (1.312.252 euros em 2019).

### 37. Gastos financeiros

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

	2020	2019
Juros suportados: (nota 23)		
Financiamentos bancários	1.101.521	1.207.558
Locações (nota 8)	48.655	71.648
Outros juros	271	43
Garantias de financiamento	192.154	221.355
	<b>1.342.601</b>	<b>1.500.605</b>

Os juros suportados com financiamentos bancários correspondem na íntegra a juros relativos a empréstimos contratados junto do BEI – 1,1 milhões de euros em 2020 e 1,2 milhões de euros em 2019. O gasto com garantias de financiamento decorre das garantias que a Empresa tem para os financiamentos BEI. Os juros suportados com locações decorrem da aplicação do IFRS 16.

### 38. Rendimentos financeiros

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

	2020	2019
Juros obtidos	232.378	507.519
Outros rendimentos similares	159.572	232.476
	<b>391.950</b>	<b>739.995</b>

Os juros obtidos referem-se essencialmente a juros relativos aos apoios de tesouraria à AdP SGPS em 2020 (ver nota 16) o montante ascendeu a 228 mil euros.

Nos outros rendimentos similares estão incluídos 142 mil euros relativos à atualização financeira da dívida de antiga AdO (agora Águas do Vale do Tejo) (nota 12 e nota 16).

## 39. Imposto do exercício

O imposto do exercício de 2020 ascendeu a 18,7 milhões de euros, dos quais 20,0 milhões de euros relativos a imposto corrente e menos 1,4 milhões de euros de imposto diferido.

	2020	2019
Imposto sobre o rendimento do exercício	20.408.191	23.395.840
Excesso/Insuficiência de estimativa para impostos	(394.047)	581.558
<b>Imposto do exercício</b>	<b>20.014.144</b>	<b>23.977.398</b>
Impostos diferidos (nota 11)	(1.356.339)	(1.307.703)
<b>Imposto diferido</b>	<b>(1.356.339)</b>	<b>(1.307.703)</b>
<b>Total de imposto</b>	<b>18.657.805</b>	<b>22.669.694</b>

O valor considerado em excesso de estimativa de imposto em 2020 respeita ao benefício fiscal atribuído à EPAL respeitante ao SIFIDE do ano de 2019, cujo prazo legal de submissão ocorreu após o período de fecho de contas,

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto em 2020 é como se segue:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	65 630 011	75 153 148
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4 877	4 877
Multas e juros compensatórios	3 556	4 968
Outros	(98 798)	(78 253)
	(90 365)	(68 409)
Diferenças temporárias:		
Amortizações não aceites	2 538 293	2 629 063
Imparidade	1 375 275	1 074 734
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1 271 420	1 276 245
Provisões	106 499	(369 028)
Outros	(1 271 031)	(756 415)
	4 020 457	3 854 599
<b>Lucro tributável</b>	<b>69 560 102</b>	<b>78 939 338</b>
Imposto	14 607 621	16 577 261
Derrama	1 043 402	1 184 090
Derrama estadual	4 665 409	5 509 540
Tributações autónomas	91 759	124 948
Ajustamentos a exercícios anteriores	(394 047)	581 558
<b>Total de imposto corrente e ajustamentos</b>	<b>20 014 144</b>	<b>23 977 398</b>
Efeito de impostos diferidos no exercício	(1 356 339)	(1 307 703)
Total dos gastos do exercício	<b>18 657 805</b>	<b>22 669 694</b>
<b>Taxa efetiva de imposto do exercício</b>	<b>28,4%</b>	<b>30,2%</b>





Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação. As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL, e respeitam essencialmente à aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos e recursos humanos.

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no Relatório do Governo Societário.

## 41. Ativos e passivos contingentes

### Processos judiciais em curso

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas.

Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2020	2019
Banco Europeu de Investimento (nota 23)	89.138.319	101.666.506
Tribunais (inclui expropriações)	5.175.900	5.175.900
Outros	474.625	501.472
	<b>94.788.843</b>	<b>107.343.878</b>

## 42. Honorários de auditoria e revisão legal

Os honorários de Revisão legal de contas da EPAL no exercício de 2020 foram os seguintes:

	ROC
PricewaterhouseCoopers & Associados SROC	13.183
	<b>13.183</b>

## 43. Informações exigidas por diplomas legais

### Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a EPAL, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A EPAL não detém quaisquer ações próprias.

Art.º 21.º do Decreto-Lei nº 41 I/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

## 44. Outros assuntos – Covid-19

O ano de 2020 foi bastante afetado pela pandemia da Covid-19, causando profundos constrangimentos na atividade socioeconómico do país, e com impactos ainda não integralmente quantificados quanto à respetiva magnitude no futuro. Portugal, em linha com a União Europeia adotou diversas medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional deste evento. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento, em cujo âmbito se inserem as atividades da EPAL. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais deviam ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020). Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

Assim, e para fazer face à pandemia Covid-19, a EPAL adotou um conjunto de medidas e efetuou diversas atividades que permitissem proteger os seus trabalhadores/as e, simultaneamente, garantir a continuidade das atividades críticas e o cumprimento da sua missão.

Seguindo as orientações de entidades oficiais nacionais e internacionais e da legislação aplicável, para determinar e adequar, sempre que necessário, as medidas a implementar, desenvolveu e implementou um Plano de Contingência, no qual foram definidas as medidas gerais e específicas a implementar, para minimizar os impactos da pandemia na organização, limitar a propagação da doença, garantir a segurança e saúde dos trabalhadores/as, assegurar o desempenho das atividades críticas e essenciais e o cumprimento da missão da Empresa

Foram implementadas pela EPAL diversas medidas para garantir a eficaz gestão da situação de pandemia, as quais estão amplamente divulgados ao longo do presente relatório.

Essas medidas implicaram gastos acrescidos, que totalizaram 1.007.473 euros, e resultaram essencialmente da necessidade de dotar os trabalhadores de meios para trabalho remoto, dos gastos acrescidos com as alterações de regime de trabalho, nomeadamente a constituição de equipas em espelho (destacando-se sobretudo as alterações efetuados nas equipas operacionais de operação e manutenção), a atribuição de subsídio de refeição (em virtude do encerramento dos refeitórios da empresa), e da dotação nas instalações e aos trabalhadores de meios e equipamentos de proteção que evitem a propagação do vírus. A desagregação por tipologia de despesas é a seguinte:

- FSE – 388.861 euros
- Gastos com pessoal – 618.612 euros

Não se pode contudo deixar de salientar que a empresa deixou de incorrer em 2020, por diminuição do nível de atividade em resultado da pandemia, com algumas despesas que têm a ver sobretudo com o período de confinamento, sendo essencialmente relacionados com a frota automóvel (p.e, portagens e combustível, pois as rendas de AOV mantiveram-se), as deslocações e alojamento nas viagens previstas sobretudo ao estrangeiro, e os subcontratos relacionados com os processos da área comercial. Adicionalmente existiram alguns projetos que a empresa pretendia iniciar em 2020 que houve a necessidade de adiar para o ano de 2021.

Ao nível da perda de receitas, quer na venda de água quer na prestação de serviços, apurou-se um valor de 9.439.404 euros, e que teve por base o seguinte racional:

- Ao nível da venda de água, e atendendo a que a atividade da empresa é um “negócio estabilizado”, para efeitos de quantificação da perda de negócio na Venda de água em resultado da pandemia, tomou-se como referencial o caudal vendido nos segmentos

de comércio/indústria e instituições, no ano de 2019, e aplicou-se à diferença de caudal vendido em 2020, face ao verificado em 2019, a tarifa em vigor em 2020, tendo-se obtido um montante global de cerca de 8,9 milhões de euros.

- Ao nível das Prestações de Serviços verificou-se uma quebra de rendimentos bastante acentuada, a qual está relacionada por um lado com a redução da atividade económica decorrente da pandemia e que teve um impacto relevante nos processos de abastecimento (com uma redução na ordem dos 20%), e por outro com a redução de novos contratos e com a suspensão dos fechos por falta de pagamento (redução das receitas de aberturas e fechos na ordem dos 50%). A perda de rendimento verificada assim nas prestações de serviços para o ano de 2020 é de cerca de 0,5 milhões de euros.

A EPAL não antecipa quaisquer futuros problemas de continuidade das respetivas operações, pois a quebra verificada na sua atividade em 2020 não deixará que a empresa continue a ter todas as condições operacionais, económicas e financeiras, para fazer face aos compromissos assumidos, bem como para fazer face a uma eventual redução de liquidez, na sequência de potenciais atrasos nos recebimentos de clientes, ou por quebra no volume de negócios que, a suceder, não se perspetiva como significativa.

A EPAL em 2020 não solicitou adiamentos, reestruturações ou outro tipo de alterações aos compromissos, quer sejam contratualizados ou não, com os seus credores e fornecedores, nem antecipa vir a solicitar.

## 45. Eventos subsequentes

A Administração da EPAL, não tem conhecimento, em 3 de março de 2021, data da aprovação destas contas, de quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado  
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração  
José Manuel Leitão Sardinha  
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado  
Telma Susana Rodrigues Correia  
Barnabé Francisco Primo Pisco  
Rui Manuel Gonçalves Lourenço

[página em branco]

# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020

### RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2020.
2. O Conselho Fiscal, nomeado em Assembleia Geral ordinária de 5 de abril de 2019, acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios, quer, designadamente mediante contactos e reuniões com os seus principais responsáveis, como através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado, sempre que necessário, com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que entendeu necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu um Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2020, tendo o mesmo sido aprovado pela Tutela Setorial e também pelo Ministério das Finanças, através do Despacho n.º 1583/19-SET, de 30 de dezembro. Salienta-se, por outro lado, que decorrente da situação de pandemia da COVID-19 e da necessidade de alteração dos pressupostos, a EPAL, em conformidade com o Despacho n.º 398/2020-SET, de 28 de julho, procedeu à sua revisão, em 16 de setembro de 2020, tendo sido inserido no SIRIEF e submetido à UTAM, para análise, em 22 de setembro de 2020, não tendo este Conselho Fiscal emitido Parecer sobre o mesmo. Esta revisão mereceu aprovação, por parte do

Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Despacho n.º 993/2020, de 31 de dezembro de 2020.

5. No que se refere ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas, com exceção do investimento. Consta-se, por outro lado, que o volume de negócios foi também superior à previsão do PAO.
6. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, referentes aos três primeiros trimestres de 2020, que foram remetidos às entidades competentes.
7. Em observância com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias, aplicáveis ao setor empresarial do Estado (SEE), designadamente, do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2020, as quais se encontram devidamente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
8. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi elaborado em 2009. Não tendo sido feita a atualização do mesmo desde então, o Conselho Fiscal recomenda que seja iniciada a revisão deste à luz da legislação em vigor.
9. Nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir, que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das obrigações legais não esteja correta.
10. No domínio das remunerações dos trabalhadores e dos órgãos sociais foi dado cumprimento às orientações remuneratórias vigentes em 2020.

11. A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM, tendo este Conselho Fiscal, emitido Parecer favorável ao mesmo.
  
12. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, a qual, integrá as matérias relevantes de auditoria e os outros requisitos legais, que aqui se dão como reproduzidos, e obteve deste, os esclarecimentos que entende necessários inerentes ao exercício das suas funções.
  
13. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório Adicional, emitido pelo Revisor Oficial de Contas ao Órgão de Fiscalização, em cumprimento do estabelecido nos n.ºs 1 a 3 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RUSA).
  
14. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras (as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020, as Demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Notas às demonstrações financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenvolveu a atividade. No entanto, e sem afetar o resultado das operações, chamamos à atenção para as seguintes situações:
  - Relativamente às propriedades, existem propriedades de investimento classificadas desadequadamente como ativos fixos tangíveis, embora não sejam materialmente relevantes. Consequentemente não foram feitas as divulgações de acordo com a IAS 40.

- Em 2020, a EPAL procedeu, prospectivamente, à alteração da forma de apresentação dos acréscimos de rendimentos associados ao abastecimento de água (no valor de 10.458.987 euros, em 2020, e de 10.976.632 euros, em 2019). Até 2019, os referidos acréscimos eram apresentados, na Demonstração da Posição Financeira, na linha de Outros ativos correntes (ativo corrente). Em 2020, a EPAL passou a apresentar os referidos acréscimos, na Demonstração da Posição Financeira, na linha de Clientes (ativo corrente). A aplicação prospectiva desta alteração não permite a comparabilidade daquelas duas rubricas da Demonstração da Posição Financeira. Adicionalmente, a justificação para a referida alteração, bem como para a sua aplicação prospectiva (e não retrospectiva) não está adequadamente divulgada nas notas do Anexo (notas 14 e 16), à luz do normativo contabilístico aplicável (IFRS 15 e IAS 1).
- Não foram definidos pelo acionista os objetivos de gestão para o ano de 2020, conforme determina o Estatuto do Gestor Público, por se considerar que as mesmas deverão decorrer das que vierem a ser fixadas ao Conselho de Administração da AdP, SGPS, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia Covid-19.

15. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

#### PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é da opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. aprove:



- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais de 2020; e
- b) A proposta de aplicação dos resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 5 de março de 2021

O Conselho Fiscal

*Ana Abranches*

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais  
(Presidente)

*Eduardo José dos Santos Clemente*

Eduardo José Santos Clemente  
(Vogal)

*Patrícia Isabel Sousa Caldeira*

Patrícia Isabel Sousa Caldeira  
(Vogal)

[página em branco]

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 839.793.213 euros e um total de capital próprio de 640.098.264 euros, incluindo um resultado líquido de 46.972.206 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPAL– Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p><b>Atividade em baixa – estimativas associadas a vendas de água</b></p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p>
<p><i>Divulgações relacionadas com as vendas de água apresentadas nas notas 2.17, 14 e 28</i></p> <p>O reconhecimento do rédito relativo à atividade em baixa de venda de água ocorre no momento da entrega da água e incorpora vendas de água efetuadas com base em consumos efetivos, assim como vendas de água efetuadas com base em consumos estimados no histórico de cada cliente e estimativa de água fornecida e não faturada.</p> <p>O apuramento dos consumos estimados para efeitos de faturação de vendas de água e prestação de serviços em baixa é realizado essencialmente através do sistema Aquamatrix com recurso a um algoritmo produzido de acordo com os critérios definidos pela Entidade, baseados no consumo médio diário de cada cliente, ponderado de acordo com os perfis históricos de consumo. O referido algoritmo é testado com recurso à contagem de uma amostra de consumos, sendo ainda efetuada à posteriori uma análise de “rollback” dos consumos reais.</p> <p>As quantidades estimadas são valorizadas tendo por base a tarifa aprovada.</p> <p>A estimativa de vendas de água foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta a elevada complexidade da metodologia utilizada pela Entidade para estimar os consumos de água dos seus clientes e o grau de julgamento envolvido, nomeadamente no que respeita a volumes de consumo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• identificação e teste ao desenho e à eficácia operacional dos controlos chave relacionados com o reconhecimento do rédito associado à atividade de venda de água em baixa, nomeadamente no sistema Aquamatrix e, em particular, dos relacionados com as vendas estimadas no final de cada período;</li> <li>• obtenção do algoritmo com os cálculos relativos aos volumes estimados tendo sido verificado, numa base amostral para cada tipo de cliente e tarifa, o cumprimento dos critérios definidos pela Entidade e a razoabilidade dos ajustamentos efetuados;</li> <li>• obtenção do balanço hídrico e avaliada a razoabilidade face ao histórico das diferenças apuradas entre a entrada de água na rede e a água faturada e estimada;</li> <li>• execução de procedimentos de revisão analítica para as principais componentes das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao exercício anterior e face às expetativas e à atividade contratada/orçamentada;</li> <li>• reexecução do cálculo da estimativa de água consumida e não faturada em 31 de dezembro de 2020 com base nos históricos de faturação.</li> </ul>
	<p>Analizamos, ainda, as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p>

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras

auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

**Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 5 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 5 de março de 2021.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- e) Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

5 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

[página em branco]



